



Mexico

1829

Estados Unidos

1863

potencias Europeas

Cuba

1886

1793

Governador Espanhol

Jamaica

Haïti

1838

negros das Antilhas e da Martinica.

Porto Rico

Governador Espanhol

Trinidad

1848

Holandeza

1863

Suissa

1824

Guatemala, S. Salvador, Costa Rica, Honduras.

Venezuela

1854

1851. Colombia

Grã-Colombia

Guiana Ingleza  
Guiana Franceza

1834

Equador

1851.

Perú

1854

BOLIVIA

1831

Brasil

1888

Paraguay

1842

Chili

1823

pueblos libres

Uruguay

1842

Governo de Buenos-Ayres

1853



Para indemnizar a França d'este sacrificio e os antigos proprietarios de suas perdas offerece o Governo de Haïti pagar a S. M. Christianissima a quantia de cem milhões de francos (40 milhões de cruzados), e offerece outro sim receber nos seus pertos em direitos inferiores aos, que pagão as mais nações, todos os productos assim do solo, como das fabricas de França.

## Qual Independência?

Em 2022, a data oficial de Independência do Brasil completa 200 anos. Isso significa que além de ter que sobreviver a tudo isso que está aí, você irá escutar novamente toda aquela velha conversa sobre a família real portuguesa que “trouxe a civilização”, sobre a Ilustração do “patriarca da Independência” e principalmente sobre o piti que o príncipezinho deu, às margens de um riacho, concluindo por “proclamar” a Independência do Brasil, pátria amada, salve salve.

Este Calendário fala da Independência do Brasil, mas não fala dessa ladainha toda, que também é bicentenária, por sinal. Apenas tangencialmente vamos falar sobre a barbárie que a família real trouxe em nome da civilização, sobre os limites da Ilustração do “patriarca” e sobre o quanto a cena patética de Sete de Setembro de 1822 foi de fato patética e não significou rigorosamente nada para a imensa maioria das pessoas da época.

O tema aqui são as lutas por independência que não cabiam nas pretensões do príncipe e da elite escravocrata que o apoiou. Antes de mais nada, trata-se de falar de lutas como a dos indígenas Krenak para sobreviver ao extermínio ordenado pelo pai desse pilantra e por ele continuado (maio) ou a luta dos Haussá, centro-africanos traficados para o Brasil sob o domínio desses mesmos pilantras, que se rebelaram várias vezes para tentar se libertar da escravidão (fevereiro). Nesses casos, não se trata de lutas diretamente relacionadas à separação do Brasil com relação a Portugal, mas sim a lutas por existência/resistência que atravessam séculos, num país que segue dominado por escravocratas cada vez mais explícitos em seu racismo, misoginia e desprezo pela vida dos mais pobres. Na época da Independência, não eram apenas os Krenak e os Haussá que resistiam ao Brasil, mas também Nagôs, Angolas, Guaicurus, Guaranis e tantos outros povos e nações que em 1822 deixaram de resistir a Portugal e passaram a resistir ao Brasil, sem que mudasse a brutalidade dos que os escravizavam ou exterminavam.

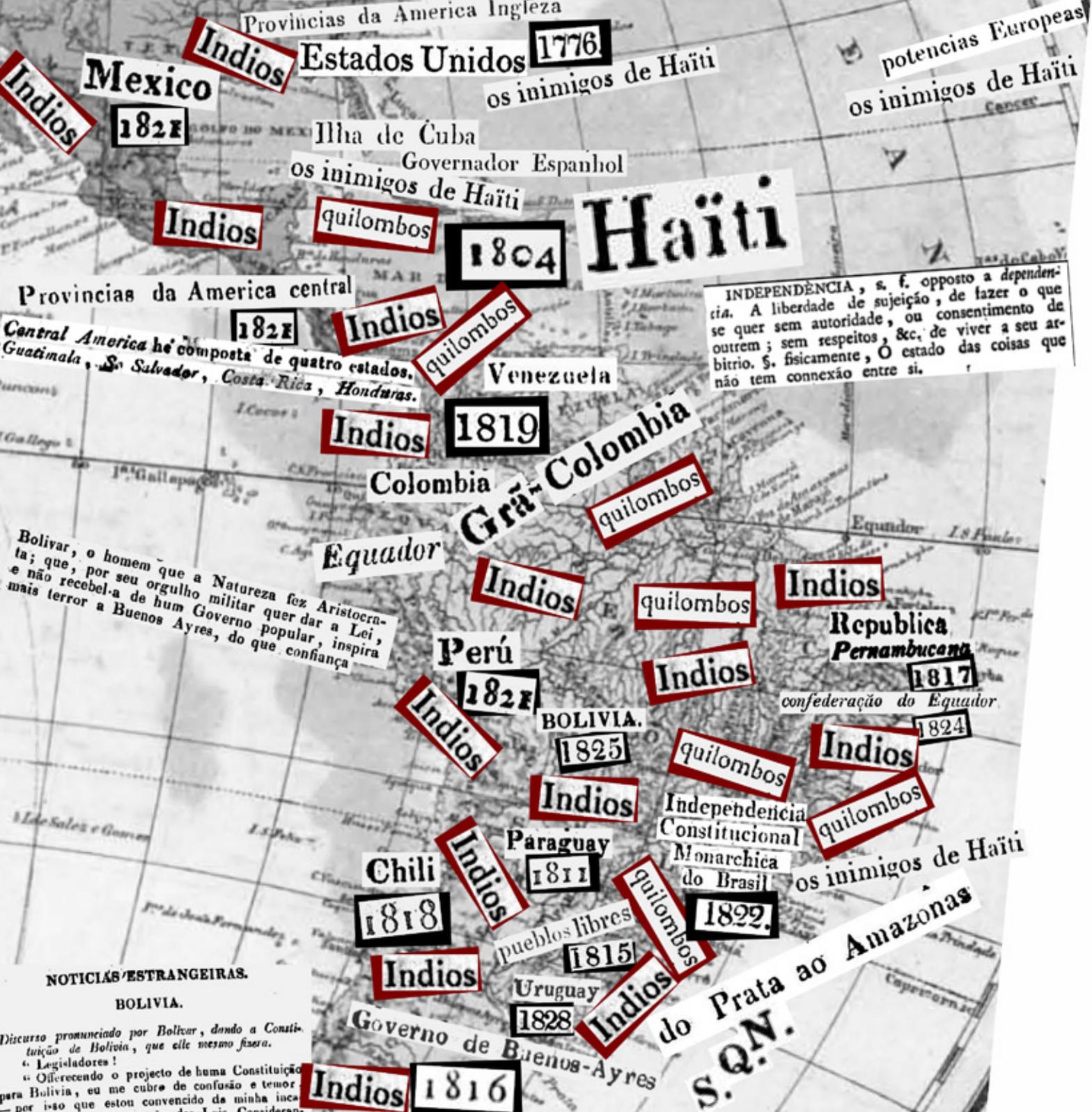
Além disso, o Calendário fala sobre as pessoas que lutaram pela Independência de seu país com relação à Europa e que, nesta luta, embarcaram em sonhos de liberdade e igualdade, fosse seu país o Brasil, a Grã-Colômbia, a Liga dos Povos Livres, a República Pernambucana ou a Confederação do Equador.

A Independência do Brasil foi uma dentre muitas guerras, maiores ou menores, que culminaram na separação política entre América e Europa, num ciclo que se estende por meio século, de 1776 a 1825. Em termos gerais, essas Independências foram resultados de crises políticas que atingiram as antigas monarquias europeias, levando à desestruturação do poder em diversas regiões da Europa e também em suas periferias coloniais. Este processo ocorreu primeiramente de maneira bastante conservadora nos Estados Unidos, onde os antigos colonos brancos organizaram um regime federal para seguirem exercendo o poder colonial contra indígenas, negros e latinos sem os impostos excessivos do rei da Inglaterra - e assim seguem até hoje.

Se existe algo para se celebrar nas Independências é o fim do controle direto dos Estados europeus sobre quase toda a América, mas existem casos, como o dos Estados Unidos, em que a ordem que se segue é totalmente exclusivista por parte dos descendentes de europeus. Trocou-se o colonialismo que

# CALENDÁRIO INSURRECIONAL 2022

as Independências que os senhores quiseram sufocar  
(e em muitos casos conseguiram)



Provincias da America Ingleza

potencias Europeas  
os inimigos de Haïti

**Indios** **1776** Estados Unidos

**Indios** **1821** Mexico

Ilha de Cuba  
Governador Espanhol  
os inimigos de Haïti

**1804** **Haïti**

**Indios** quilombos

Provincias da America central

**1821** **Indios** quilombos

Central America he composta de quatro estados, Guatimala, S. Salvador, Costa Rica, Honduras.

Venezuela

INDEPENDENCIA, s. f. opposto a dependencia. A liberdade de sujeição, de fazer o que se quer sem autoridade, ou consentimento de outrem; sem respeito, &c. de viver a seu arbitrio. §. fisicamente, O estado das coisas que não tem conexão entre si.

**Indios** **1819** Colombia

Colombia

**Grã-Colombia** quilombos

Equador

**Indios** quilombos

**Indios** quilombos

Republica Pernambucana

Bolívar, o homem que a Natureza fez Aristocrata; que, por seu orgulho militar quer dar a Lei, e não recebe-la de hum Governo popular, inspira mais terror a Buenos Ayres, do que confiança

Perú

**Indios** **1824**

BOLIVIA.

**1825** quilombos

**Indios** quilombos

**Indios** Independencia Constitucional

Monarchica do Brasil

os inimigos de Haïti

Chili

**1818** **Indios** quilombos

Uruguay

**1815** **Indios** quilombos

**1822**

NOTICIÁS ESTRANGEIRAS.

BOLIVIA.

Discurso pronunciado por Bolívar, dando a Constituição de Bolivia, que elle mesmo fixara.

« Legisladores!  
« Offerecendo o projecto de huma Constituição para Bolivia, eu me cubro de confusão e temor por isso que estou convencido de minha incapacidade para isso. Considero

Governo de Buenos-Ayres

**Indios** **1816**

do Prata ao Amazonas  
S.Q.N.

direcionava os lucros para a Europa pelo colonialismo que direcionava os lucros para a elite local, proclamando-se a “democracia” sem qualquer pretensão de universalizar a participação política ou mesmo a liberdade pessoal, mesmo em termos liberais. A história dos Estados Unidos, assim como a do Brasil, mostra o quanto liberalismo e a escravidão combinam muito harmoniosamente, já que se organizam sobre o mesmo princípio comum da propriedade acima de tudo.

As Independências foram muitas e não poderiam ser reduzidas à exposição de modelos, indo do mais conservador ao mais revolucionário, apesar destes modelos existirem e de esta exposição ser importante. Quanto a isso, não há dúvida de que o mais revolucionário, libertário e igualitário dos modelos de Independência das Américas foi o haitiano, onde os homens que governaram o país independente tinham sido, em sua maioria, escravizados, até se rebelarem contra os senhores e fundarem seu próprio país.

A Independência do Haiti com relação à França foi a segunda da história do continente, depois apenas dos Estados Unidos. Ela foi proclamada oficialmente em 1804, 18 anos antes do Brasil. Porém, a separação já vinha ocorrendo de fato desde a grande insurreição de escravizados em 1791, evento que deu início ao chamado “século das Abolições” no continente americano, mudando os rumos da história mundial.

Diferentemente de todos os outros casos de Independência ocorridos no continente, o Haiti colocou os de baixo no poder e tomou medidas efetivas para romper com o colonialismo em seus pilares. Dentre outras coisas, nunca negociou o retorno da escravidão, enfrentando França, Espanha, Inglaterra e Estados Unidos contra tentativas de reimplantação da economia escravista no país. Além disso, buscou influenciar outros Estados independentes no sentido da abolição e construiu uma identidade nacional hostil, mais do que tudo, ao supremacismo branco e à ideia de superioridade europeia. Não foi um acaso que as potências agiram sempre no sentido de impedir a autodeterminação e a viabilidade econômica e política do Haiti. Do endividamento forçado, sob a mira de canhoneiras francesas, no reconhecimento da Independência, em 1825, até a ocupação militar comandada por generais brasileiros, durante o governo Lula, o Haiti tem sido incessantemente alvo da sanha colonialista de diversos países.

Em 1822, o Haiti aparecia nos jornais brasileiros não como um país miserável digno de caridade (visão colonialista, cínica e que rende altos lucros para ONGs internacionais, além de poder para generais genocidas), mas como fonte de esperança e de medo; modelo válido de Independência para uns, pesadelo a evitar a qualquer custo para outros.

O impacto global da Revolução Haitiana é inegável diante das pesquisas hoje disponíveis. Ela não só foi a segunda Independência da Era das Independências e a primeira Abolição do Século das Abolições, como colocou um limite na sanha escravocrata em diversos outros países, pressionando para que outras abolições (no geral, graduais) acontecessem. Elites de metrópoles europeias como a Inglaterra e a França, e de países independentes, como as novas repúblicas hispano-americanas, se dispuseram a abrir mão da escravidão, dentre outras razões, por temer a repetição do Haiti. Como afirmou em 1824 o abade Henri Grégoire (revolucionário francês e amigo de Toussaint L'Ouverture, líder revolucionário haitiano), o “Haiti é um farol elevado sobre as Antilhas, em direção ao qual os escravos e seus senhores, os oprimidos e os opressores, voltam seus olhares, aqueles suspirando, estes rugindo”.

As influências da Revolução Haitiana no Brasil foram múltiplas. Veremos neste Calendário que os rugidos dos senhores foram mais efetivos e que os suspiros dos oprimidos incluíram pessoas livres que se identificavam com o destino das que eram escravizadas e queriam construir um futuro em comum com elas, abolindo o cativeiro e construindo uma nacionalidade fundada num discurso antirracista e anticolonial. A crítica do apagamento da importância da experiência haitiana, que diz respeito à história mundial, também obriga

# Para que nos serve a policia militar?

o costume dos Soldados, que quando estão de serviço, maltratao de palavra aos Cidadãos, e espanção a matar os pretos, que prendem.

1790 Art. I.

Sendo o mais nobre e importante officio da Policia o cohibir e prevenir os delictos, he do primeiro cuidado dos Commissarios empregarem todos os meios conducentes para esse fim: não consentir nos Lugares dos seus districtos ajuntamentos alguns, de que possam seguir-se desordens seja de dia ou de noite; principalmente de pretos escravos ou forros

Capitães do Matto, que possam ser empregados no ataque dos Quilombos, que infestão os suburbios dessa Córte;

multiplicados mocambos de pretos, que nunca (notavelmente) augmentáraõ como agora, onde tendes visto morrer Soldados;

Linha do Tempo: Número de cativos embarcados e desembarcados por ano

Fonte SLAVEVOYAGES

Embarcados Desembarcados

Repartição da Intendencia da Policia que elle nas margens do Ypiranga proclamou, no dia 7 de setembro de 1822, a independencia do imperio.

E foi neste momento glorioso, 1830

1822

1808

EL REI D. JOÃO VI

Sendo bem publicas as providencias, que tem dado o Conselheiro Intendente Geral da Policia para a destruição de Quilombos de pretos fugidos

com hum pequeno reforço a Policia fará desaparecer os quilombos de negros que existem nos arredores desta Corte, sobre tudo o de entre os rios Seropuy, e Iguassú, e porá em completa derrota essas companhias de Ladrões, que inquietão os proprietarios.



Para indemnisação de parte das despezas, que a Policia fizer nesta empreza poderá haver de cada Sr. no acto de receber o seu escravo prezõ em quilombo a quantia de 4:000 réis.



um questionamento à história do Brasil neste período, em particular quanto à história das Revoluções pernambucanas. Pode-se dizer que a Independência em Pernambuco foi mais radical que no Brasil, e como veremos isso tem a ver com a presença do Haiti em Pernambuco, onde provocou suspiros, e no Brasil, onde os senhores rugiram contra as revoluções pernambucanas e suas ideias perigosas de igualdade entre os homens.

Na realidade, em cada lugar foi de um jeito. A separação política entre Europa e América foi vivida de maneira diferente e em tempos diferentes em cada Estado nacional, e também em cada região, localidade ou parcela da população num mesmo país. As Independências tiveram resultados muito diversos para os de baixo, que em muitos casos viveram trajetórias tortuosas. No Brasil, a Independência foi percebida como caminho para a liberdade para centenas de negros escravizados que se engajaram na guerra na Bahia (dezembro) e para milhares de indígenas que se reivindicaram cidadãos brasileiros na Amazônia (janeiro), tanto quanto foi o caminho para a perseguição desses mesmos soldados e para o massacre desses mesmos cidadãos, rapidamente tornados inimigos pelo Estado nacional escravocrata e racista que ajudaram a fundar, apesar de sua vontade.

Falar dos “de baixo” não é falar numa classe abstrata de produtores, mas em pessoas diversas que estão estruturalmente em situação desfavorável nas relações de poder. Os Krenak que resistiam ao colonialismo brasileiro não eram proletários, tampouco os Haussá tinham sua existência definida exclusivamente pelo trabalho escravo. Reduzi-los a “trabalhadores”, encará-los como “braços e pernas” utilizáveis na produção era o que os colonizadores portugueses e seus descendentes brasileiros brancos queriam, mas de forma alguma o que essas pessoas queriam para si próprias e para seus descendentes. A luta de quem encara opressões sistêmicas como a escravidão e o patriarcado é uma luta pela existência, pela liberdade, pela autonomia, e se apoiam em identidades como qualquer outra luta feita por seres humanos, o que não deveria espantar.

Como mostraram combatentes da descolonização, desde Toussaint L'Overture e o abade Grégoire, até Aimé Césaire, Frantz Fanon e Beatriz Nascimento, o universalismo só terá algum sentido se destruído o poder branco e europeu sobre o resto do mundo, que se esconde sob o manto de um “universal”. Este poder não diz respeito apenas às instâncias políticas e econômicas de dominação, apesar de ser altamente concentrado nessas esferas, mas também envolvem a produção científica, a arte, a cultura, a religião e todos os demais domínios da sociedade. Trata-se de uma tarefa muito longe de estar realizada, apesar das Independências dos últimos séculos.

Assim, interpretar a Independência com base em modelos que têm como horizonte a inevitabilidade da proletarização universal (prognosticada por europeus do século XIX) e da organização política em Estados nacionais (inventada por europeus do século XIX) significa se limitar aos horizontes nos quais Pedro I e sua turma de pilantras quis encerrar o Brasil. Horizontes eurocêntricos, racistas, elitistas e patriarcais com os quais é preciso, decididamente, romper.

Falar dos “de baixo” é sempre falar de muita gente que pensa, age e vive de formas diversas. Gente que não se conhece, ou quando se conhece não concorda entre si e se organiza de maneiras peculiares, mas que em determinadas conjunturas podem vir a unir esforços contra opressões que sofrem em comum. Na época da Independência, ideias igualitárias e experiências históricas como a do Haiti (mas também a Jihad islâmica) foram importantes instrumentos para dar um sentido em comum a essas lutas.

Ao mesmo tempo, a luta “contra os portugueses” foi também uma luta contra privilégios de nascimento que caracterizavam o Estado colonial instalado no Brasil. Em Santos, São Paulo, militares que partiram pra cima dos homens nascidos em Portugal (inclusive aqueles que eram seus comandantes), foram presos com condenações que incluíam a morte por travarem a guerra contra os portugueses de uma maneira

que não interessava ao príncipe, ele mesmo português. Um desses militares, Chaguinhas, foi executado em São Paulo, a mesma cidade do pacífico “grito do Ipiranga”, gerando comoção popular contra uma execução pública feita no mesmo local onde eram mortos rotineiramente escravizados que se insurgiam contra seus senhores, o Campo da Força, atual bairro da Liberdade.

Falar dos “de baixo” no continente americano é, desde o século XVI até hoje, falar principalmente de como vive, luta e resiste a imensa maioria afroindígena da população, cuja atuação é sistematicamente apagada pela ação de elites interessadas em reproduzir o supremacismo branco, um dos pilares de seu poder. É falar de pessoas que viviam sob a escravidão e resistiam a ela (cerca de 4 em cada 10 habitantes do Brasil na época da Independência), de pessoas que lutavam para manter sua autonomia e suas terras diante da voracidade dos fazendeiros escravistas e também de pessoas livres ou libertas que se envolviam nas lutas por Independência, por vezes com sonhos e expectativas igualitárias, ou mesmo inspirados pelo modelo da Revolução Haitiana.

Ademais, em termos estritamente factuais, seguir contando a história da América como se a imensa maioria da população fosse apenas parte do cenário que por vezes se move por algum vento europeu - algo que continua sendo feito por muitos especialistas acadêmicos - é uma grande distorção histórica, há muito tempo insustentável no caso da Independência do Brasil.

Em províncias como o Grão-Pará (que englobava a Amazônia como um todo), o Maranhão, o Piauí, Pernambuco e a Bahia, a Independência foi uma guerra muito dura entre duas ou mais forças armadas. Também foi uma guerra na então província Cisplatina, hoje Uruguai, que lutou contra as pretensões de Pedro I e do Império do Brasil entre 1825 e 1828 (abril). Foram essas guerras que definiram que o Brasil se tornaria um Estado independente de Portugal, unificado sob o Império de Pedro I, com um território semelhante ao atual - e estas guerras foram lutadas, vividas e sofridas pelos de baixo.

Ao longo dos meses do Calendário, conheceremos algumas trajetórias individuais e coletivas de quem viveu o drama de lutar pela Independência. O primeiro momento memorável desta atuação, a Revolta dos Búzios, em 1798, já foi narrado no Calendário Insurrecional de 2021, no mês de novembro. Naquele caso, tratou-se de uma tentativa de separar a Bahia de Portugal, com (esperado)

auxílio da França revolucionária. Ao contrário da Inconfidência Mineira (pouco mais que um chá das cinco para discutir as proezas dos colonos brancos dos Estados Unidos que se separaram dos ingleses e tentar imitá-las em Minas Gerais), tratava-se de uma tentativa revolucionária que se baseava na crença na igualdade do gênero humano, com discursos e práticas antirracistas que teriam sido inaceitáveis para os inconfidentes mineiros (ou para Pedro I, ou para Simón Bolívar, este ditadorzinho elitista e militarista tão amado por “progressistas” latino-americanos).

Pulando a já rememorada Revolta dos Búzios, começaremos, portanto, pela Revolução Pernambucana de 1817 (março) e pelo protagonismo de um líder negro nessa e em outras revoluções pernambucanas. Pedro da Silva Pedrosa foi o comandante militar da tomada de Recife que deu início a esta que foi a primeira Independência de fato proclamada no que hoje é o Brasil. Além disso, ele teve um papel fundamental na opção pelo regime republicano, produzindo uma experiência de ruptura com a monarquia e com Portugal que se popularizou e fez de Pernambuco a província mais rebelde do Brasil durante toda primeira metade do século XIX (senão até hoje).

Ainda em torno das revoluções pernambucas, falaremos da trajetória de Emiliano Mundurucu, líder negro fortemente inspirado pela história do Haiti e por seu modelo radical de Independência (junho). Após a derrota da Confederação do Equador, em 1824, Mundurucu se exilou e lutou nas tropas bolivarianas da Grã-Colômbia (onde acabou perseguido por Bolívar e seus homens por ser “pardo” e ser acusado de defender uma “pardocracia”, veja só que coisa...), mudando-se então para o seu sonhado Haiti e para os Estados Unidos, onde em 1833 levou a segregação racial aos tribunais, além de atuar em organizações abolicionistas e de combate ao racismo.

Histórias como a de Pedroso e a de Mundurucu são certamente inspiradoras, mas não nos devem levar a substituir os heróis patéticos como Pedro I por outros mais apresentáveis. Na realidade, a história desses personagens nos mostra muito mais da força da atuação coletiva que sustentava suas ações e que era alimentada por elas, do que sobre singularidades e excepcionalíssimos individuais.

O coletivo é feito de indivíduos que são sempre únicos em suas razões e desrazões. Cada pessoa é um universo e cada protagonista afroindígena das Independências é, assim como cada favelado de hoje, um universo em crise. Tanto é assim que os dois líderes negros mencionados, depois de lutarem lado a lado por uma revolução de Independência que fosse republicana e antirracista, acabaram em lados opostos, com Pedroso defendendo a restauração monárquica de Pedro I contra a Confederação do Equador, apoiada por Mundurucu. É assim mesmo: se apegar a seres humanos é a receita certa para a decepção. Heróis não existem e precisamos aprender isso se quisermos reverter a tragédia que vivemos hoje, no Brasil e no mundo.

Portanto, além da participação direta dos de baixo que se destacaram nas guerras e revoluções de Independência, tornando-se líderes e comandantes, falaremos também das pessoas que viveram e morreram sem sobrenome, cargo ou patente. Falaremos, por exemplo, de pessoas que viveram a Revolução de 1817 não como um sonho de um novo mundo, mais livre e igualitário, mas como o terror de uma guerra civil, com recrutamento forçado, fome, peste e tudo

mais que uma guerra envolve. Gente pobre que buscou refúgio em terras distantes, onde se organizaram coletivamente para ninguém passar tanta necessidade, contando para isso com sua experiência de organização mais próxima: a família, a vizinhança, a igreja.... e chamaram esse seu lugar de Paraíso Terreal (outubro). O final desse grande “nóis por nóis” de pobres atingidos pela guerra que tinham em comum a fé cristã foi o que se tornou uma verdadeira tradição brasileira: o massacre brutal pelas forças do Estado e a pecha de “messianismo” e “fanatismo religioso” atribuída aos pobres. A ladainha repetiu-se em Canudos no início da República, no Contestado no início do século XX, no Caldeirão da Santa Cruz do Deserto na Era Vargas, e segue nos acompanhando cada vez que as ações perversas da elite são explicadas como fruto da ignorância e da fé religiosa dos pobres, os culpados de sempre.

Falar da Independência não é falar só de príncipes e generais, mas também não é só falar de soldados engajados na luta contra Portugal. É metodologicamente inaceitável que a história ignore os questionamentos brechtianos sobre quem construiu a Tebas das Sete Portas, sobre quem preparava os banquetes e sobre quem chorava os mortos da guerra, se a proposta é entender processos, fenômenos ou personagens em sua realidade, e não construir novos mitos ou reiterar os antigos.

Fazer a história das elites é necessário e fundamental, mas apresentá-la como “A História” de um evento ou de um processo não é produção de conhecimento, mas reprodução de ideologias que sustentam hierarquias e desigualdades sociais no mundo de hoje. Em especial quando se trata da história de grandes eventos, como é o caso da Independência, as perguntas de Brecht seguem sendo um roteiro básico para quem pretenda escrever a história em busca da verdade e não de heróis idealizados. Emiliano Munducuru deve ter sido um sujeito incrível, assim como Maria Felipa, Luíza Mahin, Dessalines ou Henri Cristophe, mas o que explica o que fez o jogo virar, nos lugares onde ele virou, foi a ação coletiva, assim como foram coletivos os dramas de quem não conseguiu virar o jogo.

Nesse sentido, questionaremos sobre as pessoas que viveram o dia-a-dia da guerra de guerrilhas contra a ocupação portuguesa em Salvador durante a Guerra de Independência (novembro), sobre os soldados que lutaram essa guerra (dezembro) e sobre as mulheres que de alguma maneira participaram dela. No caso, questionaremos sobre as mulheres a partir do evento organizado pelo Império para simbolicamente definir o lugar das mulheres na origem da nacionalidade: a homenagem de Pedro I a Maria Quitéria, que se passou por homem para combater na Guerra de Independência na Bahia (agosto). No tempo em

que Maria Quitéria combatia, eram rotineiros os anúncios de fugas de mulheres pretas nos jornais, algumas delas apresentadas como resultado direto da desorganização do poder dos brancos em decorrência da guerra. A luta delas foi uma luta por independência não no sentido da fundação de um Estado nacional, mas no sentido que então constava nos dicionários: “liberdade de fazer o que se quer”, “não estar sujeito a pessoa alguma”.

Não basta recusar a figura patética de Pedro I em busca de novos heróis (ou heroínas) que “representem” valores e ideias que defendemos no presente, assim como não basta buscar mitos fundadores alternativos ao Sete de Setembro, para que “representem” uma verdadeira data de independência. Basicamente porque “representação” é uma mentira liberal, que, aliás, aportou no Brasil bem na época da Independência. Se fosse o caso de eleger um marco alternativo ao Sete de Setembro, nenhuma data seria mais apropriada que o Dois de Julho de 1823, celebrado na Bahia até hoje e que teve um impacto muito maior à época, dado seu peso decisivo para a vitória das forças “brasileiras” contra as forças “portuguesas” na Guerra de Independência (julho). O Dois de Julho foi fruto de uma guerra popular contra os militares portugueses que ocupavam a cidade, sem deixar de ser um episódio da construção de um Estado nacional escravocrata.

Devemos lembrar que 1822 não é um marco da luta das pessoas contra a opressão e a exploração, afinal a Independência resultou na fundação de uma ordem política conservadora, que atendia ao essencial do interesse de suas mais altas elites: um Império liberal e escravista, com eleições regulares, com o domínio da bancada escravocrata no parlamento, com imprensa livre para defender os interesses dessa bancada, com títulos de nobreza e comendas distribuídos a rodo para os sinhozinhos estufarem o peito, e com força militar suficiente para anexar as regiões onde as elites decidirem não fazer parte do novo país.

Se o Haiti foi o país que honrosamente abriu, em 1791, o “Século das Abolições”, o Brasil foi o país que vergonhosamente o fechou, em 1888.

No polo oposto do Haiti, que adotou um nome indígena para o país, demarcando sua ruptura com o colonialismo, adotamos o nome da primeira mercadoria explorada pelos europeus nessas terras, bem como as cores de duas dinastias europeias na bandeira, acompanhadas por ramos de café e tabaco para representar as riquezas (escravistas) do país. Enquanto o Haiti procurava atrair a migração de indígenas e africanos para viverem livres no país e suprir as imensas perdas demográficas da guerra de Independência e das guerras civis e invasões estrangeiras que se sucederam, o Brasil independente levou o tráfico de

pessoas escravizadas a patamares nunca antes alcançados, trazendo em seguida imigrantes europeus com o fim deliberado de ajudarem a apagar a presença dos descendentes desses escravizados no país embranquece do como possível essa terra. Enquanto Dessalines, imperador do Haiti, tinha nascido num navio negreiro e conquistado essa posição em batalhas sangrentas contra seus opressores, o imperador do Brasil era um europeu, legítimo herdeiro de uma dinastia orgulhosa de seu sangue puro, que mandava os pobres para a guerra enquanto posava com o peito cheio de medalhas simbolizando glórias militares.

Porém, nem mesmo o modelo brasileiro foi o mais conservador na época das Independências. Por exemplo, além de manter a escravidão, Cuba continuou por todo o século XIX sob o comando de capitães-generais espanhóis, sem os direitos que se tornaram comuns na maioria dos países do continente, simplesmente porque sua elite branca preferiu manter-se uma colônia do que correr o risco de ter que negociar o poder com os negros escravizados. A negociação continuou não existindo após a abolição, nem após uma transferência de soberania da Espanha para os Estados Unidos, em 1895, de maneira que a Independência de fato só veio em 1959 com a Revolução Cubana, contemporânea das Independências africanas e asiáticas, mas não das americanas.

O caso de Cuba nos lembra que a luta anticolonial nunca se encerrou, nem na América, nem nos demais continentes, inclusive dentro das fronteiras da Europa. Atualmente, existem diversos territórios coloniais europeus e estadunidenses ao redor do mundo, que servem tanto à exploração econômica quanto para tudo mais que demande terras devastáveis e corpos matáveis, pois é de desumanização e brutalidade que se trata. Por exemplo, territórios coloniais foram por muitas vezes locais de testes de armas nucleares, campos de experimento para medicamentos ou para planos eugênicos de esterilização em massa. Como dizia Frantz Fanon, o colonialismo não é uma máquina pensante; o colonialismo é violência. Violência tão crua quanto estúpida, que destrói até mesmo as bases de sobrevivência da espécie humana no planeta.

Hoje o furor colonialista segue vivo em cada quadrante do mundo, congregando Estados nacionais e seus parceiros privados. No Brasil vemos o colonialismo invadindo terras de “povos isolados”, dizimando populações tradicionais para exploração de minérios e outros recursos, jogando veneno sobre assentamentos de pessoas que foram espoliadas das terras que cultivavam, expulsando famílias negras de imóveis no centro das grandes cidades em nome da propriedade dos herdeiros brancos (ou da Santa Madre Igreja, como ocorreu no Tatuapé, São Paulo, enquanto preparamos este Calendário).

Não se destrói esse furor sem se destruir o supremacismo que o estrutura desde o princípio. Quem reduz lutas antirracistas e antipatriarcais a uma defesa de identidades, buscando assim deslegitimar suas reivindicações em nome de um universalismo sem identidades está sendo subserviente ao único “identitarismo” que verdadeiramente oprime e mata em todo o mundo. Hoje nem o espaço sideral, nem a Antártida, nem as profundezas do mar estão livres do furor que quer transformar tudo em lucro para alimentar um sistema que só beneficia um punhado de pessoas com rostos muito específicos: quase todos masculinos, quase todos rosados de tão brancos, como a família imperial. Aliás, já reparou nos rostos das listas da Forbes?



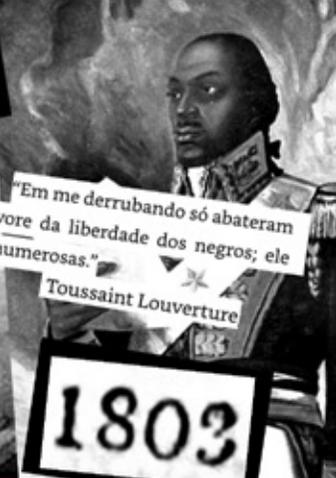
Manda fazer guerra aos indios Botocudos.

da Corte.  
Art. I.  
Sendo o mais nobre e importante officio da Policia o colibir e prevenir os delictos, he do primeiro cuidado dos Commissarios empregarem todos os rucios conducentes para esse fim: não consentir nos lugares dos seus districtos ajuntamentos alguns, de que possam seguir-se desordeus seja de dia ou de noite; principalmente de pretos escravos ou forros



1808

INDEPENDENTEMENTE, adv. Sem dependencia: v. g. viver, tratar, algum negocio independentemente de outros.



"Em me derrubando só abateram florirá pelas raízes que são fortes e numerosas."

Toussaint Louverture

1803

XII.  
Obrigado os Capitães de matto a que apresentem os seus titulos para os viscreverem seus nomes  
Lourenço Cavalcante de Albuquerque, e outro. Pedem huma legua de terra para cultivar, expondo que só assim se acabará com hum quilombo, donde sahem a roubar, e matar os negros, que nelle habitão em grande quantidade.



1814

Arabic text: استعملت ليلتي...  
ابن اللطيف...  
بما اكرمك الله...  
انبعثت اليك رسول...  
اصنامهم انصرم...  
على القوم الكاف...

Os escravos, que forem prezos por fugidos em Quilombos (que os Commissarios...)

Calendars for January, February, and March. Each calendar has a header with the month name and a grid of days. The days are labeled with letters: d, s, t, q, q, s, s.

1817

INDEPENDENCIA. Liberdade de fazer o que se quer. Summa libertas.

Calendar for April with a grid of days labeled d, s, t, q, q, s, s.

Abril

Calendar for May with a grid of days labeled d, s, t, q, q, s, s.

Maio



Calendar for June with a grid of days labeled d, s, t, q, q, s, s.

Junho

A V I S O.

Desapparecerão, ouzer as trez negras muito ladinas, nação Benguella;

1828

CONJURAÇÃO EM NOVEMBRO DE 1820.



os motores da desordem forão os que Gritarão morra o General =

d s t q q s s  
 1 2  
 3 4 5 6 7 8 9  
 10 11 12 13 14 15 16  
 17 18 19 20 21 22 23  
 24 25 26 27 28 29 30  
 31

Julho

d s t q q s s  
 1 2 3 4 5 6  
 7 8 9 10 11 12 13  
 14 15 16 17 18 19 20  
 21 22 23 24 25 26 27  
 28 29 30 31

Agosto

d s t q q s s  
 1 2 3  
 4 5 6 7 8 9 10  
 11 12 13 14 15 16 17  
 18 19 20 21 22 23 24  
 25 26 27 28 29 30

Setembro

infame partido Português

Declaração de Guerra .....

Acto, segundo o qual dous homens condemnam á morte, e sem appellação, muitos milhares de outros homens, ou por um capricho, ou por um pedaço de terra.

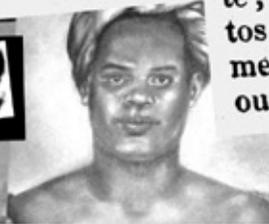


Estado ..... (Governo) O Estado está em perigo. — Formula solemne de que se serve um Governo, quando quer calcar todas as Leis. — *Maximas d'Estado*: Principios fundados sobre o direito do mais forte. — *Homem d'Estado*: Personagem que sabe desfrutal-o bem.

Grandes .....

Homens de pequena estatura, que se levantam sobre as costas dos outros.

1822



II.

Os Commissarios devem acudir promptamente aos tumultos, assuadas e motins populares; vigiar nelles pejos que não...

XIII.

O escravo que for prezo em desordens, ou com armas de fogo ou perpetrando algum delicto, será logo açoitado no lugar mais publico do districto...

Não tem si-lo pequeno o boato suspeito que tem corrido por esta Cidade sobre levante de negros, que tem dado motivo a tantas patrulhas desperas pelas ruas

1823

Direitos do Homem .....

Principios consagrados pelas Leis, proclamados em alta voz, e da mesma sorte violados.

d s t q q s s  
 1  
 2 3 4 5 6 7 8  
 9 10 11 12 13 14 15  
 16 17 18 19 20 21 22  
 23 24 25 26 27 28 29

d s t q q s s  
 1 2 3 4 5  
 6 7 8 9 10 11 12  
 13 14 15 16 17 18 19  
 20 21 22 23 24 25 26  
 27 28 29 30

d s t q q s s  
 1 2 3  
 4 5 6 7 8 9 10  
 11 12 13 14 15 16 17  
 18 19 20 21 22 23 24  
 25 26 27 28 29 30 31

30 31 Outubro

Novembro

Dezembro

E CINCOENTA E TRES fuzilados ou afogados por graçada Provincia do Pará?

Manes, s. m. plur. as almas dos mortos

Dito 17. O Famoso Agostinho, sahio tambem hoje á testa de 100 ou 110 pretos artilheiros; desde 12 do corrente tinha elle para excitar seus valedes, publicando a proclamação seguinte:

„ Cidadãos Pernambucanos! a defeza da Liberdade da Patria he o primeiro e o mais sagrado dever dos homens e do Cidadão Soldado que não he vil escravo ou mercenario aventureiro. Para defender pois as vidas, honra, fazenda, liberdade e Patria, eu marcho, por ordem superior, ao campo da honra, com o primeiro Batalhão dos Artilheiros Henriques que tenho a honra de coimandar.

1824



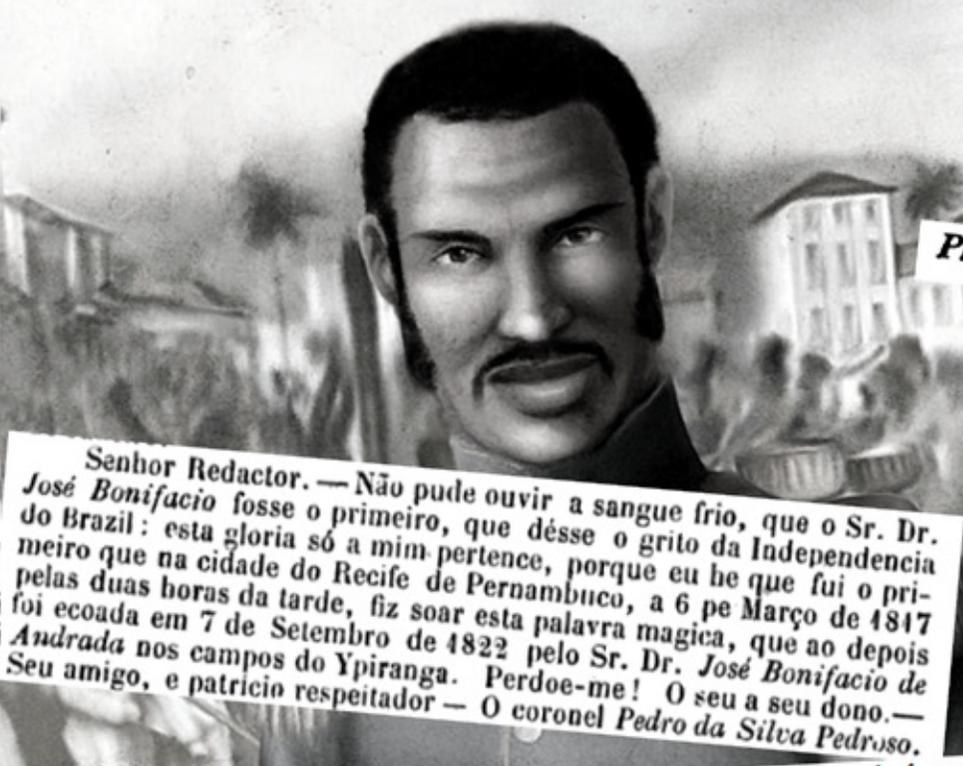
REPUBLICA DE HAITI. Port-au Prince 9 de Janeiro.

O anniversario do 22.º anno da independencia de Haïti foi celebrado nesta capital da Republica com toda a pompa, e solemnidade devidas a lembranças tão honrosas para o povo Haïtiano.

Negocios da Guerra

1825





### Proclamações do Governador

As forças navaes, óra á vista; e em bloqueio do porto, tem ordem para arrazar a cidade, e passar tudo á espada, se immediatamente não fõrem instauradas as leys de S. M. El Rey nosso Senhor.

Nenhuma negociaçãõ será attendida, sem que preceda como preliminar a entrega dos chefes da revolta, ou a certeza da sua morte; ficando na intelligencia de que a todos he licito atirar-lhes á espingarda como a lobos. Bahia, 29 de Março 1817.

### CONDE DOS ARCOS.

### Proclamação do Governo Provisorio de Pernambuco, sobre a escravatura.

Patriotas Pernambucanos! a suspeita se tem insinuado nos proprietarios ruraes. Elles creem que a benefica tenpencia da prezente liberal revoluçãõ tem por fim a emancipaçãõ indistinctiva dos homens de cõr, escravos. O Governo lhes perdoa uma suspeita que o honra. Nutridos em sentimentos generozos não pode jámais acreditar, que os homens por mais, ou menos tostados degenerassem do original typo de igualdade. Mas está igualmente coninviolabilidade de qualquer especie de propriedade. Impaçãõ, que não permita mais lavrar entre elles o cancro da escravidãõ, mas dezeja-a lenta, regular, e legal. O Governo não engana a ninguém.

Senhor Redactor. — Não pude ouvir a sangue frio, que o Sr. Dr. José Bonifacio fosse o primeiro, que dêsse o grito da Independencia do Brazil: esta gloria só a mim pertence, porque eu he que fui o primeiro que na cidade do Recife de Pernambuco, a 6 pe Março de 1817 pelas duas horas da tarde, fiz soar esta palavra magica, que ao depois foi ecoada em 7 de Setembro de 1822 pelo Sr. Dr. José Bonifacio de Andrada nos campos do Ypiranga. Perdoe-me! O seu a seu dono. — Seu amigo, e patricio respeitador — O coronel Pedro da Silva Pedroso.

o fim a que se propunha aquelle Ex-Governador era de levantar-se com todos os negros e mais gente de cores que lhe incorporasse, fora aqueles com quem já contava, e estabelecer, com ruína e exclusão total dos brancos, o systema da Ilha de S. Domingos

que elle Pedrozo se podia fazer um segundo imperador nesta provincia



### NOVIDADES.

Diz o Mestre que naquella Cidade tudo está em muita desordem, e que nada mais pôde dizer por que pouco tempo se podia demorar em terra, por causa dos repetidos insultos que os pretos e mulatos fizem aos Brancos: diz mais que no dia 22 de Fevereiro, ás 3 horas da madrugada houve huuma especie de levantamento, os Caçadores tomáráo a Artilheria aos mulatos, porque o Pedroso queria deler o Governo, e que já se assigna o mulato Po-dante encarregado de...

# PRIMEIRO GRITO

O primeiro grito de Independência foi dado por Pedro Pedroso, comandante das tropas que deram início à Revolução Pernambucana de 1817. Anos depois, durante a Guerra de Independência, seu grito passou a ser "poder para os pardos e pretos" e a elite branca fugiu de Recife, com medo de reviver a Revolução do Haiti.

# Março

D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5 Proibição do desembarque de tropas portuguesas no Brasil (1822)
6 Revolução Pernambucana, primeira Independência proclamada no Brasil (1817)	7 Execução de três líderes da Confederação do Equador (1825)	8	9	10	11 Insurreição escrava na Bahia (1828)	12
13 Batalha do Jenipapo, Piauí, uma das maiores da Guerra de Independência (1823)	14 Levante do 2º Regimento de Infantaria no Pará (1823) e Noite das Garrafadas (1831)	15 Tentativa de rebelião da companhia de índios Xukuru e Cariri (1823)	16 Expedição em Mato Grosso contra os índios Coroados - "guerra justa" de João VI (1817)	17	18	19 Procissão de comerciantes portugueses é apedrejada por "moleques" em Salvador (1822)
20 Rebelião dos escravos do engenho da Ponta (1814) e vitória quilombola contra expedição de Gervásio Pires em Pernambuco (1822)	21	22 Insurreição de escravos em Cachoeira (1827)	23	24	25	26
27	28	29 Fuzilado em Salvador o revolucionário padre Roma (1817)	30 Duas embarcações portuguesas são afundadas em combate, em Salvador (1823)	31		

No dia 6 de março de 1817, colonos rebeldes proclamaram a Independência com relação a Portugal pela primeira vez em mais de 300 anos de história da colonização.

A Revolução Pernambucana começou com a tomada planejada de Recife pelos rebeldes e se alastrou pelas províncias da Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará. Liderando uma das tropas que desencadearam o movimento, Pedro da Silva Pedroso se tornou um dos comandantes mais importantes de Pernambuco, a província mais revolucionária do Brasil na época da Independência. Não é pouca coisa. Pedroso talvez tenha sido a pessoa negra mais influente na política brasileira na época da Independência.

A trajetória de Pernambuco e das províncias vizinhas foi peculiar na formação do Estado nacional brasileiro, e a história de Pedroso tem tudo a ver com isso. Ainda que tenha durado

*Aos Commandantes dos Corpos da 1, e 2. Linha se acrescentou o seguinte.*

*Outro sim participamos a V. S. que pelo mesmo Povo e Tropa foi acclamado, e reconhecido Governador das Armas da Provincia o Sr. Pedro da Silva Pedroso, para que V. S. fique nessa intelligencia, e o fassa saber ao dito seu Corpo.*



*Logo pois Snr. Sentinella, como he que em recompensa de relevantes serviços dos Corpos de pretos, e pardos na defeza da Patria opprimida pela tyrannia de Luiz do Rego, e sempre com as armas na mão para defender a Liberdade Constitucional, e a Coroa Imperial, praticando heroicas acções igualmente com os brancos, estes somente são os premiados em accessos, Soldos, e preferencias de Corpos, e os outros dois vilipendiados, sem a menor remuneração a os seus grandes serviços, como de presente succede.*

menos de três meses, a Revolução de 1817 propiciou uma experiência de ruptura com o Antigo Regime muito mais radical que a do príncipe Pedro, vivenciada no restante do país alguns anos depois. Esta experiência serviu de referência para gerações de revolucionários inconformados com o caráter conservador que a Independência tomava. Até a queda dos últimos focos da Praieira, em 1850, a Revolução Pernambucana foi um processo constantemente retomado em Recife e nas províncias sob sua influência.

A experiência da Revolução Pernambucana foi radical em diversos sentidos. Primeiramente, porque foi republicana, contrária à existência de qualquer tipo de nobreza, como se percebe em diversas leis inspiradas no igualitarismo pregado pela Revolução Francesa. Além disso, o projeto de alguns de seus líderes mais destacados não se inspirava na França, mas no Haiti, e previa a abolição da escravidão e o fim do domínio dos brancos na política e nas forças armadas (ver junho).

Como explicar o surgimento dessa vigorosa tradição revolucionária em Pernambuco?

Historiadores da elite pernambucana, como Evaldo Cabral de Mello, afirmam que a tradição revolucionária se deve à ampla rede de relações internacionais que seus antepassados da elite escravocrata tinham. Eram homens estudados na Europa, que tinham bibliotecas com os

clássicos do iluminismo, que correspondiam-se com “pais fundadores” dos Estados Unidos, que contratavam generais napoleônicos desempregados... Uma elite progressista e bem relacionada, principalmente por meio da maçonaria, que teria feito de Recife o principal epicentro das revoluções do século XIX no Brasil.

Porém, não foram os líderes provenientes dessas elites que defenderam de forma resoluta a república e atacaram a aristocracia e a escravidão ao longo das revoluções pernambucanas. O radicalismo não veio dos sinhozinhos ilustrados que a historiografia tradicionalista pernambucana tanto admira. Segundo o historiador Luiz Geraldo Silva, que estuda a trajetória dos rebeldes negros pernambucanos, a particularidade pernambucana não se explica pela elite, mas pela composição da população negra da província.

O auge da economia escravista exportadora de Pernambuco ocorreu quase duzentos anos antes da Independência, quando a capitania liderava o tráfico de pessoas escravizadas nas Américas. Porém, no início do século XIX o tráfico já não era comparável às outras regiões do país, principalmente o Rio de Janeiro e a Bahia. Com o passar das gerações, pessoas negras iam conquistando, por diversas estratégias, sua liberdade, fazendo com que proporcionalmente o número de pessoas negras livres e libertas se

tornasse superior ao número de escravizados.

Na época da Independência as quatro províncias mais populosas do Brasil (Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco) tinham uma proporção de aproximadamente sete pessoas negras para cada três pessoas brancas. Os escravizados eram a grande maioria da população negra em todas, exceto em Pernambuco, onde 42% da população total era formada por pessoas negras livres ou libertas, enquanto os escravizados somavam 26% e os brancos 28%.

Pessoas livres e libertas tinham muito mais condições de acessar as experiências e as ideias revolucionárias como aquelas da França, do Haiti e da Revolução do Porto do que pessoas escravizadas, cuja luta coletiva era geralmente para a conquista da própria liberdade, por meio de rebeliões, fugas, de irmandades religiosas que financiavam alforrias, de negociações com os senhores, de economias guardadas por toda a vida para a compra da alforria dos filhos etc.

Lideranças como Pedroso e Munducuru foram tão ameaçadoras para as elites em Pernambuco porque lá havia uma grande parcela da população que via na revolução caminho para uma ascensão negra nas relações de poder. Com o modelo haitiano em mente e o conhecimento de como lutar uma guerra, eles sonhavam com uma República negra e empurraram a minoria branca para a radicalização.

Consta que em Pernambuco não foi aceito o Governador do Rio; e que os pardos, e pretos não fazem liga com os brancos. O Pedrosa faz tudo; e tudo he anarquia. Isto he Imperio de *Babylonia*, que na lingua *Caldaica* significa confusão.



o Poderoso: este ultimo, para atrahir ao seu partido a gente de côr, foi alistar-se em huma Irmandade de Pardos, e mandou abrir assento — o Pardo Poderoso — isto para contrabalançar o grande partido dos brancos que tem contra si; o que tem feito reunir muitos Brasileiros aos Europeos

Existem diversas evidências disso. Por exemplo, segundo um testemunho da Revolução de 1817, na reunião que decidiu a forma de governo do novo país, Pedroso “quis atravessar com a espada e matar a José Luís de Mendonça, porque este fizera a moção de se estabelecer um reino constitucional em lugar de uma república”. A crer neste e em outros testemunhos, os líderes revolucionários brancos decidiram pela República literalmente com a espada no pescoço.

Pedroso não podia ser facilmente eliminado do processo revolucionário porque era incrivelmente popular entre soldados e apoiadores das revoluções pernambucanas, em particular a população negra, que era maioria. Em 1823, ele foi aclamado pelas tropas comandante das armas da província, e exercendo este que era o posto militar mais alto de Pernambuco, afrontou o poder branco de muitas maneiras, incluindo com uma revolta, a Pedrosada.

Frei Caneca, que é o mais lembrado líder pernambucano deste período, dizia que Pedroso se autodenominava “O Pardo Poderoso” e relatou, horrorizado, que num dia de celebração pública na cidade, Pedroso permaneceu “em uma palhoça, rodeado de pretos e pardos, comendo, bebendo e ouvindo cantar, com uma negra sentada no seu colo; e vendo aos [deputados] provisórios, além de apertar com eles para que tomassem assentos, lhes disse entre outras parvoíces: sempre estimei muito esta cor, é a minha gente”.

Segundo Luiz Geraldo Silva, “a fonte de poder de Pedroso era a população negra da província, cuja disposição política era por ele mobilizada e manipulada”. Foi assim que, no contexto da Revolução Constitucionalista do Porto, Pedroso foi da cadeia direto para a chefia política, agora como apoiador do movimento liberal iniciado em Portugal.

Seu poder foi crescendo até que, em janeiro de 1823, Pedroso mandou prender 162 europeus em Recife, sem ordem superior, com ajuda de seus muitos apoiadores negros. No mesmo contexto, segundo relato do Frei Caneca, proclamou: “morrão os caiados!”. “Caiado” era o apelido dado aos brancos (ou que se pretendiam brancos) na época. As acusações de que Pedroso incitava sua completa eliminação, a exemplo do que ocorreu no Haiti, foram muitas.

O auge do poder de Pedroso ocorreu entre 21 e 28 de fevereiro de 1823, quando ele reuniu soldados e paisanos e liderou uma tentativa de tomar o poder em Pernambuco. Quartéis foram arrombados e suas armas roubadas, lojas e casas de portugueses foram tomadas, tropas rebeldes entraram em confronto com as tropas leais ao governo. Emissários no interior espalharam a mensagem de que era hora dos pretos e pardos se levantarem.

Em meio aos combates em Recife, o governo e a alta elite fugiram da cidade, temendo que aquelas cenas fossem o início de uma revolução negra semelhante à ocorrida no Haiti. Quando Pedroso chegou ao Palácio para anunciar a queda do governo, já não havia mais governo na cidade. Por uma semana, Recife foi comandada pelo “Pardo Poderoso”.

No processo aberto para reprimir a revolta, as testemunhas disseram que o objetivo do movimento era retirar o poder dos brancos e entregá-lo a pretos e pardos, e que sua inspiração seria a experiência haitiana. Durante a revolta, a Revolução no Haiti era um assunto no qual “descaradamente já falavam a cada esquina e cantos os cabras e os negros como ele testemunha por muitas vezes ouviu, não só aos mais abalizados dentre eles, mas até aos mais ridículos moleques e até cativos”. Outra testemunha disse que a cada passo se podia “ouvir aos mais ridículos moleques falar na Ilha de São Domingos, e que toda esta terra pertencia

mais a eles pretos e pardos do que aos brancos”. Um dos rebeldes, Guilherme de tal, descrito como “preto sapateiro”, afirmou que “já não era tempo de negros e mulatos se deixarem iludir, e que presentemente negro, nem mulato não era cidadão, mas que o havia de ser quando todo este pais fosse dele[s]”.

A Pedrosada acabou derrotada e seu líder foi encarcerado numa masmorra do Rio de Janeiro até o ano seguinte, quando eclodiu mais uma revolução em Recife: a Confederação do Equador.

Naquele momento, Pedro I ofereceu a Pedroso a anistia em troca de seu serviço no combate aos rebeldes, seus antigos aliados. Pedroso aceitou e liderou tropas que ajudaram a vencer a Confederação do Equador. Talvez para nos lembrar que heróis não existem, o mesmo comandante que forçou a radicalização republicana de Pernambuco em 1817 passou a lutar nas fileiras da reação monárquica.

Depois disso, Pedroso quase some da documentação, mas em 1834 uma carta sua é publicada no jornal *Bússola da Liberdade*. Naquele momento, vinha se afirmando a memória da Independência centrada no Rio de Janeiro e em São Paulo, tendo Pedro I e seu ministro paulista José Bonifácio de Andrada e Silva como personagens centrais, e o “grito do Ipiranga” como narrativa principal.

Disse Pedroso, naquela que talvez tenha sido sua última participação no debate público brasileiro:

“Não pude ouvir a sangue frio que o Senhor Dr. José Bonifácio fosse o primeiro que desse o grito de independência do Brasil: esta glória só a mim pertence, porque eu é que fui o primeiro que na cidade do Recife de Pernambuco, a 6 de março de 1817 pelas 2 horas da tarde, fiz soar esta palavra mágica, que ao depois foi ecoada em 7 de setembro de 1822 pelo Sr. José Bonifácio de Andrada nos campos do Ipiranga. Perdoe-me! O seu a seu dono”.

VOLTA DOS PRESOS EM 1817,  
DA BAHIA A PERNAMBUCO.

QUANDO se soube em Pernambuco que estes presos hão ser soltos, e que regressarão aos seus domicílios muita gente me pronosticou grandes desordens na Província. Depois da sua chegada bastantes pessoas me escreverão recommendando-me todas as cautellas; e houve mesmo quem me aconselhasse o mandar instantaneamente para Lisboa alguns dos mais famigerados destes homens, que já vinhão com o proposito de pôr em pratica hum plano desorganizador para por meio delle se vingarem dos ultrages passados, ficando ao mesmo tempo á testa da direcção do Governo.

Não deixei de ponderar o perigo que ameaçava os Europeos, e todos os homens pacíficos, porem era me possível remedia-lo, sem exper-me a...

potá furioso...



# Abril

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4 Abrilada em Salvador (1831)	5	6	7 Abdicação de d. Pedro I (1831)	8	9
10 Insurreição escrava na Bahia (1830)	11	12	13 Tropas brasileiras invadem a província boliviana de Chiquitos (1825)	14	15	16
17 Sublevação de escravos em Cachoeira (1828)	18	19 Levante dos 33 Orientais proclama a Independência do Uruguai (1825)	20	21 Execução de Tiradentes a mando da avó de Pedro I (1792) e Motim da Praça do Comércio (1821)	22 Rebelião escrava na Bahia (1827)	23
24 Chegada da esquadra de Cochrane em Salvador, cerco total da cidade (1823)	25	26 Morre André de Albuquerque Maranhão, líder da Revolução de 1817 no Rio Grande do Norte (1817)	27	28	29	30

Todo movimento de caráter nacional compartilha de um “defeito de fábrica” a ser resolvido: a identidade. Afinal, quem somos nós, os nacionais, e por que nosso direito a esse pedaço de terra é legítimo? O que nos diferencia daquele que está para além das fronteiras? Na modernidade, na linha de frente disposta a realizar a tarefa de constituir (ou inventar) uma identidade nacional estão filólogos, jornalistas, literatos, arqueólogos e historiadores: estes eram convocados para buscar as origens da nação na língua, nos costumes, nos arquivos ou nos monumentos. Indispensável também é a formação de um exército nacional, pois a verdadeira legitimidade se dá mais pelas armas do que pelos livros.

Nas Américas o problema da invenção da nação adquire contornos particulares, pois durante a crise do Antigo Regime e a eclosão dos movimentos de Independência, era imperativo negar os laços coloniais de Espanha e Portugal. Mas o que viria a substituir esses laços, uma vez que via de regra os libertadores eram filhos ou netos dos colonos? É aqui que entram os historiadores e a formulação dos mitos de origem da nação.

No Brasil, caso próximo, o mito de formação omitiu a violência formadora que está na base da nação. Daí que o Estado rememore com muito mais ênfase o grito do Ipiranga do 7 de setembro do que a batalha do 2 de julho na



Bahia. Na América de colonização espanhola, as identidades nacionais transitaram entre os extremos dos pueblos, movimentos locais, e do continente, com um sentimento de pertença a toda a América, expresso em figuras como Bolívar. No México, por exemplo, buscou-se a origem da nação nas ruínas Astecas e Maias. Já no Uruguai temos mais um caso paradigmático.

Conta-se que tudo começou na manhã do primeiro dia de abril do ano de 1825, quando 33 (ou mais, ou menos) combatentes embarcaram na foz do Prata e seguiram para o norte. A missão desses homens era iniciar uma insurreição na Província da Cisplatina, a banda Oriental do Rio da Prata, contra o Império

do Brasil. Dias depois atracaram no território disputado empunhando uma bandeira com os dizeres “liberdade ou morte” incitando os locais a lutarem contra o domínio imperial.

Décadas depois, a historiografia - ou a mitologia - nacional, que possui carta branca para circular nos espaços consolidados do poder, tomou o levante como o marco inicial da nação uruguaia. Não faltavam elementos que corroborassem com esse ponto de vista: o episódio possuía o caráter heróico que referenda a grandeza de uma nação, pois tratava-se da luta pela liberdade dos orientais contra a tirania. Logo, a iconografia nacional tratou de pintar esse heroísmo, os monumentos foram erguidos e o calendário

oficial reservou uma data para a comemoração pública (18 de abril) do que se tomou como o início de uma Cruzada Libertadora pela independência.

Acontece que a história, em disputa, quando vista à contrapelo sempre tende a desvelar o mito de sua realidade. O primeiro problema crucial é que os insurgentes liderados por Juan Antonio Lavalleja e financiados por políticos, fazendeiros e comerciantes das imediações de Buenos Aires, não tinham em seu horizonte imediato a criação de uma nova nação, mas sim a anexação da banda oriental às Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina). Ainda que existisse uma demarcada identidade oriental, não se dava a ela um conteúdo político que apontasse para a construção de um Estado.

Desde o início da colonização a região oriental do Prata havia gozado de pouca autonomia política. Integrou-se ao sistema colonial pela pecuária em seus pampas e pela criação de Montevideo em 1724, cidade portuária que cresce em importância nas décadas seguintes. Integrou o Vice-Reino do Prata a partir de 1776, subordinada a Buenos Aires, com um pequeno episódio de ocupação inglesa em 1807. Com a implosão do Antigo Regime, mantém-se ligada a Buenos Aires até 1811, quando se apresenta o primeiro projeto de autonomia da Banda Oriental, liderado por José Artigas, aquele que será consagrado como o mito encarnado



da nação uruguaia. Quem se aproveitará da tensão entre Montevideo e Buenos Aires será a colônia portuguesa, que incorpora a cisplatina ao território do Brasil, fomentando ainda mais a conformação de uma identidade oriental, que não era nem bonaerense nem brasileira.

Pois que, após o ponto culminante do levante dos 33 orientais, se deflagrará a Guerra do Prata. Foi a forma como se encaminhou a guerra entre o Império do Brasil (sob a Corte do Rio de Janeiro), e as Províncias Unidas (sob o governo republicano de Buenos Aires) o que decidiu a sorte do Uruguai, já que a solução de um Estado independente foi o meio termo de uma guerra em que nenhum dos lados conseguia vencer.

Mais revelador do processo histórico talvez seja não tomar a identidade como algo onipresente entre os autoproclamados orientais, mas o caminho de investigação que busque entrever a quais grupos interessava e como se deu a

mobilização deste sentimento de pertença em prol de determinados interesses. De formas distintas, foram as elites políticas criollas - aqui, no caso, os pecuaristas uruguaiois - que obtiveram grande vantagem ao insuflar um sentimento de identidade nacional para a conformação do Estado-nação e a ocupação dos principais cargos deste Estado.

A Independência do Uruguai coloca mito e história lado a lado. Sem a revolta dos 33 Orientais talvez realmente não existisse Uruguai, já que ela, mesmo sem querer, colocou no horizonte político um Estado nacional com esses contornos a partir de uma fagulha, assim como sem o Dois de Julho baiano talvez não houvesse Brasil com os contornos de hoje, já que a continuidade do domínio português era uma possibilidade real até então em boa parte do Brasil e a queda dos portugueses em Salvador foi o marco mais decisivo da guerra.

**CARTA RÉGIA — DE 13 DE MAIO DE 1808**

Manda fazer guerra aos indios Botocudos.

e que sejam entregues para o serviço do respectivo Commandante por dez annos, e todo o mais tempo em que durar sua ferocidade, podendo elle empregar-os em seu serviço particular durante esse tempo e conserval-os com a devida segurança, mesmo em ferros, enquanto não derem provas do abandono de sua atrocidade e antropophagia.

confira annualmente um augmento de soldo proporcional ao bom serviço que fizerem

que a estes Commandantes se lhes

ordeno que em todos os terrenos do Rio Doce actualmente infestados pelos Indios Botocudos.

ficarão isentos por dez annos de pagarem dizimo

uma guerra offensiva que continuareis sempre em todos os annos nas es- tações seccas e que não terá fim, senão quando tiverdes a fe- dalidade de vos senhorear de suas habitações e de os capacitar da superioridade das minhas reaes armas de maneira tal que movidos do justo terror das mesmas, peçam a paz e sujei- tando-se ao doce jugo das Leis e promettendo viver em socie- dade, possam vir a ser vassallos uteis, como já o são as immensas variedades de Indios que nestes meus vastos Estados do Brazil se acham aldeados e gozam da felicidade que é consequencia necessaria do estado social

a pacificação dos Botocudos

Eram os indios que transportavam terra e faziam todos os trabalhos pesados. O tenente Bom-Jardim, commandante de Vianna, me contou que um dos seus homens tocava guitarra todas as noites, cantando na sua lingua as pala- vras seguintes:

“E’ bem contra minha vontade que eu estou aqui; quando verei os lugares onde nasci?”

Beijamão aos no plur. Acção de dar a mão a beijar, cere- monia que fazem os soberanos em dias determinados.

PRINCIPE.

# INDEPENDÊNCIA KRENAK

Recém-chegado ao Brasil, o rei passa a boiada do extermínio e da escravidão indígena para agradar a elite escravocrata. Dois séculos depois, povos que eram chamados "Botocudos" seguem construindo novos mundos, longe do cativeiro.

Mas a história dessa terra, desse troço aqui, leva a noite inteira contando. Leva a vida inteira contando, o que é que aconteceu, o que é que deu, o que é que não deu. . .

— TCHARN (MARIA SÔNIA KRENAK), 1998



# Mãio

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4 Batalha naval entre forças portuguesas e brasileiras em Salvador (1823)	5	6	7
8	9	10 Criada a Intendên- cia Geral de Polícia, acirramento da repressão no Rio de Janeiro (1808)	11	12	13 João VI declara guerra de escravização e exterminio dos botocudos (1808)	14
15	16 Morte do bandido social Januário Garcia Leal, o Sete Orelhas (1808)	17 Juramento às Bases Constitucionais na Bahia (1821)	18	19	20 Prisão e execução dos revolucionários pernambucanos (1817)	21
22	23 Bernarda em São Paulo (1822) e início do cerco de Caxias, no Maranhão (1823)	24 Destituição de Labatut do coman- do das forças brasileiras na Bahia (1823)	25	26	27	28 Revolta Muaná, no Grão-Pará, pela independência e pela cidadania dos índios e negros (1823)
29	30	31				

No ano de 1808 a Crise do Antigo Regime atingiu seu auge. O avanço das tropas napoleônicas que varriam ou subordinavam as monarquias europeias desestabilizava a ordem política vigente. Nesse contexto, enquanto rolava a desestruturação geral das colônias de Espanha, ocupada pelos franceses, a Coroa portuguesa decidia fazer do Brasil a sede de seu Império Ultramarino. Parte da historiografia sobre o episódio consagrado como a vinda da



família real exalta suas principais iniciativas, como a abertura dos portos, as reformas urbanas na Corte e a criação das instituições, apontando para o início do processo de modernização que viria a desembocar na Independência.

Entretanto, para os de baixo, a chegada de D. João VI e sua Corte marca um acirramento das condições de existência. Foi o período em que se intensificou o tráfico transatlântico de escravos e se estruturou uma polícia para controlar esse contingente nas cidades; na capital, Rio de Janeiro, os pobres foram expulsos de suas casas para dar lugar aos nobres; os conflitos nas fronteiras ao sul também aumentaram (ver abril), levando ao recrutamento forçado. Por fim, logo nos primeiros momentos de sua estada no Brasil, a Coroa iniciou uma guerra sem tréguas contra o povo Krenak, guerra essa que evidencia a contrapartida do que chamam de “civilização”.

As tribos que compunham a nação Krenak, do ramo linguístico Macro-Jê e também conhecidos no passado como os Botocudos ou Aimorés, ocupavam uma extensão territorial que ia do Recôncavo e sul baianos, passando por boa parte do interior do Espírito Santo e estendendo-se pelo vale do rio Doce em Minas Gerais. Sua população contava-se aos milhares, ainda que as estimativas sejam incertas.

“O nome krenak é constituído por dois termos: um é a primeira partícula, *kre*, que significa cabeça, a outra, *nak*, significa terra. Krenak é a herança que recebemos dos nossos antepassados, das nossas memórias de origem, que nos identifica como “cabeça da terra”, como uma humanidade que não consegue se conceber sem essa conexão, sem essa profunda comunhão com a terra.” (KRENAK, 2019)

Sua tradição de resistência remonta aos primeiros momentos da empresa colonial. O historiador franciscano Frei Vicente de Salvador, ainda no século XVII, falava dos “selvagens Aimorés, que com seus assaltos cruéis fizeram despovoar os engenhos” em Porto Seguro e Ilhéus. O contato com os europeus ocasionava baixas entre os indígenas, seja por meio dos combates ou das doenças, e estes migraram para o interior, onde conseguiram relativo controle do território nos séculos seguintes, enxotando fazendeiros.

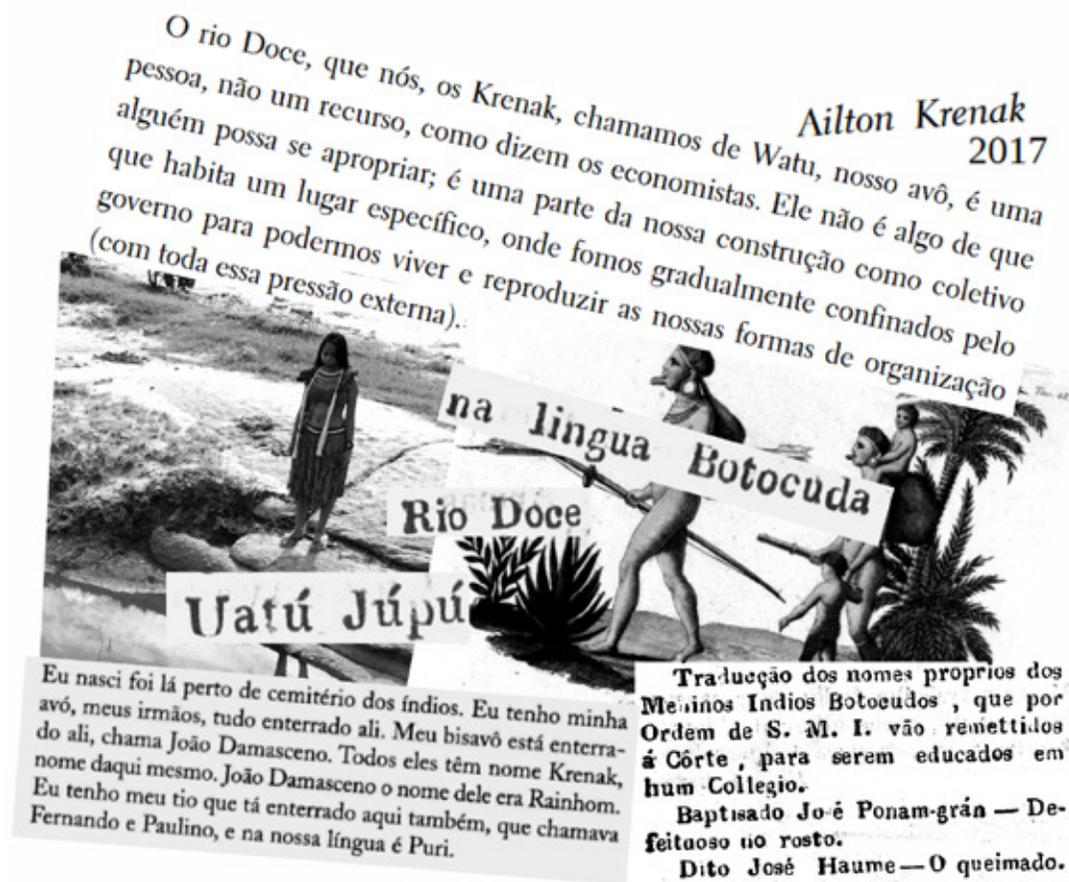
Quando da chegada da família real no Brasil, a região sudeste desponta como o principal pólo daquela economia, fomentando uma brutal desigualdade entre as regiões. Para a Coroa, era necessário lidar com a questão dos botocudos, tão próximos, e liberar a região e seus caminhos para converter as riquezas naturais em riquezas monetárias.

O estopim do conflito entre as partes foi uma correspondência entre o padre Caetano da Fonseca Vasconcelos (de uma influente família detentora de posses em Minas Gerais) e as autoridades. Acompanhava a carta endereçada ao próprio D. João VI uma aquarela da situação em que supostamente se encontravam os colonos que se estabeleciam próximos ao território indígena. Corpos no chão, membros por todas as partes, as caveiras, o sangue, a pilhagem. A imagem parece ter causado o impacto desejado nas autoridades e, no dia 13 de maio de 1808, a Coroa declarou guerra contra os Krenak.

Oficialmente o conflito durou até 1824. Em nome da soberania da nação e da civilização foram cometidos os maiores crimes imagináveis contra os chamados Botocudos. A legitimidade da guerra baseava-se na desumanização do outro, verificada por exemplo na reiteração com que, na Carta Régia, falava-se da antropofagia dos selvagens a ser combatida com o “justo terror” dos civilizados. Para além do massacre físico e da desestruturação do modo de vida dos Krenak, baseado no território que agora se perdia, a guerra também desencadeou a escravidão, sob pretexto de que aquela era uma guerra justa - então um argumento em desuso há meio século - e que os capturados deveriam servir aos raptos; as terras tomadas agora seriam a base de uma nova colonização em Minas Gerais.

O conflito não foi perene mas as tropas sempre estiveram a postos. A mineração, a agricultura e o belicismo empurravam os Botocudos para as margens da sociedade brasileira, e estes resistiram de diversas maneiras. Caso crítico foi o cerco indígena à cidade de Vitória, que durou pouco tempo. A máquina de guerra do Estado obteve um êxito parcial ao tomar o território e exterminar aqueles que considerava seus inimigos. Ali se deu um aprimoramento da técnica de guerra tão característica do Estado brasileiro.

Nos anos seguintes, a política indigenista do Império adotaria uma postura que buscava “assimilar para dissolver”: toda identidade deveria ser submetida à identidade brasileira, com contornos ainda incertos naquele momento. Muitas foram as ameaças de fim do mundo para os Krenak: na década de 1950 o povo Krenak foi dado como extinto, mas, mesmo diante de séculos de um projeto de país que vai de encontro com sua existência, ainda resiste.



# Equal School Rights.

the Honorable Senators and Representatives of the Commonwealth of Massachusetts

emitted by the  
to Common School Instruction  
We respectfully ask your Honorable Body to make  
person or persons, in public trust, from violating the rig  
BOSTON, FEBRUARY, 1831.

NAME	NUMBER
James M. Clark	
J. W. Lewis	
Emiliano F. B. Mundrucu	

city, and keeps a clothing store in Ann street.  
In November last, Mundrucu and family, being a  
New Bedford, and having occasion to go from thence to  
Nantucket, engaged a passage, accordingly, with Capt  
Barker of the 'Telegraph.' He was to pay the highest  
or cabin fare, for his passage, viz: \$4, for himself and  
wife, and 83, for his horse and cabriolet.  
At the time of the agreement for the passage, no re  
mark was made respecting, nor exception taken to  
Mundrucu's color; but after he had taken his family, &c  
on board the boat, Capt. Barker refused to permit him to  
enter the after, or superior cabin, notwithstanding M  
was to pay the highest known rate of fare, alleging tha  
by the rules of the boat, colored people were excluded  
from it, and told him that he must go in the forward, o  
inferior cabin, if he went at all. Capt. B. did not offer  
any reduction of fare, as an inducement to Mr. M. to go  
forward, although the rule of the boat was to charge bu  
half price in that cabin.  
It was proved that Mrs. Mundrucu was just  
the time...

MUNDRUCU'S, aborígenes, que dominavam em parte  
da provincia do Pará.

famigerado, e celeberrimo Sr. Emi-  
liano Mundrucu, que teve a astucia de  
levantar-se a banda do Major de primeira  
linha, e de agapanhar a individa nomeaçã  
de Commandante da Fortalza do Brum.  
Resta agora advertil-o, que não queira  
lançar esta Provincia de novo nas vora-  
gens da anarquia estimulando, e insuflan-  
do os homens de cõr, que decerto não  
forã causa commum com Vm. Não' ha  
nem factõ so' pelo qual se possa compro-  
var aversão' aos pardos, e pretos bene-  
meritos da parte das pessoas brancas.

Qual eu imito Cristóvão  
Esse imortal Haitiano,  
Eia! imitai ao seu povo,  
ó meu povo Soberano!



Soberano adj. Independente de  
outra potencia da terra. (Co-  
mo subst) Rei Rainha Im-  
perador etc. Fig. Altivo. Ex-  
cellente.

Illa de S. Domingos.  
Porto do Principe 7 de Abril de 1825.  
O Propagador, jornal do Haiti, termina da  
seguinte maneira hum artigo sobre o não reco-  
nhcimento desta republica pelas Nações Estran-  
geiras.  
Apezar de todas as razões que até hoje temos  
dado para justificar nossa conducta á vista do mun-  
do, apezar das declarações que temos feito de que  
não precisamos de emprestimo algum, que não  
queremos explorar nossos minas, que só queremos  
cultivar nossas terras, e commerciar com todas as  
Nações, não se tem levado em conta tão boas  
disposições. Querem-se-hin...



# A INDEPENDÊNCIA DE MUNDRUCU

Em meio à Guerra de Independência, uma revolta contra o  
domínio dos brancos explode em Recife. À frente das  
tropas, Emiliano Mundrucu, pernambucano nascido no ano da  
Revolução do Haiti, cujos ideais o inspiraram ao longo da  
vida. Assim como o Haiti, Emiliano adotou um nome  
indígena no calor da luta contra os europeus.  
A revolta era apenas o início de sua experiência de luta,  
continuada na Colômbia, no Haiti e nos Estados Unidos,  
onde em 1833 levou a segregação racial aos tribunais.

**MANIFIESTO**  
**QUE HACE A LA NACION COLOMBIANA**  
**EMILIANO FELIPE BENICIO MUNDRUCU,**  
**MAYOR COMANDANTE DEL SEGUNDO BA-**  
**TALLON DE CAZADORES DE LA DIVISION**  
**REPUBLICANA DE PERNAMBUCO, DIRIJIDO**  
**AL RESPETABLE PÚBLICO Y EJERCITO DE**  
**LA REPUBLICA DE COLOMBIA,**  
*Bajo los auspicios del Sr. Arriaga, residente en*  
*Puertocabello.*

# Junho

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2 Levante liberal no 24º Batalhão no Grão-Pará (1831)	3 Rebelião de soldados em São Paulo (1821)	4
5 Agitação na tropa do Rio de Janeiro exige que o regente d. Pedro jure já a futura Constituição (1821)	6	7	8	9 Início do motim dos mercenários no Rio de Janeiro (1828)	10	11
12	13	14 A vila de Santo Amaro proclama apoio à Independência e organiza forças para tomar Salvador dos portugueses (1822)	15	16	17 Juramento às Bases Constitucionais em Vila Rica (1821)	18 Expedição repressiva contra escravos rebeldes na Bahia (1828)
19	20	21	22 Emiliano Mun- durucu subleva o regimento dos pardos em Recife (1824)	23	24	25 Batalha em Cachoeira, início da Guerra de Independência na Bahia (1822)
26	27	28 Rebelião dos soldados de Santos, São Paulo (1821)	29	30 Revolta dos escravos de Lavras (1821)		

Emiliano Munduruku foi um revolucionário com uma biografia épica. Cruzou fronteiras e conjunturas, numa trajetória coerente de luta antirracista que começa na Revolução Pernambucana de 1817 e termina na abolição da escravidão nos Estados Unidos, em 1863. Utilizando-se de protestos, de luta armada, da imprensa, de petições ou dos tribunais, sua luta foi persistente e seu alvo foi sempre o mesmo: o racismo e o domínio dos brancos nos países independentes da América.

Nascido Emiliano Felipe Benício, provavelmente vinha de uma família livre e com alguma condição, já que teve acesso ao letramento e à carreira militar mesmo não sendo branco. Sua atuação política teve início no contexto da Revolução Pernambucana de 1817, quando era alferes e atuou como ajudante de ordens nas tropas rebeldes.

Foi provavelmente na época da Independência que adotou o sobrenome Munduruku (também registrado nas fontes como Mundrucu ou Mundruku). Tratava-se de uma homenagem a

um povo indígena que era conhecido por sua resistência aos colonizadores e que hoje persiste resistindo à colonização do agronegócio, de madeireiros e de garimpeiros na Amazônia.



A adoção de nomes e sobrenomes indígenas foi uma prática comum entre combatentes e apoiadores das guerras de Independência em vários países. Ela tinha o sentido de simbolizar a ruptura e a oposição com relação ao colonialismo europeu. Também teve este sentido a escolha de um nome indígena para o Haiti, quando este país se tornou independente por meio de uma revolução negra. Assim como os fundadores do Haiti, Munduruku não era indígena, mas afroamericano, o que não o impedia de identificar sua luta com a dos povos que enfrentavam o mesmo colonialismo branco que o oprimia.

Munduruku ingressou nas guerras revolucionárias pernambucanas primeiramente nas milícias de homens pardos de Recife. Assim como as milícias de homens pretos (denominadas “Henriques”), essas corporações tinham origem na guerra contra os holandeses no século XVII. Elas atendiam às demandas dos colonizadores europeus por força armada num país onde a imensa maioria da população não era branca e, por isso, estava excluída da maioria dos

corpos militares e milicianos. Porém, aquilo que era uma força útil para a manutenção da ordem escravista se tornou, na época das revoluções pernambucanas, uma força de mobilização contra o poder dos brancos.

A inspiração haitiana teve um papel central nessa politização das milícias e tropas formadas por homens “pardos” e “Henriques”, o que se percebe na trajetória de Emiliano Munduruku. Para começar, em 1823, seu batalhão foi um dos que participaram da Pedrosada (ver março), movimento inspirado na experiência haitiana.

No ano seguinte, quando eclodiu a Confederação do Equador, ele era major do Batalhão dos Bravos da Pátria, formado por homens pardos para defender a Confederação. Com o porto de Recife bloqueado por um mercenário inglês a mando do imperador Pedro I, Munduruku liderou uma tentativa de levante negro, autônomo em relação ao governo da Confederação, dominado por lideranças brancas.

O plano foi organizado em reuniões secretas, para as quais foram convidados apenas os membros de tropas de “pardos” e de “Henriques”. A ideia era reunir tropas e civis para revidar o cerco e os ataques feitos pelas forças mercenárias do Império. Em seguida, Munduruku pretendia iniciar o saque das propriedades dos europeus e o massacre da elite branca, culminando com a tomada do poder pelos pretos e pardos em Pernambuco.

O comandante dos Henriques, Agostinho Bezerra Cavalcanti, que também foi um líder negro importante nas revoluções pernambucanas, se opôs à proposta de um massacre e se retirou da reunião com uma parte de seus homens. Munduruku prosseguiu com os planos, mandou imprimir uma proclamação conclamando a população para a revolução, assim como fez imprimir a seguinte quadrinha, para ser cantada pelas tropas durante o ataque:

“Qual eu imito a Cristóvão  
Esse Imortal Haitiano,  
Eia! Imitai ao seu Povo,  
Ó meu Povo soberano!”

Munduruku conhecia a história do Haiti, que via como modelo de revolução, e procurou efetivamente imitá-los. Cristóvão era Henri Cristophe, que nasceu escravo, foi um dos líderes da Revolução Haitiana e morreu imperador, quatro anos antes da escrita do versinho. Este "Imortal Haitiano" na realidade tinha nascido na ilha de Granada, no Caribe. Alforriado em 1779 para ser incorporado às tropas francesas que lutaram contra os ingleses em apoio à Independência dos Estados Unidos, ele depois foi re-escravizado por senhores franceses do Haiti. Durante a Revolução Haitiana, foi um oficial de confiança de Toussaint L'Ouverture e chegou ao posto de general, tornando-se um dos principais articuladores da Independência, em 1804.

O movimento de Munduruku foi desencadeado vinte anos depois da Independência haitiana, em 22 de junho de 1824, mas acabou frustrado pela intervenção do comandante dos Henriques, Agostinho Bezerra Cavalcanti. Sabendo dos planos, ele se dirigiu ao local onde estavam as tropas rebeldes, liderando um grupo de subordinados e de aliados. Lá, procurou convencer Munduruku de desistir dos planos de massacre.

A discussão se estendeu e as tropas acabaram por se dispersar sem que os dois chegassem a um acordo. A moderação de Agostinho venceu os planos bélicos de Munduruku. O Haiti não aconteceu em Recife, como também não tinha acontecido no ano anterior durante a Pedrosada (ver março), quando a elite fugiu da cidade temendo o fantasma de São Domingos.

A história de Munduruku é apenas um pequeno pedaço dos imensos desdobramentos internacionais da Revolução Haitiana. No Brasil, a referência aos líderes haitianos não estava apenas em Pernambuco. Por exemplo, em 1805, militares negros do Rio de Janeiro foram reprimidos porque estavam andando por aí com retratos de Jean-Jacques Dessalines no peito. Dessalines havia proclamado a Independência do Haiti no ano anterior e sua fama já havia chegado ao Rio. Assim como Henri Cristophe, ele nasceu escravo e se tornou monarca após comandar tropas na Revolução.

A queda da Confederação do Equador levou Emiliano Munduruku ao exílio, em Boston

*Mr. Gregoire, Bispo intruso de Blois, cujos feitos, emprezas, e obras tem dado eco desde a nossa Europa até ao Senegal, onde elle tem os seus maiores amigos. Este Prelado A. da Historia de Litteratura negra, Deputado de Nancy aos Estados Geraes, foi dos primeiros que se unio ao terceiro Estado*



*foi quem fez pronunciar na abertura daquella assembléa a abolição do Reinado, e hum dos mais ardentés provocadores da sentença e da morte do desgraçado Luiz XVI.*

(1824; 1828-1835; 1841-1863), no Haiti (1825-1826) e na Grã-Colômbia (1826-1827), onde comandou tropas no exército bolivariano e buscou apoio para uma revolução em Pernambuco. Deixou a luta na Grã-Colômbia em razão do conflito com Bolívar e com outros líderes brancos, que acusaram comandantes “pardos” de pretenderem estabelecer uma “pardocracia” no país.

Em 1833, vivendo nos Estados Unidos e casado com uma estadunidense negra, Emiliano Munduruku levou a segregação racial aos tribunais de forma pioneira, tornando-se ao mesmo tempo um ativista dedicado às causas do abolicionismo e do antirracismo. Munduruku também foi o primeiro homem negro a ingressar na maçonaria em Boston, até então exclusiva para brancos.

O processo ingressado na justiça foi em reação a um caso de racismo durante uma viagem de barco no norte dos Estados Unidos, onde a escravidão já estava abolida, mas a segregação racial era normalizada. A esposa de Munduruku, Harriet, tentou acessar uma “cabine de senhoras”, espaço confortável para mulheres,

que requeria ingresso mais caro. Apesar de ter pago a tarifa mais cara do navio, foi barrada por ser negra e persistiu na tentativa de ingressar na cabine. O processo movido pelo casal foi discutido na imprensa estadunidense e pelo movimento abolicionista internacional, por ser ainda incomum o questionamento legal do racismo. Trata-se da ação judicial mais antiga questionando a segregação racial nos Estados Unidos de que se tem notícia.

O casal Munduruku foi defendido por um renomado advogado abolicionista e recebeu apoios importantes, além da ampla cobertura da imprensa. Venceu no tribunal do júri, mas a decisão foi revertida pela Corte Judicial Suprema de Massachusetts, e eles acabaram tendo que pagar as custas do processo.

Emiliano Munduruku ainda voltou a Pernambuco em 1835, quando o perdão aos revolucionários da Confederação do Equador propiciou a tentativa de retomar sua carreira militar. Ele foi nomeado para o comando de uma importante fortaleza de Recife, mas a oposição da elite branca foi tanta que ele não conseguiu assumir o posto.

No debate que ele travou na imprensa contra seus detratores, Munduruku recebeu ataques

racistas e foi lembrado por sua atuação na Confederação do Equador, quando tentou inciar um levante negro em Recife. Respondeu que “não pode o autor do comunicado, e outros de iníquos sentimentos, ver de bom grado um oficial pardo em um lugar de distinção”. Em sua visão, “parece que no sentir destes só julgam os Pardos, e Pretos, capazes nas ocasiões de crise ou de perigo”.

De volta à América do Norte, Munduruku terminou seus dias em Boston, onde nos anos 1850 peticionava contra a segregação racial nas escolas. Morreu logo após comemorar, na associação abolicionista onde era vice-presidente, o anúncio da abolição da escravidão nos Estados Unidos, em 1863. O Brasil ainda demorou mais 25 anos, tornando-se o último país do continente a acabar com o regime escravista.

Dia do Triunfo, remarcavel Dia,

DOUS DE JULHO feliz, pomposo Dia,

SALVE 2 DE JULHO



PAVILHÃO 2 DE JULHO

O Dia Dous de Julho ( aniversario da expulsão dos Lusitanos ) foi ali festejado com grandissimo entusiasmo

Hoje Livres dos tornaram Os Artilheiros Bahianos.



Bahia — teatro em que, representadas scenas de valor, e heroismo, derramou-se o sangue que sellou a nossa independencia, aqui primeiramente, e mais do que em qualquer outra parte disputada.



SONETO  
Faustoso Dous de Julho, eu te saúdo !  
Aniversario do heroismo e gloria !  
Pisando todo ao porvir lugar a Historia.  
SONETO.  
Ao immortal dia 2 de Julho.

DOUS DE JULHO Immortal, Dia Adoravel,



"morte aos europeus"  
"partido negro"

Menino,  
É 2 de julho  
Menino,  
É jogo duro

"pretos forros e cativos se levantaram contra brancos e pardos", segundo um relato policial.

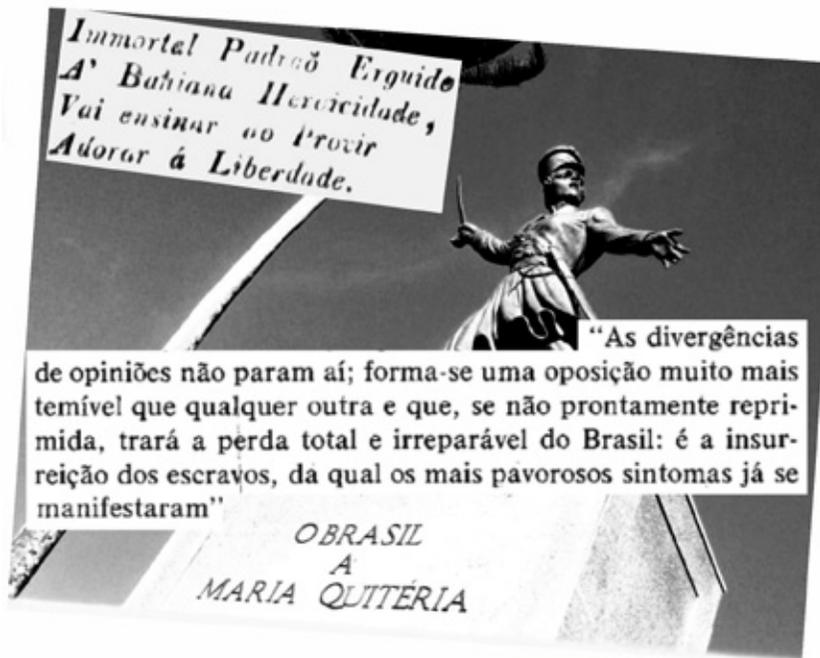
Elogio ao faustissimo dia dous de Julho, e recitado no Theatro da Bahia em 1832.

# DOIS DE JULHO

Há 200 anos, o Brasil celebra como data de Independência o piti que um príncipe português deu na beira de um rio. Mas na Bahia nunca foi esquecida a data que realmente foi célebre naquela época: Dois de Julho de 1823, quando os baianos botaram os militares portugueses pra correr.

# Julho

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2 Vitória da Independência na Bahia (1823) e Confederação do Equador (1824)
3	4	5	6	7	8	9
10 Canhoteiras portuguesas tentam tomar Itaparica, mas são derrotadas (1822)	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21 Atentado contra o capitão-general Rego Barreto em Recife (1821)	22	23 Levante de soldados contra seus comandantes em Montevideu (1821)
24	25 D. Pedro I suspende garantias individuais para reprimir a Confederação do Equador (1824)	26	27	28 Vitória do partido brasileiro na Guerra de Independência no Maranhão (1823)	29 Três embarcações portuguesas tentam furar o bloqueio em Itaparica e são derrotadas pela população local (1822)	30
31 Incorporação da Banda Oriental ao Brasil, como Província Cisplatina (1821)						



A cena de Pedro I gritando "Independência ou Morte!" às margens do Ipiranga, diante de um grupo de militares, é a imagem mais difundida sobre o que foi a Independência do Brasil. Criada no final do século XIX, a representação do "Grito do Ipiranga", feita por Pedro Américo para o Museu Paulista, é a imagem que costuma ilustrar o processo de separação do Brasil com relação a Portugal na educação escolar, em celebrações oficiais ou na indústria cultural. Uma longa construção de memória fez com que o conflituoso processo de Independência se reduzisse ao grito do príncipe. Tem sido assim no Brasil todo, menos na Bahia, onde o "dia da caganeira nacional" nunca convenceu a população de seu valor histórico.

Além de ser tema do hino nacional brasileiro, o Sete de Setembro é o feriado cívico mais tradicional do país. Sua criação se deu em 1826, quando uma lei assinada por Pedro I instituiu cinco feriados relacionados à Independência, sendo quatro deles diretamente relacionados à sua própria atuação no processo: o dia que Pedro disse "Eu fico!", o dia que Pedro jurou a Constituição, o dia que Pedro gritou no Ipiranga, o dia que Pedro foi aclamado imperador. Como se vê, Pedro se achava uma pessoa muito importante nessa história toda.

Algumas datas caíram, outras ficaram. Após a Proclamação da República por um golpe militar, em 1889, apenas o Grito permaneceu, mas seu sentido se tornou muito mais uma celebração das forças armadas, com desfiles de militares, do que uma festa dedicada à memória da Independência.

Para os militares e militaristas, a data ainda faz sentido. Os desfiles anuais de Sete de Setembro são a maior mobilização de tropas "em tempos de paz" no Brasil contemporâneo e momento de exibição dos militares diante de familiares, neofascistas e curiosos. A data já deu ensejo a intentos políticos diversos, principalmente no século XIX e durante regimes militares. Na apropriação mais recente, em 2021, uma promessa de golpe militar animou os saudosistas do regime de 1964. O Sete de Setembro deles é o das paradas militares. O dia da Ordem. O dia de exercitar o fetiche da farda.

O mais interessante é que a cena do "Grito" foi realmente irrelevante no contexto da Independência: não é nem uma proclamação oficial de ruptura, nem uma declaração de guerra a Portugal, nem a preparação para uma grande batalha. O Sete de Setembro foi um arroubo de fúria de um líder político que, após ler algumas cartas, nervoso e constipado, saiu berrando às pessoas próximas que as Cortes tinham ido longe demais e sua decisão era a Independência. Gritou, esperneou, ergueu a espada e jogou o lacinho de Portugal no chão. O famoso piti do homem hétero.

O grito em si não mudou o curso da guerra, apenas criou uma narrativa de como foi que o príncipe anunciou pela primeira vez sua decisão. Quando o grito ocorreu, os conflitos já eram intensos em diversas regiões do Brasil,



pois tinham começado antes de qualquer ato de vontade do príncipe. Passado o Sete de Setembro, a guerra durou até o ano seguinte na Bahia, no Piauí, no Maranhão e no Grão-Pará. Já na Cisplatina, o príncipe perdeu para outro “grito” de Independência, dado em 1825 (ver abril).

A realidade é que as coisas não acontecem simplesmente porque um príncipe declarou que é sua vontade. A Independência foi realmente decidida muito longe do Ipiranga, em guerras civis entre forças locais, com ou sem reforço de tropas de Lisboa ou do Rio de Janeiro. Nesses conflitos, estava em jogo não só a separação ou não com relação a Portugal, mas também as características do novo regime que seria instituído, além de disputas diversas

em cada região do país, que em muitos casos mobilizavam os de baixo.

A Bahia foi o cenário de guerra mais decisivo para a Independência, e Dois de Julho de 1823 foi marco indiscutível dessa vitória na época, não só para os baianos, mas para muitos brasileiros que apoiavam a separação. Nesta data, após um ano e meio de ocupação militar portuguesa, cercos militares e guerra de guerrilhas, os soldados portugueses simplesmente deixaram Salvador e a cidade foi tomada, pacificamente e em festa, pelas tropas brasileiras, formadas tanto por soldados quanto por voluntários.

O Dois de Julho é comemorado na Bahia ininterruptamente desde o primeiro aniversário do evento, em 1824. Houve uma petição com mais de mil assinaturas para que se tornasse

feriado nacional em 1829, mas venceu sua oficialização como um feriado apenas baiano.

Durante o século XIX, a festa do Dois de Julho durava vários dias e mobilizava parte significativa da população de Salvador e do Recôncavo Baiano. Desde aquela época, a celebração reúne elementos de festas cívicas (como as bandas militares), de carnavais (como os carros alegóricos e as fantasias) e de festas religiosas (como as procissões com imagens).

Nas celebrações de 1824 e 1825, carruagens recém-usadas na guerra eram exibidas durante a festa. Já a imagem do caboclo, hoje um importante símbolo da festa, parece ter sido incorporada em 1826. Trata-se da representação idealizada de um índio com arco e flecha que pisoteia a serpente da tirania, simbolizando a vitória do Brasil contra Portugal.

Em 1836, o evento era descrito como uma “passeata carnavalesca”, com máscaras e festa nas ruas. Ao longo dos anos, as atrações se diversificaram e segmentaram: recitais de poesia, missas e retratos da família imperial na festa dos de cima; cortejos de “batalhões patrióticos”, batuques, caboclos e toda uma simbologia anti-portuguesa na festa dos de baixo.

No contexto da festa, “batalhões patrióticos” eram parecidos com blocos carnavalescos: grupos de pessoas que se apresentavam com

música, fantasias e estandartes, homenageando batalhões, heróis ou combates ocorridos na Guerra de Independência na Bahia. Sua presença remetia a batalhões que, entre 1822 e 1823, reuniram milhares de combatentes em Salvador e no Recôncavo, numa guerra que marcou a vida dos habitantes da cidade profundamente (ver novembro).

Segundo o historiador Hendrik Kraay, os “batalhões patrióticos” que se apresentaram nas primeiras edições da festa de Dois de Julho eram os próprios agrupamentos militares irregulares da Guerra de Independência.

Os grandes inimigos na guerra foram milhares de militares portugueses, enviados desde 1821 para manter a autoridade das Cortes de Lisboa na Bahia, em meio aos conflitos desencadeados pela Revolução Constitucionalista do Porto. Por sua vez, os combatentes do lado “brasileiro” tinham sido recrutados entre os pobres e racializados da Bahia, incluindo centenas de ex-escravizados libertados para servir em batalhões que, ao longo de vitórias decisivas contra os portugueses, foram exaltados como “patrióticos” (ver dezembro).

Portanto, não foi por acaso que o Dois de Julho se tornou uma festa popular. A guerra tinha sido popular e a derrota portuguesa tinha sido

uma grande festa nas ruas da cidade, já que surpreendentemente não foi preciso combater. O Dois de Julho foi um evento histórico pacífico e festivo de quem não aguentava mais a guerra e comemorou seu fim nas ruas. Algo bem diferente de um evento pacífico e farsesco de quem grita “Independência ou Morte” sabendo que a “Morte” é dos outros, nunca a sua.

Além de popular, no século XIX o Dois de Julho era uma festa antiportuguesa, propícia inclusive a ataques violentos a comércios e residências de homens nascidos em Portugal. Em 1836, o batalhão da guarda nacional onde serviam os portugueses residentes na cidade foi proibido de participar dos desfiles após pressão de brasileiros incomodados com sua presença.

Em 1846, foi a imagem do caboclo que incomodou o presidente da província, Francisco José de Souza Soares de Andréia, comandante militar português que tinha sido responsável pela repressão da Cabanagem (1835-1840), que exterminou dezenas de milhares de “tapuios” na Amazônia. Ele considerou a figura do caboclo ofensiva para os portugueses e pressionou para que ela fosse trocada pela de Catarina Álvares Paraguaçu, mulher indígena que ajudou os primeiros portugueses a se estabelecerem na Bahia, no século XVI. Os organizadores da festa aceitaram incluir uma “cabocla” na festa, mas mantiveram a figura original no centro da cerimônia.



No mesmo ano, em meio à festa, um poeta usou o recital para criticar o governo e foi atacado a chicotadas pelo filho do presidente Andréia, um major do exército. A esposa do poeta reagiu e quebrou seu leque de marfim na cara do agressor.

Em 1868, o caboclo incomodou outros membros da elite, mas desta vez porque foi visto como uma expressão de religiosidade de matriz africana. Segundo um jornal da época, indignado, no Dois de Julho os baianos “botam Xangô na rua”.

Os sentidos dos Dois de Julho sempre foram múltiplos porque o evento celebrado fazia sentido para os baianos que viveram e lutaram na guerra, incluindo os escravizados. Como demonstrou o historiador João José Reis, havia algo como um “partido negro” na Guerra de Independência em Salvador. Não apenas nas forças militares, que pela primeira vez em séculos de história da Bahia eram massivamente negras, mas também entre a população civil. Por exemplo, episódios como o apedrejamento de portugueses por grupos de jovens negros escravizados foram comuns ao longo da guerra e contribuíram para a desestabilização da ocupação militar (ver novembro).

Mas a festa de Dois de Julho também tem sido instrumentalizada para o apagamento desta parte da história. Em sua parte oficial, ela sempre afirmou a identidade baiana e a

brasileira, negando a identidade africana, e não apenas a portuguesa. Nas festas do século XIX, não havia referência oficial aos combatentes negros da Independência, muitos deles presos, mortos ou expulsos da província após a Revolta dos Periquitos (ver dezembro) e, desde então, apagados da memória oficial.

Por sua vez, as milícias de “pardos” e de “Henriques”, essenciais para a vitória brasileira, chegaram a desfilar nos primeiros anos como heróis da guerra. Porém, essas milícias foram massacradas em 1838 por terem revolucionado a Bahia durante a Sabinada. Um aristocrata baiano, o visconde do Pirajá, comentou que desde então o desfile se livrou dos indesejáveis painéis “de negros matando brancos” que esses milicianos costumavam incluir em seu “batalhão”, para rememorar suas vitórias contra os portugueses.

Trinta anos depois, em 1868, um “batalhão nacional” formado predominantemente por trabalhadores do comércio, majoritariamente brancos, solicitou que os “pardos” fossem excluídos de seu agrupamento. O racismo, negado nas representações do Brasil do Dois de Julho, não deixava de se manifestar na festa. A politicagem também se afirmou. Em 1869, “batalhões patrióticos” eram organizados com nomes de lideranças partidárias, funcionando mais como comícios eleitorais do que como celebração do evento histórico. No mesmo

contexto, a polícia organizou seu próprio “batalhão patriótico” com a finalidade de “apoiar o governo”.

Por outro lado, os anos seguintes foram marcados por uma apropriação abolicionista da festa, que vinculava o Dois de Julho à demanda atual por liberdade. Nesta época, também foram frequentes as hostilidades contra militares por parte dos que eram cotidianamente reprimidos por soldados e policiais em Salvador. Em 1875, o Dois de Julho terminou num combate entre a população e um batalhão de soldados, que mataram um tipógrafo e tiveram seu quartel apedrejado. Dois anos depois, um comandante reclamava que “ainda desta vez, como de outras muitas, a tropa de linha foi virulenta e atrozmente insultada e apedrejada”. Em 1880 e 1885, a banda militar voltou a ser alvo das pedras e teve seus instrumentos quebrados.

Em 1895, a elite branca que vinha abandonando a festa e se empolgando com teses racistas da moda procurou substituir o Dois de Julho popular por um monumento frio e sem vida, fabricado na Itália, sem qualquer identificação com a memória popular baiana. Porém, a data continuou sendo reinventada no século XX e segue viva nos dias de hoje, cheia de contradições como o país que pretende representar, numa celebração da Independência como festa popular. É um mito nacional, mas é muito melhor que o piti de um príncipe cagão.

# A V I S O.

Desapparecerão,  
ouzeri wæs  
trez negras muito ladinhas,  
nação Benguella.

entusiasmo d'este povo he tal, para se defender dos Imperiaes, que se ajuntarão 174 combatentes machos ou femeas, pois havia n'este numero 3 mulheres armadas!!!

fugirão hum muleque de nome Marcos, de Nação Nagô, Benedicto, mulato, de idade de 12 annos Domingos, Gêge,

Rita, de Nação Nagô, Maria Rita crioula  
fugio quando as tropas de Portugal se retirarão;  
quem delles souber e os conduzir á dita Proprietaria  
receberá o seu premio.

Independencia s. f. Liberdade  
de viver. de fazer etc.

49 No dia 1.º de Maio do corrente anno, fugirão duas pretas huma crioula, por nome Bonifacia, que terá 16, a 18 annos de idade, altura ordinaria, cheia de corpo, e outra de Nação, já ladina, por nome Quiteria, idade de 28, a 30 annos pouco mais ou menos, estattra ordinaria, com alguns paos pela cara, pescoco.

a Illustre D. Maria Quiteria de Jezus, natural da Bahia, que em trajos de soldado fez muitos serviços militares em 1823, e combateu á pé firme nos douts assaltos, e desembarques, que mandou fazer o general Portuguez, o Madeira, na ilha de Itaparica. Pelo que recebeu aquella Heroína em premio o posto de Alferes, conferido pelo Nosso IMPERADOR CONSTITUCIONAL

## INDEPENDÊNCIA DAS MULHERES

Mulheres entraram na história oficial da Independência por meio de narrativas sobre a princesa austriaca e sobre a mulher-soldado que acabou recebida como heroína pelo imperador. Longe da família imperial, mulheres lutavam dia após dia por independência, termo definido num dicionário da época como "Liberdade de viver, de fazer etc."

No dia 15 de Novembro fugio huma preta por nome Marcelina de boa altura Nação Benguella com saia azul, anda com hum taboleiro vendendo agulhas e cadarços e huma folha em cima com lenços e meias; quem delles souber e os conduzir á dita Proprietaria receberá o seu premio.

# Agosto

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6 Manifesto declarando oficialmente a Independência (1822)
7	8	9	10	11	12 Sedição Baiana (1798)	13 Partida da tropa de Cachoeira para tentativa de tomar Salvador dos portugueses (1822)
14	15	16	17	18	19 Deposição do capitão-general de Mato Grosso (1821)	20 Recepção de Maria Quitéria pelo Imperador, no Rio de Janeiro (1823)
21 Motim liberal em Goiana, Pernambuco (1821)	22	23	24 Início da Revolução Constitucionalista do Porto (1820)	25 Rebelião escrava na Bahia (1826)	26	27
28	29	30 Redução de 30 mil para 10 mil nos efetivos militares na Corte, por temor de novas sublevações da tropa (1831)	31			

HOMEM, s. m. Individuo da especie humana, dotado de corpo organico, e alma racional immortal, capaz de aperfeiçoar as suas faculdades por estudo, e observação, ou ensino. §. Ter-  
mem; i. é, protector, que auxilia  
lo. M. Lms. §. Homem del-Rei; i. é, com  
so. §. Chamamos nosso homem  
achamos digno de louvor  
mos, que não é o nosso  
f. 170. §. Homem  
armado de tod  
nario a co  
trapoi  
T.

MULHER, s. f. Femea da especie humana.  
§. Mairona, opposto a marido. §. Mulher do mun-  
do: meretriz. Eufr. 1. 3. Mulher de partido; o  
mesmo.

... era capitão mór, havido por homem de  
... para as manter).» Ord. Af. 1.  
... e valor pessoal. B. 1. 8. 10. «Ti-  
... e freq. §. Opposto á gente da ma-  
... sem artigo, por nenhum hor-  
... sabe homem como se ha  
... dos mds. V. Ined.  
... aquelle que f  
... o dizem

MULHERILMENTE, adv. Ao modo das mu-  
lheres: ateminada, fracamente; v. g. chō-

... 230. onde vê o ho-  
... mais. Ha-os homem de  
... mornos. Cam. Anfir. 1. sc.  
... Com. f. 38. f. 118. e 191. Eufr. 1. sc. 3.  
... Egl. 1. Estes modos de fallar são ho-  
... Homem de alguem: v. g. «é meu homem.»  
... do Francez, que nos ficarão. V. o art.  
... meu servidor, criado. §. E o meu homem: o meu  
... valedor, o que eu tenho por excellente. §. Ho-  
... mem de rua, ant. o que vivia nas Cidades, ci-  
... daldão, burguez, ruão. §. Homem bom; de bem;  
... fidalgo, nobre. Nobiliar. f. 69. hum homem bom  
irmão del-Rei d' Inglaterra.

Se a historiografia em geral demorou anos para incluir as mulheres como sujeitos no desenrolar dos “grandes” episódios históricos, especialmente os que transcendessem a “colaboração” através do trabalho executado em espaço doméstico, a história das independências na América Latina, pelo menos em sua verve literária, conta com diversas mulheres entre as figuras responsáveis ou reconhecidas como heroínas da pátria.

Era comum, por exemplo, que as mulheres, bem como as crias, acompanhassem os maridos soldados nas guerras da independência que, nas colônias espanholas, duraram entre dez e quinze anos. Naturalmente, nesses casos, a participação feminina exercida através da manutenção das condições materiais de existência já seria uma enorme contribuição para os que lutavam do lado colonial, mas muitas mulheres, em todos os nascentes países, aparecem como importantes quadros da luta contra a metrópole. O próprio Bolívar, em determinado momento da longa marcha de libertação americana, elogia as mulheres venezuelanas.

Os nomes que fazem a história de luta feminina pela independência pelo continente são muitos, como La Pola, fuzilada em público com 22 anos em Santa Fé de Bogotá; Simona Josefa, artesã mestiça e pobre importante para a luta no hoje território de La Paz, Bolívia; Juana Azurduy de Padilla, líder guerrilheira indígena

de família rica que participou de 23 ações armadas também na Bolívia; Maria Remedio del Valle, negra afro argentina que lutou e prestou socorros no Exército do Norte durante toda a guerra da independência, e a capitã Evangelista Tamayo, que lutou junto a suas irmãs em um destacamento militar feminino no atual território colombiano, apenas para citar algumas das muitas mulheres de destaque nos vários países latino americanos.

Assim como Evangelista, no Brasil, Maria Quitéria de Jesus galgou postos no exército em vida e foi declarada uma de seus patronos (assim, no masculino mesmo), mas não sem uma trajetória digna de um romance. Maria Quitéria ingressou no exército em 1820, durante as guerras da independência, conflitos onde portugueses e brasileiros lutaram para recusar ou consolidar a autoridade de d. Pedro I frente às contestações de vários setores da sociedade. A jovem de 27 anos engrossou as fileiras que defendiam a autoridade real com a farda do cunhado e a alcunha de soldado Medeiros.

Maria Quitéria, que não era rica mas também não era pobre, tivera a oportunidade de, na propriedade da família, dedicar-se a hobbies ligados ao ambiente em que cresceu, como a prática de tiro. Essa habilidade e outras registradas por seus biógrafos como a capacidade estratégica, logo possibilitaram que o soldado

Medeiros fosse reconhecido como um útil combatente. Meses depois de seu ingresso, o pai de Maria Quitéria a encontrou no Batalhão n. 3 de Caçadores, conhecido também como Batalhão dos Periquitos (ver dezembro), e a denunciou ao comandante.

A presença de uma mulher em uma campanha militar poderia até apresentar questões morais, mas para o Major responsável o mais importante eram as chances de vitória com bons soldados, como era o caso de Maria Quitéria. Assim, não só permitiu a permanência dela no Batalhão, contrariando seu pai, como seguiram-se as batalhas e Maria Quitéria foi autorizada a casar com um companheiro de armas e até mesmo adotar um saio de tipo escocês em seu uniforme, diferenciando-a dos outros soldados do sexo masculino. Pouco mais de um ano depois de sua entrada no exército, Maria Quitéria seria por fim reconhecida como heroína no Rio de Janeiro, para onde embarca a fim de encontrar o Imperador logo após o fim das guerras da independência, em 20 de setembro de 1823. No encontro, é promovida a alferes e recebe a insígnia de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro. Depois da guerra, Maria Quitéria teria sido perdoada pelo pai, retornando à Serra da Agulha de onde saíra anos antes. Casou-se com um antigo amor, teve apenas um filho e morreu em agosto de 1823, cega e com 56 anos.

A “Joana D’Arc brasileira”, ao contrário de outros quadros militares tidos como heróis no processo de independência, não seguiu caminho na política ou vida pública. Apesar do reconhecimento dos jornais contemporâneos e do próprio imperador, a alferes voltou-se à vida esperada de uma mulher: casar-se, ter filhos, gerir a casa. Sua morte e sepultamento foram feitos sem grandes alardes no reinado independente que sacolejava à sua maneira. No entanto, duzentos anos depois de sua morte, Maria Quitéria seria finalmente (?) reconhecida em sua importância nas lutas pela independência, não à toa.

Um salto no tempo. Os primeiros anos da década de 1850 no Brasil são anos de tensões sociais e crises econômica e política, que culminam no suicídio de Getúlio Vargas em 1954. No ano anterior, como parte dos projetos de conciliação, a figura de Maria Quitéria representou um desses elos simbólicos que mantém a ideia de nação coesa: uma civil que pegava em armas filiando-se ao exército movida por profunda paixão nacionalista. Além disso, uma mulher, baiana, sertaneja, que muitos autores defendem ter traços indígenas, ou seja, figura que reúne ao mesmo tempo características universalizantes e específicas. Para a geração de intelectuais dos anos 1820, os arquétipos do projeto de nação republicana em curso em 1850 e preservado até hoje, Maria Quitéria apresentava o estereótipo do brasileiro que desejavam e queriam defender.

A década de 1950 também é marcada, no auge da Guerra Fria, pela ferrenha defesa do nacionalismo. Maria Quitéria, nesse sentido, também empresta sua imagem para a defesa patriótica. Primeiro, escolhe obedecer o amor à pátria (a coisa pública) em vez do pai (o senhor supremo do espaço doméstico), e mostra suas habilidades em defender essa escolha na destreza e a vontade em luta, é reconhecida e elogiada nas ordens do dia do comportamento militar etc. Mais que tudo, Maria Quitéria de Jesus é uma mulher, que fugiu do seu lugar na sociedade para defender a nação contra invasões estrangeiras, um forte e necessário símbolo para o embate em 1953 entre nacionalistas e “entreguistas”. Se uma mulher possui tamanha coragem, disposição e amor à pátria, como haveriam os homens de se furtarem a isso?

A Alferes, no entanto, não foi a única mulher baiana a pegar em armas ou colocar-se à disposição da luta pela independência. Nessa mesma Bahia, Madre Joana Angélica usou seu corpo como barreira final para garantir a fuga de freiras do Convento N. sra. da Conceição da Lapa, invadido por tropas leais a Portugal em busca de milícias brasileiras independentistas em fevereiro de 1922. O assassinato da freira ali mesmo a transformou em beata reconhecida pela Igreja Católica, mártir e primeira heroína da história da independência do país. Maria Felipa, mulher negra marisqueira e capoeirista

que possuía encantos físicos e atributos mentais refinados, que contribuíram para a drástica diminuição no número de soldados leais a Portugal. Diz a história, que não conta com muito respaldo em documentação, que Maria Felipa depois de colaborar na retaguarda de tropas independentistas uniu-se a outras dezenas de mulheres que seduziram soldados e comandantes, atacaram-nos com folhas de cansaço e afastaram do conflito bom número de inimigos, garantindo vantagem aos baianos.

A presença de mulheres em luta, como visto, não era excepcional a ponto de Maria Quitéria ser a única representante possível. Em realidade, conta a história que a própria Maria Quitéria teria liderado um batalhão civil de resistência formado por mulheres. No entanto, é interessante perceber as diferentes atuações femininas e como se registrou na história essa participação. Se Maria Quitéria, sertaneja, pegou em armas, Maria Felipa, negra, seduziu soldados. Outras damas da elite baiana redigiram cartas. Percebe-se, com isso, que a raça e a classe dessas mulheres influenciaram tanto em sua atuação no calor dos eventos quanto seu registro (ou não) na história.



Também na Bahia, é famosa a carta de 186 damas da elite baiana, em 13 de maio de 1822, endereçada à princesa Leopoldina, outra figura considerada importante por sua influência na decisão do marido de permanecer no Brasil. Já em São Paulo, senhoras de alta classe enviaram à Imperatriz uma carta de apoio e congratulações por seu papel na independência, identificando-se entre mulheres e registrando sua participação na esfera pública da política.

Os registros das mulheres privilegiadas deixam entrever o importante passo que foi sua participação política no Primeiro Reinado. As ações desempenhadas por mulheres, como as cartas enviadas na Bahia e em São Paulo demonstram que as mulheres começavam a se posicionar no espaço público da política, saindo das sombras domésticas para disputarem e firmarem também suas opiniões na arena de debates políticos. Além disso, é possível inferir através da documentação que mulheres de diversas origens sociais e étnicas participaram desse processo, não só como esposas mas pegando em armas e defendendo pautas nas quais acreditavam de forma individual ou coletiva. Muitas, por suas origens, não estão no panteão histórico junto a Maria Quitéria, mas nesse caso o silêncio é bastante eloquente.

Quando lembradas pela história, muitas dessas mulheres terminam por ocupar um lugar de destaque mas que atende a propósitos de marginalização. Segundo essa narrativa, Maria Quitéria, assim como outras, responde ao chamado do dever patriótico de alistar-se pois seu coração se inflama de amor à pátria e senso de responsabilidade em defendê-la, maiores que a família ou qualquer outro valor. Esse amor pela pátria levado às últimas consequências é também o que ardia no peito de outras heroínas de outras pátrias recém nascidas na América Latina, ao menos segundo os registros literários e biográficos que em geral guardam sua memória. É esse amor intenso que levou essas mulheres a negarem sua “condição natural” de cuidar do lar, bordar e parir, mas também é esse amor como símbolo o que se pede para fundar e conciliar um grupo de pessoas que até ontem possuíam profundas questões internas que poderiam ameaçar um projeto nacional único, tal como foi em 1822, tal como foi em 1953 e em vários momentos anteriores e subsequentes.

Por outro lado, para os tradicionalistas fundadores de Estados, patronos da nação (assim, no masculino mesmo), e sua historiografia, é também uma justificativa para a intensa participação de mulheres nos conflitos de independência. Mulheres, seres passionais,

movidas pelo ideal político maior que seu espaço doméstico delimitado, pelo intenso amor pela pátria, foram tocadas ora por discursos de figuras importantes, ora por familiares ou mesmo por inspiração divina, pois o centro de decisões feminino estaria em sua orientação emocional, não no racional, como nos homens. O amor abnegado das mulheres, por fim, conforma uma ótima metáfora para o que se espera de civis e militares na manutenção do estado nacional.

No entanto, a narrativa que toma essas mulheres - no Brasil e na América Latina em geral - como criaturas apaixonadas pela nação sustenta esse projeto mas também tenta retirar delas sua rebeldia, que fez com que mulheres se levantassem justamente contra a pátria e a atribuição de papéis intelectuais e físicos que as excluía da vida e decisão comum sobre a coisa pública.

A luta feminina na independência mostra uma diversidade de iniciativas de mulheres que atravessam classes e marcadores raciais, unificando essas mulheres como interessadas em uma independência específica, o direito de também participar das decisões coletivas, do espaço público, para além do âmbito doméstico. Sentimento, esse sim, que atravessava mulheres de cima a baixo no Brasil do começo do XIX.



EM MEMÓRIA DO CARIÓTIPO SANTO  
Francisco José de Chaguinhas

no fim da rua da Força

morra morte natural será condenado que cruelmente

esquecidos dos posteros, Caetaninho, a infeliz victima do despotismo colonial, e o Chaguinhas, um dos cabeças do, tão fallado ainda hoje, levante de Santos, que teve

Santos 30 de Junho de 1821.

O Batalhão de Cassadores tocou rebate depois da meia noite, e se poz em armas.

Depois de armados de mais a mais de pistolas, e espadas, e depois de municados de polvora, e bala, fizeram occupar com guardas diferentes pontos da villa, e collocarão peças de artilheria, carregadas de metralha, em alguns logares mais proximos ao Quartel e Caza do Trem. Os Soldados que restarão destas disposicoens, armados todos pela maneira referida, andarão juntos pelas ruas com gritaria, tocando as coruetas, e caixas a degollar não tendo sedido as ordens, e instancias do Governador, para que não sahisses do Quartel.

Estou enterrado na rua da glória

Lembre de mim se passar por aqui

# EXECUÇÃO DE CHAGUINHAS

Em São Paulo, a execução de um soldado da Guerra de Independência produziu comoção, indignação e devoção no bairro da Liberdade, onde a forca era usada para manter a ordem escravista desde os primeiros tempos da cidade. O milagre de Chaguinhas é um pedaço da história dos rituais de enforcamento público organizados pelo Estado, que marcaram cidades brasileiras até a "abolição" da pena de morte, em 1876.

A soldadesca amotinada conduziu o governador Bento Alberto da Gama e o commandante do batalhão, tenente-coronel José Vicente de Oliveira, de baixo de escolta, ao quartel general dos sediciosos, onde foram obrigados a realizar os pagamentos atrasados.



# Setembro

D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5 Declaração de guerra de extermínio por João VI em Goiás, contra os Karajás, Apinayés, Xavantes e Canoeiros (1811)	6	7	8	9	10
11 Divisão de Mato Grosso entre duas juntas de governo rivais (1821)	12 Tropas imperiais invadem Recife e acabam com a Confederação do Equador (1824)	13	14 Instalação de um governo autonomo no norte goiano, atual Tocantins (1821)	15	16 Queda do governo de Gervásio Pires em Pernambuco (1822)	17
18	19	20 Execução de Chaguinhas em São Paulo (1821)	21	22	23 Tentativa portuguesa de invadir Itaparica, uma canhoteira é tomada pelos brasileiros (1822)	24 Derrota brasileira na Batalha de Rincón, na guerra de Independência do Uruguai (1825)
25	26	27	28	29	30	

Há cem anos atrás, setembro de 1822 se inscrevia na história como a independência brasileira. Segundo a história oficial, foi no sétimo dia desse mês que o Príncipe português rompeu com a metrópole tornando o Brasil uma monarquia independente. O marco mais importante desse evento fundador do país é o grito dado às margens do riacho do Ipiranga, em São Paulo. Apesar de até então sede do governo e capital do Estado estar no Rio de Janeiro, o fato também passaria a ser usado para atribuir um papel de destaque à participação paulista na fundação da pátria.

O regente, no entanto, não estava à toa na cidade. E se setembro marca a data do maior piti da pátria para os nacionalistas (ver julho), para as pessoas pobres e negras, o ano anterior foi marcado pela violenta execução de soldados que ousaram levantar-se pelo soldo atrasado há (apenas) cinco anos. E esse atraso não era incomum.

Há muito sabemos que o serviço militar forçado baseava-se na violência contra os de baixo. Permanecer no cargo significaria humilhação e espoliação, como vários casos aqui exemplificam. A mínima garantia de dignidade que poderia acompanhar o exército, os soldos, não significavam nada, já que a regra era atrasarem os salários principalmente para os negros, mestiços e de baixa patente entre os militares recrutados. Nesse quadro, mesmo

brasileiros recebiam menos e depois que soldados portugueses - isso se sobrasse dinheiro. Assim, aos pobres no serviço militar só restava a revolta e o saque.

Em São Paulo, em junho de 1821, irrompe uma rebelião contra o capitão general João Carlos Augusto de Oeynhausen contra o atraso e distinção dos pagamentos. O que poderia

ter consequências graves para as patentes rebeldes em outros cenários, como de fato teve no ano seguinte, foi aproveitado por partidários da revolução liberal para direcionar o descontentamento dos soldados em favor da deposição do capitão-general (ver janeiro).

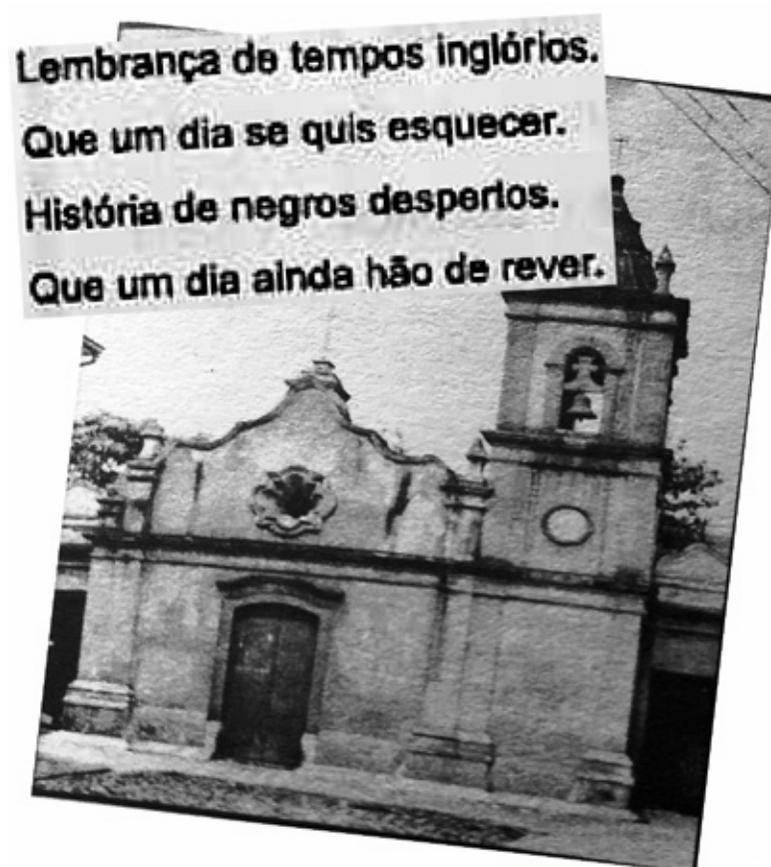
Assim, em 23 de junho de 1821 é instituída a primeira junta do governo provisório em São



Paulo. O presidente seria, acreditem, o antigo capitão-general João Carlos Augusto de Oeynhausén, representante dos ideais conservadores; o vice-presidente José Bonifácio e seu irmão e genro Martim Francisco Ribeiro de Andrada, secretário, estes últimos grandes esperanças dos liberais. Os soldados envolvidos no levante são perdoados, seus soldos pagos e a calma reina na São Paulo liberalizada.

Não obstante a bagunça que acontecia serra acima, no litoral, soldados se recordavam que d. João havia equiparado os soldos de portugueses e brasileiros, e se inspiravam pela vitória dos companheiros. Assim, na madrugada do dia 27 para 28 de Junho, poucos dias depois do levante em São Paulo e eleito o governo provisório, o 2º batalhão de caçadores de Santos se apossa da vila. Conta-se que arrombaram a cadeia, soltaram todos os oito presos, roubaram armas e munições e queimaram um navio português ancorado no porto. Logo depois, se dividiram em grupos, prenderam autoridades e sequestraram as pessoas mais ricas que conseguiram apanhar, exigindo seu resgate em dinheiro. Impediram que escravizados buscassem ou utilizassem água fora das casas, assim como a abertura de lojas e armazéns e o abastecimento de carne verde no açougue, de onde saquearam o que necessitavam.

Apesar do caos temporário instaurado na cidade pelos soldados, logo que se estabeleceu negociação e foi indicada a existência de dinheiro para pagamento dos salários atrasados, depuseram armas e recolheram-se ao quartel. O governo, tendo notícias do levante, declarou-se em sessão permanente (do dia 30 de junho até 02 de julho). Em 03 de julho são enviados



para reprimir os revoltosos os mesmos caçadores do batalhão que se revoltara dias antes em São Paulo. Missão dada e cumprida, já que, chegando a Santos em 6 de julho os soldados paulistas encontram, subjagam e prendem a maioria dos santistas antes em revolta. Alguns historiadores afirmam que ao amanhecer do dia 06 entregaram-se, não antes de áspero embate, Francisco José das Chagas e outros três companheiros, assumindo a responsabilidade pelo acontecimento e registrando-se como líderes da rebelião. Há outros registros, entretanto, de que nem Chaguinhas nem seus companheiros de fato estavam entre os mais influentes chefes do levante, mas isso já não importava. Assim como não importava que houvessem baixado armas dias antes. Era necessário punir exemplarmente os envolvidos.

Dominados os revoltosos com derramamento de sangue, estabeleceu-se um Tribunal de Guerra que, em Agosto, sentenciou trinta deles à pena de morte, número logo reduzido a apenas sete nomes, condenados por “atos de insubordinação com circunstâncias agravantes”, que incluíram, segundo os autos, “a prática de homicídios, o esartejamento de crianças, roubos, saques e outras violências”. Os demais foram condenados a perpétuo degredo em África.



Para servir de exemplo, o Governo decidiu que os condenados à pena máxima seriam enforcados em suas respectivas terras de origem, fazendo com que “Chaguinhas” e Cotintiba subissem à forca em São Paulo. Os demais, por não haver tempo de construir uma forca em Santos, foram imediatamente executados em alto mar, a bordo de um brigue de guerra.

Como se vê, apesar da semelhança dos levantes daquele ano em São Paulo e Santos, o primeiro foi tranquilamente abafado e as reivindicações

calmamente atendidas, enquanto em Santos sangue teve que correr e a repressão não se fez de rogada. Se o motim causara comoção e medo, a comemoração pela repressão fez o possível para também ser memorável. Assim, mandou o Senado que a cidade se iluminasse por três dias e nesse período se dessem as demonstrações públicas de contentamento geral pela repressão da revolta. Os soldados, oficiais e comandantes paulistas rebelados pelos mesmos motivos dias antes, e agora repressores dos soldados santistas, seriam declarados beneméritos da Pátria, “que tão heroicamente tinham terminado aquela rebelião”.

São Paulo, à época, também não possuía força - a última havia padecido pela ação do tempo e de populares, especialmente indígenas, que mais de uma vez avançaram sobre ela. Mas uma das primeiras iniciativas do novo governo provisório foi justamente ordenar erguer uma nova. Presos desde julho, julgados a partir de agosto, Chaguinhas e Cotintiba foram levados a São Paulo em meados de setembro, recolhidos em uma casa de oração onde aguardaram sua execução, finalmente marcada para 20 de setembro.

Na data, o povo correu ao Campo da Forca, hoje Largo da Liberdade, para assistir à execução. Os sentenciados não gozavam da simpatia popular, tampouco eram ojerizados pela massa, que assistia à execução por simples costume. Primeiro a subir no cadafalso, Cotintiba é também o primeiro a morrer. Logo depois Chaguinhas é levado à forca. No entanto, a corda se rompe com o peso do corpo e o manto negro da misericórdia é jogado sobre seu corpo, também parte dos costumes - o que aponta que os casos de rompimento da corda eram raros mas não impossíveis. Levado o caso ao governo provisório, ausente apenas José Bonifácio, a pena de morte foi mantida pela maioria - o que contrariava o hábito de perdoar o condenado em casos semelhantes.

Conduziu-se novamente Chaguinhas à forca, e se a primeira corda era precária, a segunda não logrou ser melhor: rompeu-se também. Se a corda romper uma vez era uma possibilidade pequena, mas possível, duas vezes só poderia ser milagre ou desejo divino. Novamente, a bandeira da misericórdia e a procissão à sede do governo, que apesar de também estarrecido mantém a pena, dessa vez contando com ríspidas palavras de Martim Francisco dirigidas ao público através da janela do palácio. O desfecho da história embruma-se nas versões, mas nem por isso é menos dramático: ora conta-se que a solução para o enforcamento foi uma tira de couro conseguida em um açougue, ora conta-se o serviço foi terminado pelo carrasco com um punhal.

O fato é que tal processo constituiu um pesado espetáculo para a população que acompanhava a execução, que com tantas reviravoltas durou algumas horas. As execuções na forca no regime colonial não eram de causar surpresa, mas o espetáculo da morte de Chaguinhas, e a intransigência do governo, mobilizaram profundamente os populares da cidade, que horrorizados direcionavam aos Andradas o descontentamento e repulsa pela execução do soldado que. Imediatamente, suscitou-se a revolta e a devoção religiosa. A recusa de Martim Francisco e os demais membros do Governo provisório, bem como as homenagens rendidas ao batalhão paulista demonstram o significado de dois pesos, duas medidas. Se, no momento em que interessava aos liberais, os soldados que se levantaram por pagamento foram atendidos pela elite desejosa de depor os representantes de Portugal, logo depois, quando essa elite nacional já ocupa o lugar de poder, toda e qualquer manifestação contrária a sua hegemonia deve ser severamente punida tanto quanto no governo combatido anteriormente. As ameaças ao patrimônio e honra da elite santista, estrategicamente sequestrada, e a violação da disciplina militar (essa cada vez mais comum em um Brasil que tentava alguma unidade interna) deveriam ser exemplarmente punidas para que por sua vez não pudesse influenciar a gigantesca turba de pessoas pobres, negras e indígenas recrutadas à força e plenas de motivos para se revoltar.

No começo de 1822 José Bonifácio passou a integrar o ministério imperial e deixou a Junta provisória, levando seu irmão-genro ao cargo de vice-presidente. Não à toa, meses depois, talvez por influência de Bonifácio, Oeynhausen é chamado à corte no Rio de Janeiro junto a seu coronel de confiança. Se aceitassem o “convite”, quem assumiria finalmente a presidência da província seria Martim Francisco. Por isso, em maio de 1822, parte da população é mobilizada pelo coronel Francisco Ignácio a ocupar o largo de São Gonçalo (atual Praça João Mendes), em episódio conhecido como Bernarda de Francisco Ignácio. Essa mobilização, criada para defender o capitão-general, termina por depor tanto ele quanto Martim Francisco de seus cargos, e leva ao estabelecimento de uma nova junta de governo.

A comoção causada pela execução dos soldados e o levante da Bernarda mais tarde foram as motivações para o regente d. Pedro vir a Santos e depois a São Paulo. Com diarreia, o que o obrigava a descer dos jumentos (não se subia a Serra do Mar a cavalo) de tempos em tempos pra se aliviar nos matinhos do caminho. As margens plácidas do rio Ipiranga, portanto, eram mais uma parada no itinerário intestinal do príncipe.

# RODEADOR. [\*]

A meados de Março ou Abril de 1820, formou-se junto aos confins da Provincia da parte do sul hum grosso bando de Salteadores, que passavão de 400 em numero.

[\*] Nome de hum monte que está a trinta e seis legoas distante da villa do Recife para a banda de Weste a humna da povoação do Bonito, aldeia pobre, e cuja cultura consiste em algodão, que pertence a alguns lavradores deste genero, sendo o resto do povo miseravel. Este monte he celebre por algumas nascentes de agua [cousa rara na provincia] que amenizão huma parte das terras visinhas a elle; e que podem ser fertilissimas: pertencem a hum capitão das ordenanças do mesmo districto do Bonito. O monte he coroado por huma lagem horizontal de alguns pés de diametro, debaixo da qual, segundo huma tradição recebida pela gentalha, se ouvio de quando em quando vozes humanas.

Os defensores julgavão-se  
commandados por Deos

Para os destruir tomei todas as medidas que me pareciam necessarias:

fugindo da obediencia das auctoridades, e acolhendo os desertores de diversas provincias, augmentavão consideravelmente em força

o ajuntamento era mui perigoso

tendia a for-

mar grandes desordens na sociedade.

*A Santa irã  
nos mostrari  
o que convém  
adorar*

Pedra do Rodeador, local do desencanto de Dom Sebastião

## DESTRUIÇÃO DO PARAÍSO TERREAL

Durante a Revolução Pernambucana de 1817, famílias pobres fugiram para o sertão para escapar do recrutamento militar e da perseguição de latifundiários escravistas que vinham tomando suas terras. Criaram uma comunidade numerosa e insubmissa ao Estado, que sobreviveu apoiada no nós por nós e na fé religiosa. Em 1820, acusado de ser um covil de bandidos e fanáticos, o Paraíso Terreal da Pedra do Rodeador foi destruído e sua população exterminada. Para os pobres da sociedade escravista, viver sem se sujeitar a um senhor era o mesmo que ser criminoso e herege. Mesmo que apenas adorassem ao Deus católico e a um antigo rei de Portugal.

huma sanguinosa carnificina, perpetrada na Serra do Rodeador, vulgo Bonito.



# Outubro

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12 Canhoteiras portuguesas atacadas na ponta do Manguinho, Salvador (1822)	13	14 Derrotada tentativa portuguesa de furar o cerco em Itaparica (1822)	15 Revolta contra os portugueses no Pará (1823)
16	17	18	19 Confronto armado entre defensores e opositores da Independência em Parnaíba, Piauí (1822)	20	21 Levante dos Periqui- tos, ex-soldados da Guerra de Independência, em Salvador (1824)	22
23 Expulsão das tropas portuguesas da Banda Oriental (1823)	24	25 Destruição da Cidade do Paraíso Terrestre, em Pernambuco (1820)	26	27	28	29
30	31					

A Serra do Rodeador fica na zona rural de um antigo povoado chamado Bonito, no sertão de Pernambuco, a 134 km de Recife. No século XVII, Bonito era parte do amplo território do Quilombo dos Palmares. Depois da guerra de Palmares, toda aquela área foi distribuída em sesmarias para proprietários brancos. A sesmaria era uma terra concedida pelo rei como propriedade a alguém que lhe foi útil (por exemplo, os bandeirantes paulistas que destruíram Palmares fizeram isso por promessas de sesmarias) ou para alguém que convença as autoridades que têm recursos o suficiente para comprar muitas pessoas para escravizar e tornar a terra lucrativa. Esta foi a forma de acesso à propriedade de terra ao longo de toda a formação do Brasil.

No início do século XIX, aquela terra era sesmaria de herdeiros ricos que as arrendavam para quem tinha o mínimo de condições de pagar. Em 1811, a família de Silvestre José dos Santos arrendou um pedaço de terra e se mudou para lá, dando início às rezas em torno de uma imagem de Nossa Senhora da Conceição. Silvestre era desertor das tropas e foi com sua família para tão longe tentando escapar às autoridades. As rezas que organizou atraíram muitas pessoas, incluindo gente que não tinha nada e que podia se mudar, construir sua casa e abrir sua roça, tornando-se parte de uma comunidade em torno da imagem da santa.

Em 1817, a Revolução Pernambucana deu início a uma guerra civil em Recife, resultando em recrutamento forçado, violência e fome. Segundo o historiador Pedro Castellan Medeiros,

“[...] o maior e mais danoso instrumento de repressão que atingiu os homens livres pobres durante quase todo o período colonial foi o sistema de recrutamento militar forçado. Se, por um lado, o ingresso nas armas podia trazer alguma ascensão social para poucos e pequenos grupos, por outro, o recrutamento era visto como uma ameaça constante ao seu modo

de vida, desagregando sua organização familiar e produtiva. Tais homens se viam então forçados a escolher servir como recrutas, uma vida miserável e insalubre nos quartéis militares, sujeitos a severas punições e castigos físicos em razão da rígida disciplina da caserna, ou desertar, engrossando os bandos fora da lei e marginalizados do período.”

## POLITICA.

REYNO UNIDO DE PORTUGAL, BRAZIL, E ALGARVES.

### *Decreto de perdão aos desertores no Brazil.*

Constando na minha Real Presença pelas repetidas representações dos Governadores e Capitães Generaes, e participações dos Chefes dos corpos, as muitas deserções que se commettem, esquecendo-se os soldados da honra e brio militar, e encontrando facilidade na passagem de umas para outras provincias. e aze...

Além da guerra e de suas consequências, naquele momento também era grande a pressão de latifundiários para a tomada de terras dos pobres livres e libertos, que até então sobreviviam nas bordas dos latifúndios exportadores. A pressão aumentou porque a Revolução Industrial estava alavancando a demanda por algodão e a revolução de São Domingos tinha desestruturado a principal concorrente na produção de açúcar. Nesse “boom das commodities”, os senhores estavam ávidos pelas terras dos roceiros, e produziram um grande número de espoliados. Roceiros eram pessoas que por muito tempo viveram plantando pequenas roças que abasteciam cidades e fazendas, mas que passaram a ter suas terras cobiçadas e foram espoliadas pelos ricos. Como acontece dia após dia no Brasil até hoje.

O Rodeador foi apenas um dos muitos destinos dessa população, que a depender da situação local poderia se submeter a um senhor, migrar para a cidade, dentre outras alternativas. Também atuaram nessa época grupos de saqueadores, como os bandos do Buíque e o de José de Barros. A sobrevivência às margens do latifúndio exportador na condição de “bandido” é muito anterior aos bandos de Lampião, no início do século XX. Também não é uma especificidade brasileira, de Robin Hood a Pancho Villa, que grupos de “bandidos” célebres se formem justamente quando a espoliação no campo se agrava.

Em Pernambuco, no início do século XIX, além do crime e da sujeição a um senhor, era o Rodeador uma alternativa. Assim, no final da década de 1810, a guerra e a espoliação fizeram com que a comunidade passasse a receber um grande número de fugitivos do recrutamento, desertores de tropas, refugiados da guerra e roceiros espoliados pelo latifúndio. Cada pessoa tinha uma história diferente, mas em comum havia uma necessidade de se manter longe de senhores e autoridades e tentar a vida de outro jeito. Nesse contexto, uma comunidade em local fértil e de difícil acesso se mostrava receptiva aos pobres que quisessem se juntar e buscar uma vida em comum.

Assim se formou a “Cidade do Paraíso Terreal”, denominação adotada pelos habitantes e devotos. Cada vez mais numerosa, a comunidade passou a se organizar como Irmandade do Bom Jesus da Lapa e a noticiar milagres e profecias. Também passou a reivindicar a posse da terra, deixando de pagar foro ao sesmeiro. Denunciados às autoridades por ele, os habitantes do Rodeador passaram a ser investigados e combatidos pelo Estado.

Entre a noite de 25 de outubro de 1820 e a manhã seguinte, o Rodeador foi cercado por tropas e sua população foi exterminada. Além dos tiros ao longo de toda a madrugada, mocambos que serviam de refúgio às famílias foram incendiados com seus moradores dentro. Estima-se que cerca de 400 pessoas viviam na comunidade na época de sua destruição, incluindo uma força de 150 homens armados que circulavam pela região como defensores da comunidade, preocupando os senhores e o Estado.

Em depoimentos, muitos sobreviventes afirmaram crer que o Paraíso Terreal era um lugar santo, onde seria desencantado d. Sebastião, antigo rei português desaparecido séculos antes numa guerra contra poderes muçulmanos no norte da África. Uma vez retornado o rei, a comunidade o acompanharia para a tomada de Bonito, de Pernambuco e até mesmo de Jerusalém, numa narrativa fundada em tradições cristãs de Portugal.

Por exemplo, um dos sobreviventes disse que

“[...] Silvestre José dos Santos o tinha convidado para viver na Serra do Rodeador aonde junto com outros defenderem a cauza da verdadeira Fé, e Religião de nosso Senhor Jezus Christo, e de El Rey D. Sebastião, e que dizião estar bem armados para poderem combater contra quem se oppozesse contra este fim e que depois quando tivessem mais numero devião sair tomar Pernambuco e derigirem-se resgatar os lugares Santos de Jeruzalem.”



A pedra era local de devoção porque era dela que saíria o rei encantado, o que era possível de verificar porque nela “se ouvem fazer manejos d’ armas, jogos de espada, e instrumentos de muzica tocando”. Esperava-se que com o retorno do antigo rei “as Milicias e as Tropas se acabarião” e “não haverião mais Milicianos, nem soldados da primeira Linha, e que tudo se havia acabar”.

Assim, fugitivos do recrutamento e espoliados da terra, majoritariamente negros, construíram sua alternativa à sociedade colonial fundamentados em mitos cristãos, aguardando um rei português. Sob o argumento de que eram “fanáticos” na própria fé religiosa e política do colonizador, foram impiedosamente massacrados. Nas palavras dos repressores, “aquelle ajuntamento éra quase todo de molatos, e cabra, gente miserável, e ignorante, o que bem se deixa ver, pelos que viêrão presos: que em quanto á sua Religião, julga terem a do Paiz com a crença, e fanatismo, que hé vulgar nos mestiços.”

A história do Rodeador lembra a de Canudos, e não é por acaso. Canudos foi muito maior e foi em outro contexto de espoliação e divisão das elites, mas não foi muito diferente quanto à trajetória de formação e organização. Assim como os “fanáticos conselheiristas”, os “fanáticos sebastianistas” eram um grande nóis por nós, onde quem quisesse podia chegar, armar seu barraco, abrir uma roça e respeitar a santa, que é de devoção da comunidade, afinal de contas... Geral colabora, geral partilha o pão. No fim, o Estado decide pelo massacre.

Não foi apenas Canudos. O mesmo veio a se repetir em experiências menores no século XX, em especial a do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, na década de 1930. Mais uma vez, a mesma combinação de liberdade diante das pressões do Estado e dos ricos, terras férteis e uma organização religiosa que a instituição católica não controla muito bem, mas que tem base católica combinada com a doutrina de partilhar o pão. Mais uma vez, o massacre, agora com bombardeios aéreos sobre pessoas que sequer possuíam força armada - e as autoridades sabiam disso.

# QUINTO LIVRO

## TITULO I.

### *Dos Hereges e Apostatas*

## TITULO LXVIII.

### *Dos Vadios (1).*

Mandamos, que qualquer homem que não viver com senhor, ou com amo, nem tiver Officio, nem outro mestér (2), em que trabalhe, ou ganhe sua vida, ou não andar negoçando algum negocio seu, ou alheo, passados vinte dias do dia, que chegar a qualquer Cidade, Villa, ou lugar, não tomando dentro nos ditos vinte dias amo, ou senhor, com quem viva, ou mestér, em que trabalhe, e ganhe sua vida, ou se o tomar, e depois o deixar, e não continuar, seja preso, e açoutado publicamente.

O Estado brasileiro não é apenas especialista em matar pobres e racializados que contestam sua ideologia europeia, branca, cristã e hierárquica. Sua especialidade é matar pobres e racializados que entrem em seu caminho, não importa suas crenças.

tido; porém a resposta foi: ballas os perigos em quanto não fossem Constitucionaes!...

A mortandade do inimigo, julgo ser de 60, e feridos muitos; prisioneiros 4, e destes morrerão 2, huma pessa das do Brejo, 1 caixa de guerra, algumas armas granadeiras, e varios despojos; e o não se apresionarem mais he porque os valentes Soldados lhes não querem perdoar.

então appareceria o flagello da fome

dos papeis officiaes, morrerão mais de cem pessoas de um e outro lado, entre os quaes ha a lastimar dos nossos 12 ou 14, afóra os pretos, de que se não sabe a conta:

Milicias de Pirajá.

Artilheira da Bahia.	Sargentos Furrieis Cabos Soldados
Destacamento de Artilheira a bordo do Navio Mercurio, que fez serviço em terra.	2º Tenente Sargentos Cabos Soldados
Dito de dicta a bordo do Navio Espirito Sancto.	Cabos Soldados
Regimento de Milicias de Porto de Pedras, e Porto Calvo na segunda Restauração de Pernambuco.	Tenentes Alferes Sargentos Furrieis Cabos Soldados
Cavalaria Miliciana de Seziinhaem, Una, e Ipojuca.	Furrieis Cabos Soldados
Guarnição do Regimento de Porto de Milicias de Seziinhaem na Fortaleza das Cinco Pontes.	Alferes Sargentos Furrieis Cabos Soldados
Regimento de Milicias dos homens Pardos da Villa do Penedo.	Alferes Sargentos. Furrieis Cabos Soldados.
Regimento de Milicias dos homens brancos da Villa do Penedo	Capitães Ajudantes Tenentes Alferes Sargentos Furrieis Cabos Soldados



Ostenta Pirajá braço mais nobre

foi menos forte o ataque que lhe fiz com a Brigada de Pirajá dividida em dois Corpos

# BATALHA DO PIRAJÁ

Milhares de combatentes se enfrentando em batalhas de uma guerra civil. Cercos a cidades, ultimatoss de bombardeio, fome desesperadora. Na Bahia, no Maranhão, no Piauí no Pará a Independência do Brasil foi uma guerra, com tudo de pior que uma guerra tem. A Batalha do Pirajá é um desses momentos de desespero, mas também de coragem e astúcia de quem combatia e de quem sobrevivia em meio aos combates.

A acção que houver entre as duas Esquadras decidirá da sorte da Bahia, e da questão da Independencia. Se os Portuguezes perderem o combate, não poderão conservar-se. A fome exerce já os seus estragos; muitas pessoas morrem diariamente de miseria, e um bloqueio de 15 dias produziria convulsões fataes aos dous partidos.

nao

# Novembro

D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3 Tentativa de derrubada da junta de governo em Salvador (1821)	4	5
6	7	8 Execução dos rebeldes da Revolta dos Búzios (1799) e vitória brasileira em Pirajá (1822)	9 Incorporação da Amazônia ao Império do Brasil (1823)	10	11	12 Golpe de Pedro I dissolve a primeira Constituinte brasileira (1823)
13	14	15	16	17 Derrota portuguesa em Cametá e adesão do Grão-Pará à Independência (1823)	18	19
20 Tiros e pauladas ferem de morte o jornalista de oposição Líbero Badaró, em São Paulo (1830)	21	22 Supressão da liberdade de imprensa por Pedro I (1823)	23	24	25	26
27 Levante em Pernambuco em apoio à Revolução liberal do Porto (1820)	28	29 Ataque brasileiro às posições portuguesas no cerco de Salvador (1822)	30			

Segundo a história oficial, Pirajá foi uma das batalhas heróicas da Independência. O local onde o embate ocorreu abriga, desde 1914, um "Panteão" com os restos mortais do general Pedro Labatut, comandante das forças brasileiras naquele episódio. Assim como Cochrane e Grenfell, Labatut foi um dos mercenários estrangeiros contratados por Pedro I para incorporar as "províncias do norte" ao Império do Brasil. Na memória do Estado brasileiro, eles estão dentre os principais heróis militares da Independência, ao lado de grandes fazendeiros escravistas que formaram exércitos no Recôncavo "às suas custas". Este foi o caso do coronel Santinho, apelido de Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, que depois da guerra foi agraciado com os títulos de barão e visconde do Pirajá.

Como notou Bertolt Brecht, a história das guerras tem sido contada, desde a Antiguidade, da perspectiva de reis, imperadores, viscondes e generais: Alexandre conquistou a Índia, César ocupou a Gália, Felipe da Espanha chorou a derrota de sua frota, Frederico Segundo venceu a guerra dos sete anos, Pedro I e seus comandantes ganharam a Independência do Brasil, Roosevelt, Churchill e Stalin venceram a Segunda Guerra Mundial.

No entanto, guerras são tragédias coletivas por excelência. Quem as vive e quem as luta são as multidões anônimas. Nesses contextos,

muitas vezes são também os anônimos que decidem o resultado dos confrontos. Quando um fazendeiro escravista vai à guerra "às suas custas" é às custas dos escravizados, dos índios e dos pobres a seu redor. Quando essas tropas vencem, é Santinho que vira visconde.

Mas a história pode ser escrita de outro jeito. Recentemente, historiadores que estudam diversos conflitos do passado - as guerras napoleônicas, as guerras mundiais do século XX, as guerras anticoloniais etc - têm chegado a conclusões semelhantes quanto ao papel decisivo que a resistência cotidiana das populações tem nesses conflitos. James Scott

reuniu diversos exemplos do que chama de "modos brechtianos de resistência" que foram decisivos nos rumos de grandes conflitos. "A deserção e a fuga à conscrição e à corveia indubitavelmente limitaram as aspirações imperiais de muitos monarcas" tanto na Ásia quanto na Europa, ao longo de séculos. "O colapso do exército e da economia dos Confederados no curso da Guerra Civil nos Estados Unidos é outro exemplo", com 250 mil deserções deixando os comandantes escravocratas do Sul sem condições de seguir com a guerra.



As “formas brechtianas de resistência” também estiveram muito presentes na Guerra de Independência do Brasil, como demonstram trabalhos como os de João José Reis, Hendrik Kraay e Marcelo Renato Siquara Silva. Já vimos uma dessas formas de resistência - a fuga do recrutamento e da própria guerra - na narrativa da destruição do Paraíso Terreal (outubro). Agora vamos ver como isso se deu no entorno da batalha mais celebrada da Guerra de Independência.

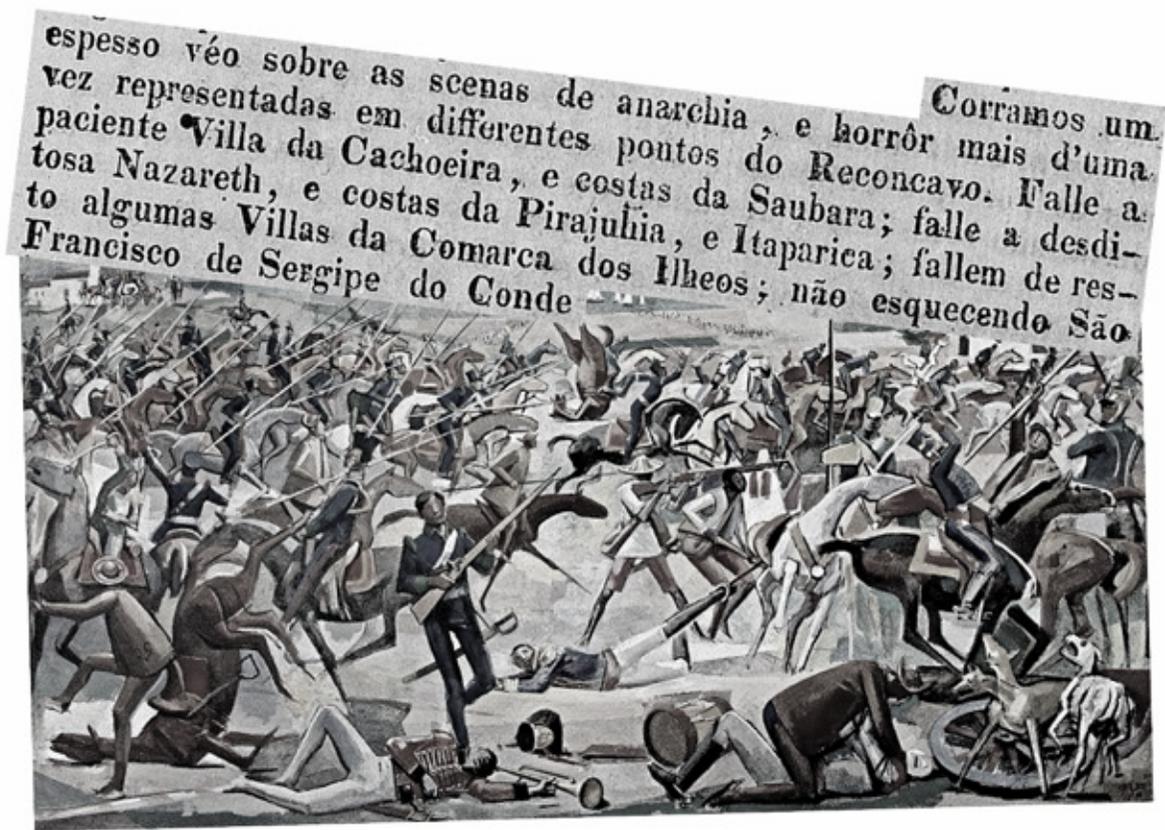
Primeiro, vamos à historinha que as forças armadas contam até hoje: no dia 8 de novembro de 1822, dois meses depois do “grito do Ipiranga”, as tropas brasileiras em Salvador, lideradas pelo general Labatut, venceram um duro ataque português em Pirajá. Antes de Labatut, quem havia tomado aquela posição e cercado os portugueses em Salvador era o coronel Santinho. O nacionalismo historiográfico brasileiro atribuiu esta vitória tanto ao general quanto ao latifundiário, afinal é para isso que serve o nacionalismo historiográfico. Além disso, a vitória teria sido fruto da crescente consciência nacional dos combatentes baianos, inspirados pelo grito do príncipe às margens do Ipiranga, pátria amada, salve salve.



A real é que os baianos já estavam combatendo a ocupação portuguesa desde o início de 1821 sem precisar nem de piti motivacional do príncipe, nem de general glorioso. A real é que a primeira tropa a ocupar o Pirajá se expôs ao exército português, então numericamente muitíssimo superior, foram centenas de indígenas arregimentados pelo coronel Santinho. A real é que a contribuição de Labatut na guerra foi muito mais direcionada ao controle e repressão sangrenta dos escravizados do que alguma estratégia genial ou ato de bravura.

Como comandante do Exército Libertador, antes de mais nada, Labatut o rebatizou para Exército Pacificador. Em seguida, fez o que fazem os “pacificadores” até hoje: toque de recolher e chacina racial. Labatut estabeleceu a proibição da circulação de pessoas negras em todo o Recôncavo, mesmo que a serviço de seus senhores, com punições físicas aos infratores. Sua preocupação era que a guerra civil abrisse brechas para o levante dos negros.

Já em dezembro de 1822, logo após a Batalha do Pirajá, Labatut ordenou a execução de 51 quilombolas. Segundo o historiador João José Reis, renomado especialista na história da escravidão, esta foi a mais sangrenta repressão escravista da



Bahia na época - maior até que as dos Levantes Haussás, Nagôs e Malês (ver fevereiro).

Dez anos depois, Labatut ainda servia ao império, reprimindo uma revolta de sertanejos do Ceará. Não parece ser um acaso que no século XX, folcloristas tenham catalogado no sertão do nordeste a crença numa figura bestial chamada Monstro Labatut.

Os heróis de Pirajá são falsos, mas a importância da batalha para a Independência é verdadeira. Este pequeno núcleo na Estrada das Boiadas

era a passagem terrestre para o abastecimento de Salvador. Quando a batalha ocorreu, Pirajá estava nas mãos das forças brasileiras, enquanto a área urbana da cidade era ocupada militarmente por soldados portugueses leais às Cortes de Lisboa. Além de estarem cercadas por terra, as forças de ocupação estavam cercadas pelo mar, já que uma esquadra de mercenários estrangeiros contratados por Pedro I impedia qualquer embarcação portuguesa de entrar ou sair. Foi para quebrar este cerco que os portugueses atacaram Pirajá.

A estratégia de cerco é muito antiga e foi usada nas guerras de Independência em diferentes cidades. Salvador viveu os horrores de um cerco tanto na Independência quanto na Sabinada (1837-1838). A ideia da estratégia é cortar as linhas de abastecimento e comunicação, provocando desabastecimento, fome, medo e desespero entre as fileiras inimigas. Na prática, a população pobre sofre mais do que os soldados as consequências do cerco, como ocorre de forma permanente na Faixa de Gaza hoje.

Além de Pirajá, a ilha de Itaparica também era estratégica, já que era uma importante linha de abastecimento de Salvador, por meio de pequenas embarcações. Daí ter sido esta localidade o palco de outra importante batalha da Guerra de Independência. Foram as embarcações portuguesas de Itaparica que Maria Felipa, mulher negra escravizada, ajudou a virar (ver agosto). Foi também por ações como esta que o cerco funcionou.

Também foi no mesmo contexto que soldados portugueses sitiados em Salvador passaram a ser atingidos por tiros saídos não se sabia de onde, enquanto os aliados deles eram apedrejados por "moleques" - apelido dado aos jovens negros nas fontes da época.

Ao longo de 1822 e 1823, uma verdadeira guerra popular tornou a vida dos comandados do general português Madeira um inferno.

Após as tentativas frustradas de furar o cerco, a fuga dos portugueses, em Dois de Julho foi o resultado de uma coalização entre forças muito diversas: o exército e marinha imperiais (que recrutaram massivamente a população negra pela primeira vez na história militar da Bahia), senhores de engenho do recôncavo (que levaram indígenas e negros para combater em suas tropas particulares) e população urbana de Salvador (incluindo escravizados como Maria Felipa e os “moleques” que perseguiam os portugueses aos gritos de “mata marinho” ou de “morte aos europeus”). Desde antes do grito do príncipe, quem estava forçando os portugueses a decidir entre Independência ou Morte eram essas pessoas.

A narrativa do Sete de Setembro foi tão cara ao nacionalismo historiográfico brasileiro, dentre outros motivos, porque permitia apagar essas guerras populares. Afinal, quem derrama sangue numa guerra costuma esperar alguma compensação. Quando o Dois de Julho se mostrou incômodo para a elite branca da Bahia, no final do século XIX, era a persistência desta memória de uma guerra popular majoritariamente negra que incomodava. No final da guerra, as forças brasileiras contavam com mais de 14 mil soldados,

A guerra teve sentidos diversos para os diferentes atores (como toda guerra, aliás). Na guerra popular, o traço mais marcante foi um

violento ódio aos portugueses, que se manifesta nas celebrações do Dois de Julho (ver julho) e que perdurou por muitas décadas não apenas em Salvador, mas em boa parte do Brasil (ver dezembro). Segundo João José Reis,

“A maioria da população livre pobre era negra e mestiça e odiava os portugueses porque estes monopolizavam a venda e especulavam com os preços de certos produtos básicos de subsistência, além de serem particularmente racistas. A discriminação contra os soldados negros e pardos por parte dos militares portugueses era uma outra fonte antiga de tensão social. Foram as chamadas ‘tropas de cor’ que formaram o contingente principal dos envolvidos nas lutas contra os portugueses em fevereiro de 1822, e com a queda do Forte de São Pedro tiveram de fugir da cidade. Foram também principalmente os paisanos negros e mulatos que organizaram a resistência em Salvador, enfrentando quase sozinhos as forças portuguesas depois que os respeitáveis cidadãos escaparam para o Recôncavo.”

A Batalha do Pirajá foi um dos eventos mais sangrentos da Independência do Brasil, ao lado de episódios como a Batalha do Jenipapo (no Piauí) e o Massacre do Brigue Palhaço (em Belém). Como costuma ocorrer em casos de grandes episódios sangrentos, não é possível afirmar com precisão o número de mortos no confronto. Enquanto existem narrativas falando em 80 mortos na Batalha do Pirajá, outras falam em mais de 200, 300 ou 600. Seja como for,

trata-se de um evento de grande violência, sem o qual não teria sido possível a vitória brasileira em Dois de Julho (ver julho).

Além da memória oficial em torno de Labatut e de coronel Santinho (elevado a visconde do Pirajá) e da memória silenciada dos anônimos que combateram os portugueses nas ruas e arredores da cidade, outro personagem da guerra pode ter sido decisivo para o desfecho, utilizando-se daquela que talvez seja a mais brechtiana forma de resistência: a astúcia.

Os relatos dizem que no momento da Batalha do Pirajá, o comandante brasileiro chegou a ordenar a retirada das tropas, dada a superioridade da força portuguesa. Tivesse sido simplesmente obedecido, provavelmente os portugueses teriam tomado a localidade mais estratégica da guerra. Porém, o corneteiro responsável por comunicar as ordens à tropa substituiu o toque de retirada pelo toque de “Avançar, cavalaria, e degolar!”. Apavorados, os portugueses fugiram desordenadamente, acreditando que seriam alvo de um avanço brutal dos brasileiros.

Homenageado com uma estátua no Rio de Janeiro, bem longe de Pirajá, o corneteiro Luís Lopes não representa todos os protagonistas anônimos da guerra (até porque, como sabemos, representação é uma mentira liberal). Porém, ele é mais digno que Labatut, Santinho e outros pilantras escravocratas com lugares garantidos no Panteão nacional.



Hoje Livres dos tornaram  
Os Artilheiros Bahianos.

mos a Liberdade, somos livres, e hum Soldado já mais será obrigado a obedecer ás

= Proclamado já

o espirito de insubordinação, que grassava no corpo dos Periquitos

o 1.º de Dezembro, em que felizmente a Bahia deixou de ter periquitos, e outras aves, ejusdem furfuris

Tropa insubordinada de Periquitos, 4.º Batalhão, e Artilheria, origem de todos os males, e horrores da Provincia.

hum Batalhão, e soldados, que já por vezes se tinham mostrado indignos do nome de *Brasileiros*.

Os Periquitos embarcados estavam para partir no dia 3. Muita duvida havia na Bahia relativamente ao seu verdadeiro destino; pensando hums, que ião com effeito á Pernambuco, outros, que ião á Rio de Janeiro, e outros em fim sustentando, que havia ordem de os levar á Monte-video para renderem a tropa. Pernambucana, que ali existe debaixo das ordens do General Lecor. O Correio

## ○ Fim do BATALHÃO DOS PERIQUITOS

Entre 1822 e 1823, eles foram decisivos para o fim da ocupação militar portuguesa na Bahia. Em 1824, eles se rebelaram para apoiar a Confederação do Equador, mataram o governador das armas e tomaram Salvador. Em pouco tempo, os heróis da Independência foram tornados vilões e perseguidos pelo mesmo Estado nacional que ajudaram a fundar.

Aquelles, que mais servirão na guerra da Independencia, hoje são odiados!! Aquelles que para nossa regenerações tanto trabalharão, e se arriscarão agora são mortaes inimigos do Brasil!!

# Dezembro

D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5 Manifestantes exaltados depredam a Sociedade Militar e prendem José Bonifácio, na época um restaurador (1833)	6 Fim do Batalhão dos Periquitos (1824)	7	8 Insurreição de escravos em Santo Amaro e São Francisco do Conde, Bahia (1816)	9	10
11	12	13 Revolta anti-lusitana no Maranhão (1831)	14	15	16 Quilombolas do Urubu, Bahia, atacam no Cabula e planejam revolta geral (1826)	17
18	19	20	21	22	23	24
25 Tentativa de levante de escravizados e quilombolas em Alagoas e Pernambuco (1814)	26	27	28	29	30	31

A Bahia foi palco dos principais conflitos pela Independência do Brasil, com raízes que remontam à Conjuração Baiana, ainda em fins do século XVIII, na qual as classes populares assumiram a dianteira de uma revolta contra a Coroa. Nos momentos finais do domínio português, em 1821, se antecipavam na província maquinções para destituir os portugueses do poder, resultando em embates fatais entre militares portugueses e brasileiros em Salvador, além de um forte sentimento antilusitano espreado na sociedade. A escalada das tensões não cessou, e, quando d. Pedro I proclamou seu grito nas margens do Ipiranga, a guerra pela Independência na Bahia já contava seus mortos e feridos aos montes.

Para compor as fileiras do exército patriótico deixou-se de lado a proibição do alistamento de não-brancos vigente durante todo o período colonial. Escravos eram confiscados de senhores portugueses sob promessa de liberdade caso lutassem pela Independência. Vitorioso, afinal, em 02 de julho de 1823, o recém-criado exército brasileiro na Bahia agora contava com negros libertos de armas empunhadas - claro, em posições subalternas.

Em Salvador, um batalhão chamava a atenção pela sua composição racial: o 3º Batalhão de Infantaria, sob comando de José Antônio da Silva Castro. Usavam um uniforme com uma faixa verde, o que lhes rendeu a alcunha de

“Batalhão dos Periquitos”. Na sociedade do recôncavo baiano, completamente baseada na exploração do trabalho escravo, observadores notavam com muito incômodo a quantidade de negros que integravam aquele corpo militar. O fantasma do Haiti ainda assombrava. Vicente Viana, presidente da província, dizia que o batalhão era composto de “90% de pretos”, e as autoridades buscavam formas de dissolver a soldadesca.

Com o Brasil oficialmente desatrelado do comando português, a nova nação preparou uma constituinte, mas esta foi interdita por um golpe de estado de d. Pedro I, ainda em novembro de 1823. Nas províncias ao norte, onde nutria-se um sentimento de autonomia local, o ato foi mal recebido por aqueles que lutaram pela liberdade nacional e, para arrefecer as tensões, o próprio autocrata escreveu uma constituição e submeteu à avaliação de conselhos nas diversas províncias.

Essa pequena concessão de fachada não iria conter eventos como a Confederação do Equador e do Levante dos Periquitos, em 1824. Ambos os casos representam um contraponto ao projeto de governo considerado despótico de d. Pedro I. Em Pernambuco, os confederados chegaram a tomar a capital e enxotar as tropas fiéis ao Imperador, até a derrota no mês de setembro. Tudo indica que os ecos da Confederação puderam ser ouvidos na Bahia.

Ainda alguns meses antes, a insatisfação com o governo central na Bahia pudera ser medida por duas conspirações malogradas. No primeiro caso, no mês de abril, militares marcharam até à sede do governo para manifestar descontentamento com a presença de portugueses e a perseguição a jornalistas liberais. Meses depois, em junho, batalhões foram mobilizados para depor o governo local que vacilava no apoio aos rebeldes de Pernambuco. A repressão foi imediata e os líderes foram enviados para o Rio de Janeiro.

Essas movimentações dão o tom sob o qual tocaria a banda dos Periquitos em outubro, na cidade de Salvador. No dia 21, decidiu-se que o carismático comandante do Batalhão deveria ser transferido para a capital. Nos quartéis começaram a surgir boatos sobre a dissolução do batalhão e algumas lideranças trataram de organizar um aquartelamento para barrar a transferência e depor o Governador de Armas, Felisberto Gomes Caldeira, filho da elite açucareira e figura de destaque na guerra

**A' data das ultimas noticias achavão-se os Portuguezes ainda escondidos ou refugiados à bordo das embarcações no porto, e continuava a emigração das familias Brasileiras da Cidade para o interior.**



de independência, que havia abandonado o liberalismo radical para se converter ao partido constitucional de d. Pedro.

No dia 25, o levante se inicia. Os Periquitos vão às armas e, com ordens para prender Caldeira, cercam sua casa às 6 da tarde. Com desdém, Caldeira não aceita o pedido de prisão e, quando descia as escadas de sua casa, um tiro fatal o atinge - dizem que foi disparado por acidente por um jovem recruta de nome Francisco Peixoto Miranda. Simultaneamente, o 3º Batalhão tomava o Forte Dias e se armava aos gritos de "O tirano está morto!". Alguns civis se juntaram à revolta. Algumas fontes apontam que no ápice das emoções haviam cerca de 1300 pessoas no forte, a maioria militares do 3ª e 4ª batalhões.

Frente à tomada do poder e a ameaça da dissolução da ordem vigente (escravocrata), não tardou para que as elites abandonassem Salvador, escoltadas pelos outros dois batalhões do Exército Imperial na cidade. Nos últimos dias de outubro, a cidade encontrava-se no limiar da rebelião popular, com dezenas de relatos de saques e ataques contra portugueses. Foi decisiva a atuação de Castro em reagrupar e conter seus subordinados Periquitos para negociar o fim da revolta com as elites. Conforme as negociações entre as elites avançavam, alguns rebeldes desertavam para o interior e inflamavam a escravaria.

O fim do levante se deu com a promessa de perdão para os que dele participaram e escolha de um novo Governador de Armas. Porém, na repressão um major foi executado e outros dez Periquitos que estavam foragidos foram condenados à morte, mas escaparam da execução da pena. Cerca de 300 Periquitos se deslocaram para o mar (era consenso que negros eram menos perigosos no mar do que em solo firme) para que assim o 1º e 2º batalhões retomassem o poder. Os Periquitos navegaram para Pernambuco e Rio de Janeiro, onde não foram permitidos desembarcar. O receio que as autoridades imperiais nutriam em torno daqueles rebeldes levou os a deslocar todos os tripulantes para lutar na Cisplatina.

O Levante dos Periquitos é mais um indício do clima de tensão sob o qual ergueu-se o edifício do Estado brasileiro. Ali confluíram as tensões regionais entre nordeste e sudeste, políticas entre centralismo autoritário e autonomismo local e, não menos importante, étnico-raciais com a disputa entre negros, brancos e portugueses.

Os ecos da Revolta dos Periquitos se espalharam por diversas províncias do Império, gerando verdadeiras tradições de contestação a partir da memória do Batalhão e da guerra em Salvador. No interior da Bahia, a dissolução do batalhão foi seguida por ondas de violência contra portugueses atribuídas por autoridades (com

maior ou menor comprovação) a ex-combatentes do Batalhão dos Periquitos. Em 1831, em Goiás, um “soldado de Periquitos” era suspeito de tramar a morte dos europeus da província. No mesmo ano, na fronteira do Brasil com a Bolívia, atual Estado de Rondônia, o comandante (português) tinha uma lista de soldados com histórico de rebeldia, sendo que alguns deles acompanham a informação de que “foram Periquitos”. Quando passou revista na tropa, logo de sua posse, este comandante intimidou os soldados dizendo ter “conhecimento dos soldados da 1ª linha naturais da Bahia” e complementou: “clara e publicamente que os havia acabar porquanto tinha gravado em sua memória tudo quanto tinham feito os Baianos aos Europeus”.

Ao menos um alferes, um corneta e seis soldados que pertenceram ao batalhão de Periquitos foram mencionadas em revoltas contra os portugueses em Mato Grosso. Nesta província, ser ex-periquito era carregar o estigma da rebeldia. Considerando que se tratava do batalhão mais negro da história das tropas regulares do Brasil até então, alguma porção desse estigma certamente se relaciona com a cor desses soldados.

Em 1834, alguns ex-combatentes do batalhão de Periquitos participaram de uma mobilização armada que resultou no assassinato de todos os homens nascidos em Portugal que viviam em Cuiabá - o que dava algo em torno de 40 a 50 indivíduos. O massacre teve detalhes cruéis, com exposição de orelhas e partes dos rostos dos portugueses mortos pelas ruas da cidade.

Quase todos os ex-periquitos envolvidos na trama eram negros. Um deles, Antonio da Silva Pamplona, foi o indivíduo que recebeu a maior punição pelo massacre. Ele foi acusado até mesmo de cozinhar e comer orelhas de portugueses, mas em seu depoimento afirmou “que era falsa a asserção das testemunhas” e que ele apenas segurou duas orelhas nas mãos e “disse que uma estava boa para comer com feijão, e a outra para beber com cachaça”.

Pamplona foi condenado a galés perpétuas, ou seja, trabalhos forçados até a morte. Sua prisão ocorreu em 1834 e a pena foi cumprida até 1863, quando foi libertado para se alistar nas tropas, já que o Império estava sendo invadido pelo exército de Solano López e precisava (mais uma vez) que os indesejados pegassem em armas como soldados e “voluntários”. Nove anos após a conquista da liberdade, Pamplona conseguiu um emprego de porteiro.

Em 1888, Pamplona foi descrito como um “octogenário, alquebrado, arrastando existência miserável, vivendo dos socorros prestados por

peças caridosas". Segundo um testemunho, nessa época ele ainda guardava com orgulho o bocal da corneta que havia dado início ao massacre dos portugueses de Cuiabá. No dia do aniversário dessa matança, ao ser questionado se tinha ido festejar a data respondeu a um oficial do exército que "se vossa senhoria não me visse tão desgraçado, sem dúvida não havia de se lembrar desse dia, em que fez mais do que eu para merecer esses ferros!".

Todo processo de formação nacional é violento. No caso do processo de formação do Brasil, para que fosse construída uma narrativa de ruptura pacífica com a "pátria-mãe" portuguesa, toda a barbárie precisou ser atribuída a alguém que não fosse o "cidadão brasileiro" homem, branco e proprietário, que foi quem efetivamente teve mais poder nesse processo. Foi assim que o ódio aos portugueses, fartamente alimentado pelas elites nascidas no Brasil quando interessava, deu lugar depois à narrativa de que os "matarotos" eram "espontâneos", fruto da natural violência e irracionalidade de homens pobres e racializados como o corneta Pamplona. Na realidade, ao darem continuidade a uma "guerra aos portugueses" onde quer que chegassem, eles estavam sendo mais leais aos sentidos da guerra de Independência em seu principal palco - a Bahia - do que aqueles que inventaram o mito de um "desquite amigável" entre Brasil e Portugal.



Com a chegada da galera *Nova-Amazonas* ao porto de Belém, no dia 10 de dezembro de 1820, espalhou-se a notícia da convocação das côrtes, e desde logo começou-se a tramar surdamente contra a ordem estabelecida do antigo regimen.

1.º de Janeiro de 1821

O immenso Povo que se dilata pela espaçosa Praça de Palacio, e a Tropa com igual entusiasmo proclamão tambem a Constituição, e o som das caixas de guerra, e dos sinos, atrahe o resto da Tropa, e Povo que espontaneamente se juntão.

Athe poucos annos passados, ningnem ouvia falar no Brasil nestas sacrossantas palavras

ficando extincta a denominação de Capitães Generaes, como incompativel com o systema Constitucional

**Independencia**  
= Liberdade = Igualdade = Patria =  
Direitos do homem = Direitos do cidadão =  
Constituição Liberal = Soberania do Povo =  
= Assembléa ou Representação Nacional: &c.

os excessos perpetrados pelo partido independente no Pará

A mortandade horri-  
vel commettida a bordo do Palhaço, foi,  
he certo, executada por dous officiaes ex-  
trangeiros a serviço do Brasil

DESPOITISMO DESMASCARADO  
OU A  
VERDADE DENODADA  
DEDICADO

Memoravel dia 1.º de Janeiro de 1821,  
Em que a Provincia do Grão-Pará deo principio  
A'

REGENERAÇÃO DO BRAZIL  
OFFERECIDO

SOBERANO CONGREÇO  
DA  
NAÇÃO PORTUGUEZA  
PELO  
PATRIOTA PARAENSE

Nem tão pouco destas outras horribis palavras  
= governo absoluto = Lei injusta =  
despotismo = tyrannia = governo colonial  
= escravidão = ( excepto á dos pretos. )

deu um grande choque nos escravos; conceberam idéas de liber-  
dade, e julgaram, que as figuradas expressões, de que se serviram  
os autores da nossa regeneração politica, quando disseram " que-  
brarão-se os ferros, acabou-se a escravidão, somos livres, e outras  
semelhantes " se entendião com elles

a leitura daquelle artigo

Tam espantoso successo produziu hum sentimento  
geral, escassamente suavizado pela consideraçãõ de  
que as victimas da própria exasperaçãõ eram mui  
poucos brancos, e de mui baixa classe; alguns in-  
digenas, mulatos, e pretos forros, ou escravos.

MOTINS POLITICOS

PROVINCIA DO PARA'

# O fim DOS CAPITÃES-GENERAIIS

Na Amazônia, a Guerra de Independência começou em 1821, com a derrubada das autoridades constituídas, a divisão das elites e a retórica sobre "liberdade" e "direitos", logo entendida pelos de baixo como oportunidade de avançar na luta antiescravista. Terminou com os mercenários europeus de Pedro I massacrando "tapuios", "pretos" e "caboclos" para forçar a "adesão" do Pará ao Império do Brasil.

a calúnia, com que se insultou a memoria dos assassinnados, dizendo-se que se matarão huns aos outros he totalmente absurda.

# Janeiro

D	S	T	Q	Q	S	S
1 Queda do governo colonial no Grão-Pará (1821)	2	3	4 Insurreição Haussa (1809)	5	6	7 Batalha de Itaparica, em Salvador (1823)
8	9	10	11 Revolta da divisão militar portuguesa no Rio de Janeiro (1822)	12	13 Execução do revolucionário pernambucano Frei Caneca (1825)	14 Descoberta uma conspiração para derrubar o vice-rei no Rio de Janeiro (1793)
15	16	17	18	19	20 Ocupação de Montevideú por tropas luso-brasileiras (1817)	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				



No segundo semestre de 1820, começaram a chegar às cidades brasileiras as primeiras notícias de uma revolução ocorrida em Portugal. Diante dessas notícias, as elites de cada lugar do país tiveram que se posicionar: apoiariam os rebeldes ou defenderiam a manutenção do poder do rei? A província do Grão-Pará, que então abarcava toda a Amazônia brasileira, foi a primeira em que a decisão foi tomada a favor da Revolução, dando início a um rápido processo de politização da sociedade em torno de ideias liberais e iluministas. Três anos depois, o Grão-Pará foi o último lugar a ser anexado ao projeto de Império do Brasil, liderado pela Corte no Rio de Janeiro. A suposta “adesão” da Amazônia ao Império foi na realidade uma anexação violenta liderada por estrangeiros contratados pelo príncipe Pedro. Para os de baixo, o que começou com promessas de liberdade terminou com um massacre no porão de um navio a mando de um mercenário.

Não é uma peculiaridade brasileira. Revoluções liberais foram igualmente cruéis com os de baixo em outros países, tanto os que combateram as novas ideias quanto os que sonharam com a liberdade, igualdade e fraternidade da burguesia europeia.

As Revoluções liberais foram movimentos que buscaram criar regimes parlamentares (fossem eles republicanos ou monárquicos) em países onde antes se vivia sob a soberania absoluta de reis do Antigo Regime (que não eram limitados por constituições e representantes eleitos). Dentre outras, foram revoluções liberais a Revolução Inglesa do século XVII, a Revolução Francesa do final do século XVIII, as independências das Américas entre 1776 e 1825, as “primaveras” europeias de 1820, 1830 e 1848, as “revoltas regenciais” e a Praieira, última revolução liberal do Brasil.

Pode parecer estranho pensar o liberalismo como já tendo sido uma ideologia revolucionária, já que de meados do século XIX para cá ela só inspira contra-revoluções, ditaduras sanguinárias e “reformas” para arrancar couro de pobre. Porém, no início do século XIX o liberalismo era uma ideologia tida pelos governantes como subversiva, já que questionava os regimes do presente em nome de uma utopia a se realizar no futuro, inspirando rupturas revolucionárias. O projeto era burguês, mas as promessas eram universais, ganhando assim muitos adeptos também em setores desprivilegiados da população.

A experiência de uma revolução liberal foi vivida pela primeira vez no Brasil em 1817. Derrotada pela repressão do rei João VI, a Revolução Pernambucana teve um caráter republicano e algumas de suas lideranças tinham propostas antiescravistas e antirracistas (ver março e junho).



Apenas três anos depois, uma revolução bem menos radical eclodiu em Portugal, exigindo do rei uma constituição liberal e o retorno da família real a Lisboa. A Revolução Constitucionalista do Porto veio na onda de 1820, que também atingiu Espanha e Grécia. O projeto era refundar Portugal em bases liberais e restituir o centro político em Lisboa, já que estava cada vez mais claro que a Corte portuguesa não tinha planos de deixar o Rio de Janeiro.

Para que a Revolução do Porto fosse abraçada pelas elites das diversas províncias do Brasil, os líderes portugueses as incentivaram a eleger governos provisórios, derrubando assim os capitães-generais e demais autoridades constituídas que resistissem ao movimento.

O posto de capitão-general, de caráter militar e político, foi desde o século XVI a mais poderosa autoridade do regime colonial português, tanto no Brasil como em África, Ásia e ilhas atlânticas. Sua centralidade aponta para o caráter militarizado do poder colonial, que se organiza para a espoliação de terras, corpos, conhecimentos e recursos de povos não europeus.

Belém do Grão-Pará foi o primeiro lugar do Brasil onde o governo colonial caiu de fato, em 1º de janeiro de 1821. Em seguida vieram outras “províncias do norte”, até que no dia 7 de março o rei teve que decidir se baixava a cabeça e tentava negociar ou se partia para uma contra-revolução, como a ocorrida contra Pernambuco. Decidiu negociar, já que além de serem muito mais moderados que os pernambucanos, os liberais do Porto tinham conseguido a adesão de boa parte das “províncias do norte” e já empolgavam até mesmo os soldados do Rio, que vinham se rebelando.

A queda dos governos coloniais foi organizada pelas elites de cada província, que formaram juntas provisórias eleitas para governar, além de elegerem deputados para as Cortes de Lisboa. Porém, se livrar dos capitães-generais era também sinalizar aos de baixo que o poder era derrubável, que mesmo a maior autoridade estava sujeita a perder toda sua influência e prestígio em nome de uma “Revolução” que aboliria o “Antigo Regime”.

A retórica da revolução liberal falava constantemente da luta da “liberdade” contra a “escravidão”, assim como falava em “direitos naturais de todos os homens” e outras ideias que, em contexto escravista, podiam ser compreendidos de maneira muito distinta daquela dos liberais portugueses. Além disso, algumas lideranças da elite, como Felipe Patroni, acenavam com a possibilidade de um futuro sem escravidão. Acenava assim, muito vagamente, sem qualquer medida prática, mas o suficiente para despertar o furor dos proprietários, apavorados com o efeito de promessas e conceitos de liberdade sobre os escravizados.

A guerra de Independência durou mais de um ano na Amazônia, opondo a princípio os que queriam a revolução liberal e os que queriam preservar o absolutismo. Em 1822, a oposição passou a se dar também entre os que pretendiam manter a união com Portugal e os que queriam embarcar no projeto de independência organizado em torno de Pedro I no Rio de Janeiro.

Nesse período, os escravizados aumentaram suas fugas e formação de comunidades quilombolas. Ao mesmo tempo, os indígenas que viviam em aldeias controladas pelos colonizadores, conhecidos na Amazônia como “tapuios”, passaram a reivindicar todos os direitos prometidos pela Revolução Constitucionalista, em especial o direito de não serem submetidos a formas de trabalho forçado que chegavam a ser idênticas à escravidão, só não eram legalmente justificadas desta maneira.

Ao longo dos anos de 1822 e 1823, a disputa política entre as elites do Grão-Pará desandou em guerra civil opondo um partido que pretendia manter a união com Lisboa e um partido favorável a Pedro I e ao Império do Brasil. Nesse contexto, o militar inglês John Pascoe Grenfell foi contratado por Pedro I para desequilibrar os conflitos a favor do Rio de Janeiro e anexar as províncias do norte ao Império do Brasil.

No Grão-Pará, Grenfell conseguiu a adesão do governo provisório ao Império por meio de um blefe: disse que tinha uma grande esquadra pronta para atacar se não assinassem a adesão, mas na real os navios estavam sendo usados em guerras em outras províncias.

Mas funcionou, e após a adesão os confrontos não só não acabaram como mobilizaram grandes exércitos, espalhando-se também a resistência ao recrutamento e a deserção. Na Amazônia, recrutar os tapuios como soldados para as tropas era uma das formas usadas para forçá-los ao trabalho. Alistava-se não só para combate, mas inclusive para alugar o trabalho dos “soldados” a fazendeiros.

Em meio a esses conflitos, Grenfell atuou na repressão das mobilizações de tapuios, negros e desertores das tropas. No maior massacre da história da Guerra de Independência do Brasil, comandou em outubro de 1823 a execução dos prisioneiros que estavam no porão de uma embarcação de guerra, o brigue Palhaço.

A pedido da junta, 256 presos haviam sido transferidos de cadeias de Belém para o porão do Palhaço, um espaço sem janelas ou frestas para respirar, onde não havia água, comida nem instalações sanitárias. Diante dos gritos desesperados dos presos por água, no dia 21 de outubro Grenfell ordenou não só o fechamento da escotilha como também que fosse jogado cal sobre os presos, de maneira a acelerar sua morte por sufocamento, e há relatos de que também ofereceu água envenenada. Na manhã seguinte, dos 256 presos, apenas quatro estavam vivos - três deles morreram nos dias seguintes.

O massacre do Brigue Palhaço foi investigado num processo viciado, que concluiu que os presos mataram uns aos outros. A farsa gerou indignação, assim como as condecorações e promoções dadas ao comandante do massacre por Pedro I. Foi a primeira, mas não a última vez que Pedro I e sua gangue nadaram numa piscina de sangue. Durante a Cabanagem (1835-1840), cerca de um quarto da população da Amazônia foi dizimada, incluindo milhares de mortos em porões de navios-prisão

*-Greenfel faz assassinar muitos Brasileiros indefesos, a bordo do horrivel Palhaço. He posto em conselho de guerra; ainda elle durava, quando nós o vimos empregado pelo Governo e respondendo por procurador ás accusações capitaes, que se lhe dirigião em nome da Patria, lacerada pelas suas mãos. Foi absolvido; foi condecorado.*



levantante, e sedição dos negros do País



rebelião e ânimo de atacarem os habitantes, e de arruinaem o Sistema do governo, constituindo um capaz de destruir o império [português], e [sua] vassalagem; pois que se haviam confederado com outros das vilas do Recôncavo para aquele atrocíssimo crime disposto por emissários tão brutais como os que se diziam havê-los credenciados.

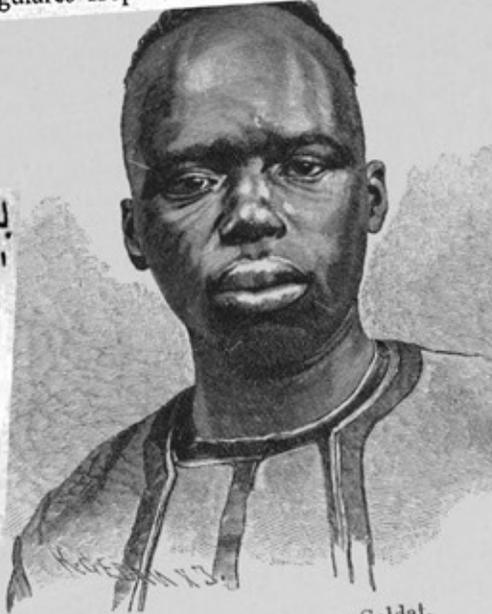
dispunham levantar-se contra os brancos.



presente tempo em que escravos, principalmente de nação Ussá, com total desconhecimento e resistência às Leis da escravidão se têm constituído revolucionários e inconfidentes, formando levantes que têm produzido funestos sucessos, como bem proximamente na Povoação de Nazaré e até na própria Cidade da [Bahia] desta Capitania, ou seus contornos, apesar de se achar tão guarnecida de regulares Tropas debaixo de um Governo assaz Iluminado,<sup>(1)</sup>

os restantes escravos dos levantados da povoação de Nazaré da Vila de Jaguaribe e roças respectivas têm desertado e entrado pelo distrito desta de Maragogipe, em algumas partes do qual me consta foram vistos em pequenos lotes de 4, 5, e mais, devendo por isso reccear que, induzindo e desencaminhado outros que em quietação vivem no cativeiro e poder de seus senhores, entre em massa a fazerem aqui grandes desordens

بِسْمِ اللّٰهِ الرَّحْمٰنِ الرَّحِیْمِ  
 اِنَّا اِنْتَدِیْتُمْ فِی الْاِیْلَةِ الْاَبْعَثِ  
 وَمَا دَرَكْنَا مَالِیْلَةَ اَبِی  
 طَلْحَةَ سِیْلَةَ الْاَبْعَثِ نَبِیْرًا  
 بَعِیْ شَعْرَةَ تَنْدَرِ الْاَبْعَثِ  
 اَبِیْ دُوْحَیْ فِیْهَا اَبَا ذَرِیْفَظْ  
 مَرِیْسَتُمْ هِیْ حَقِیْقَةُ مَطْلَعِ  
 الْهَجْرَةِ تَنْتَمِیْنَ



En Haussa Soldat.

# INDEPENDÊNCIA HAUSSÁ

Desde o início do ano, vinham ocorrendo na Bahia fugas articuladas e bem organizadas, resultando na formação simultânea de quilombos ao redor de Salvador. Em 28 de fevereiro, centenas de guerreiros atacam a cidade por diversos pontos enquanto nas fazendas o fogo se alastra: feitores e proprietários mortos, suas casas e plantações incendiadas. É a Nação Haussá, que desde 1807 tentava a revolta como saída para o cativeiro,



as pretas que os acompanharam

# Fevereiro

D	S	T	Q	Q	S	S
			1 Republica dos Afogados, em Pernambuco (1829)	2	3	4
5	6	7	8	9 Derrota brasileira na Batalha de Juncal, na guerra de Independência do Uruguai (1827)	10 Deposição do governador da Bahia (1821)	11
12 Revolta escrava na Bahia (1816)	13	14 Expusa do Rio de Janeiro, a Divisão Auxiliadora (portuguesa) vai para Salvador (1822)	15	16	17	18 Conspiração Haussá (1813)
19 Batalhas da Guerra de Independência em Salvador, morte de Joana Angélica (1822)	20 Derrota brasileira na Batalha de Ituzaingó, na guerra de Independência do Uruguai (1827)	21 Início da Pedrosada, mobilização em Pernambuco contra o poder dos brancos (1823)	22	23	24	25 Tentativa de levante de escravos em Sergipe (1809)
26 Revolta da tropa e do povo obriga d. João VI a jurar a Constituição (1821)	27	28 Insurreição Haussá em Salvador (1814)				



A família real portuguesa, que se tornaria também a família real brasileira, desde o século XVII ancorava seu poder na escravidão. Durante o Império, contrabandeou-se mais escravos africanos do que durante todo o período colonial acumulado: calcula-se que ilegalmente entraram ao longo da primeira metade do século cerca de 2 milhões de africanos e africanas escravizadas. A vinda da família real portuguesa fomentou o crescimento econômico no Brasil, e a questão da escravidão, para o império, restringia-se ao campo econômico.

Assim, essas “peças” significavam matéria a tributar, reserva patrimonial, investimento, dote, mão de obra para uma porção senhorial da sociedade. Por outro lado, a humanização das pessoas escravizadas deveria ser conquistada diária e tenazmente por essas pessoas. As formas de resistência, desde seu primeiro momento, foram diversas tanto no continente africano antes do cruzamento do oceano quanto durante a viagem nos tumbeiros ou a inserção forçada na sociedade escravista brasileira. O aquilombamento, por exemplo, atravessa a história da escravidão no Brasil desde seus primeiros momentos, ao passo que as revoltas, apesar de existirem antes disso, tomam força justamente no século XIX. A pressão internacional também atingirá seu auge nos fins do século XIX, iniciando-se com o tratado anglo-lusitano de 1815 e culminando nas graduais leis abolicionistas até a Lei Áurea.

Outra forma de pressão externa, o fantasma da Revolução do Haiti (1791-1804), há muito aterrorizava senhores e o Império.

A revolução haitiana não trouxe só o medo para a sociedade brasileira, já que a produção de açúcar na Bahia, por exemplo, ocupou o primeiro lugar na produção de açúcar no lugar desocupado pelo Haiti. Além disso, até o estabelecimento da família real no Rio de Janeiro, o que deslocou o centro gravitacional da escravidão para lá, a Bahia era o território que mais recebia pessoas escravizadas. A prosperidade experimentada e a presença de uma quantidade considerável de pessoas negras escravizadas e libertas deu o ponto de fusão de uma sociedade que experimentou, entre 1807 e 1820, mais de trinta conspirações e revoltas, metade das quais concentradas justamente na década de mais intenso de tráfico, 1820.

Com o crescimento do número de escravizados e, especialmente, africanos nas ruas baianas, as medidas imperiais tentavam controlar e reprimir os riscos. Logo antes da vinda da família real, em maio de 1807, haussás rebeldes planejaram sitiar e conquistar Salvador, tomar o poder, matar os brancos e muitos aparentemente acreditavam poder retornar ao continente africano. A conspiração acabou sendo descoberta e sufocada de pronto pelo governador. Apesar de ingloria, a simples conspiração de um levante que pretendia fazer

jorrar o sangue dos brancos, destruir seus templos cristãos, queimar as imagens de seus santos e instaurar um governo muçulmano ou pelo menos anticristão seguramente colocou a capitania em alerta. Logo depois, em 1809, os haussás, e segundo autoridades da época, também nagôs, conseguiram materializar pelo menos parte de seus planos: promoveram fuga em massa de escravizados de Salvador e do Recôncavo baiano, bem como ataques esporádicos à vila de Nazaré, área de agricultura de mandioca.

Diante das ameaças, o novo governador, Conde dos Arcos, optou por uma estratégia mais “branda”, ou sofisticada: permitiu danças, batuques e cerimônias religiosas africanas. Esperava que a diversidade cultural e diferenças étnicas servissem para estabelecer distâncias e desunião entre pessoas negras. De fato, apesar da maioria dos africanos traficados para a Bahia neste século ser proveniente da região da Nigéria e do Benin, encontravam-se lado a lado, ombro a ombro, na lida escravista e na rebelião, gente que na África provavelmente haveria lutado em lados opostos. No entanto, caso se concretizasse uma unidade negra em torno da liberdade que suplantasse todas as outras diferenças culturais, o medo baiano de uma insurreição com maiores impactos no império se concretizaria na forma de seus piores pesadelos. Algo parecido foi ensaiado em duas ocasiões: a famosa revolta Malê, em 1835, e sua antecessora haussá em 1814, ambas de inspiração islâmica.

Os haussás formaram na região da África Ocidental diversos reinos, de dimensões e poder que se alternavam a depender do período, e habitavam também a região tuaregues e fulanis. Enquanto grande número dos primeiros vivia em cidades e vilas amuradas, sendo na maioria agricultores sedentários, os fulanis eram, sobretudo, pastores e clérigos nômades distribuídos por todo o Sudão Central. Em 1804, um líder carismático Torogbe, um subgrupo fulani, iniciou um jihad, ou guerra santa contra os infiéis, que se desdobrou em vários conflitos ligados à expansão do Islã em território haussá, o colapso do reino de Oyó e a consequente deflagração de conflitos em todo o território yorubá.

Assim, as revoltas de 1807 e 1814 aconteceram na Bahia na esteira de uma ainda bem recente memória e prática de guerra que os escravizados traziam no corpo. Também porque fulanis, haussás, bornos, baribas (naturais de Borgu), tapas (de Nupe) e nagôs (de Oyó), apesar de já existirem entre as vítimas do tráfico transatlântico em período anterior, tiveram sua presença consideravelmente aumentada nos porões dos tumbeiros com a guerra santa. Essa tendência foi ainda mais acentuada na Bahia onde os escravizados vinham principalmente da Costa da Mina, principal mercado e base dos mercadores que controlavam a maior porção do tráfico naquele trecho do litoral africano no início do século XIX. Foram esses mercadores que se beneficiaram dos prisioneiros de guerra e de outros movimentos de desagregação.

As sediciosos de 1814, por exemplo, carregavam consigo um forte símbolo jihadista que era o uso da bandeira, que segundo documento do julgamento desses rebeldes, anunciava “a sedição, e rebelião, e poder dos seus condutores debaixo de denominações reputadas que faziam certa Ordem no mesmo tumulto”. Além disso, as armas (arco e flecha, machado, lança, cutelo e espada) e a perícia para utilizá-las, os manuscritos e amuletos encontrados junto aos escravizados, e principalmente suas lideranças traziam consigo a marca da experiência recente da guerra e muitos de seus ideais, como a eliminação dos infiéis e o estabelecimento de um poder muçulmano. Ainda que muitos rebelados não fossem muçulmanos como exigia-se no jihad fulani em território africano, o idioma da religião serviu para reunir e mobilizar um grande número de haussás e alguns aliados de outras nações sob o comando de João Malomi e aliados com suas próprias lideranças, a exemplo do festeiro Francisco Cidade e provavelmente do nagô Vitorino. Acredita-se que na época existia na Bahia, inclusive, um madraçal que semeava a fé para colher a revolta.

O “festeiro” Francisco ocupava lugar religioso/cultural na comunidade, além de viver na área urbana, o que o permitia circular por outras regiões, coletar fundos etc. Esse lugar de “presidente das danças de sua Nação, protetor e agente delas” facilitou imensamente o trabalho

de organização da sedição e recrutamento de aliados, formando uma rede de aliciamento onde neófitos recrutavam também outros contatos. Ainda que exterminar brancos cristãos e estabelecer um governo muculmano estivesse entre as possíveis metas, retornar à sua terra natal possivelmente era uma das grandes iscas utilizadas pelos recrutadores para atrair novos insurgentes.

Um dos elementos explosivos da revolta de 1814 pode ter sido a concentração de homens jovens, sem família e com características étnicas e religiosas semelhantes, grande parte deles guerreiros feitos cativos. No entanto, é possível encontrar nos documentos informações sobre pelo menos outras sete mulheres, entre elas Francisca, companheira e rainha de Francisco Cidade, que, descrita como liderança na mesma documentação, no mínimo encorajou os guerreiros, levantando seu lenço vermelho como bandeira rebelde e gritando palavras de ordem sobre lutar até morrer.



De fato, no dia 28 de fevereiro de 1814, armações de pesca de baleias foram tomadas de assalto em Salvador. A revolta iniciou-se em uma segunda-feira provavelmente porque a véspera, domingo, era um dia bom para os encontros e circulação de escravizados, já que era a folga da maioria. No raiar daquela segunda, portanto, 200 rebeldes deslocaram-se do quilombo recém-montado nos arredores da capital, para as fazendas e armações de pesca de baleia no litoral norte, onde os esperavam outros escravizados aliados. No caminho queimaram e se apropriaram de instrumentos de pesca, depósitos, casas e plantações. Depois de investirem contra outras fazendas da região, os rebeldes seguiram para o povoado de Itapuã.

A concentração de escravizados haussás nas armações de Itapuã e praias vizinhas se dava justamente pela habilidade com vários tipos de lanças e arpões nas guerras de que tinham participado recentemente em território africano. Eram esses homens que marchavam dos limites da Salvador da época deixando pra trás, entre os mortos, brancos, mulheres e também outros negros libertos e escravizados que não aderiram à revolta.

Como apontou João José dos Reis, “os haussás nesse momento destoavam do figurino estabelecido até então e abandonavam a negociação política em favor da rebeldia social. Continuavam a fazer política, agora por outros meios”. Da madrugada do dia 28 até as 14h, os

levantados mataram um feitor e membros de sua família no litoral, outra família em Itapuã e incendiaram casas e instrumentos de trabalho, como redes e cordas. O episódio que causou maior comoção se passou na armação de Manoel Ignácio, onde foram assassinadas a parda Marcelina e suas duas filhas ainda crianças, que aparentemente formavam a família do feitor, também ele morto. A destruição, contam os documentos, chegou a oitenta casas consumidas pelo fogo, em alguns cálculos, chegando a “cento e cinquenta e tantas casas”. A violência que atingiu à família do feitor e não aos senhores explica-se pelas características desses senhores: Manoel, Ignácio como os outros era ausente, vivia na capital e deixava seus escravos à mercê de feitores, provavelmente tiranos.

Para dar cabo à revolta, os rebeldes se mobilizaram como guerreiros que eram, na sua maioria. Conceberam a revolta seguindo um plano militar e tentaram se formar para o combate organizadamente, de acordo com uma cadeia de comando. Haviam, entre os revoltosos, escravizados que combateram montados, o que denota gente oriunda da nobreza militar africana, ou, por delegação, de seus dependentes e escravos.

De Itapuã, os revoltosos seguiram rumo ao Recôncavo pela Estrada Real, sendo barrados por forças milicianas às margens do Rio de Joanes.

Bernardo, escravizado capturado da nação tapa é um bom exemplo de quem se levantava em 1814: foi recrutado no domingo anterior por um haussá e aderiu à causa imediatamente. No interrogatório, respondeu aos inquisidores “que se havia de morrer confessando, antes queria morrer calando e cativo”. A postura de Bernardo não se diferencia de tantos outros revoltosos. Muitos foram mortos pelos milicianos no embate, outros tantos lançaram-se ao rio, mesmo sem saber nadar, e outros enforcaram-se em árvores, preferindo, de fato, a morte à derrota.

Os participantes capturados tiveram destinos diversos, de perdão a banimento para territórios em África diferentes de suas regiões de origem, passando por várias penas de trabalho forçado e prisão. Sete africanos foram sentenciados à morte, incluindo os que foram aqui nomeados. Seus crimes, no processo, eram listados como incêndio, roubo com violência, homicídio com armas e resistência armada às autoridades. O crime de todos insubordinados, no entanto, foi contribuir com instrumental e imaginário de revolta que anos mais tarde levaria à impressionante Revolta Malê e contribuiria com seu quinhão de rebeldia para o fim da escravização de africanos no Brasil.

## Bibliografia

- BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. 1817. In DANTAS, Mônica Duarte (org.). *Revolutas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011. pp. 69-96.
- BRECHT, Bertold. *Perguntas de um trabalhador que lê*. In: *Poemas: 1913-1956*. 5. ed. São Paulo: 34, 2000.
- CARVALHO, Marcus J. M. “Os negros armados pelos brancos e suas independências no Nordeste (1817-1848)” in JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2005. pp. 881-914.
- CHIARAMONTE, José Carlos. *El mito de los orígenes en la historiografía latinoamericana*. Cuadernos del Instituto Ravignani, n. 2. Buenos Aires: Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, 1991.
- COELHO, Raphael Pavão Rodrigues. *A memória de uma heroína: a construção do mito de Maria Quitéria pelo Exército brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2019.
- FRANÇA, Wanderson Édipo de. *Pedro da Silva Pedroso: entre ser um déspota e desvairado ou um imortal e pai da Pátria – Pernambuco, 1823*. *Revista Tempo Histórico*. V. 5 – n. 1, 2013.
- GRAHAM, Richard. *Ao mesmo tempo sitiados: A luta pela subsistência em Salvador (1822-1823)*. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2005. pp. 411-446.

- GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. O antilusitanismo na Bahia (1822-1831). Salvador: UFBA, 2015.
- KRAAY, Hendrik. Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos: o "recrutamento" de escravos na guerra da Independência na Bahia. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 22, n. 43, pp. 109-126, 2002.
- KRAAY, Hendrik. Política Racial, Estado e Forças Armadas na época da Independência: Bahia, 1790-1850. São Paulo: Hucitec, 2011.
- KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LEONARDI, Vitor P. Entre árvores e esquecimentos: História social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15 ed., 1996.
- LIMA, André Nicacio. Rusga: motivações e ideários do massacre de portugueses ocorrido em Cuiabá em 30 de maio de 1834. In: DANTAS, Mônica Duarte (org.). Da corte ao confronto: capítulos de história do Brasil oitocentista. Fino Traço, 2020. pp. 63-88.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. A atuação da mulher na cena pública: diversidade de atores e de manifestações políticas no Brasil imperial. São Paulo: Almanack Braziliense n. 03, maio de 2006. pp. 105-122.
- MACHADO, André Roberto de A. "As Esquadras Imaginárias. No extremo-norte, episódios do longo processo de independência do Brasil". In: István Jancsó. (org.). Independência: História e Historiografia. 1ed. São Paulo: Hucitec / FAPESP, 2005, v. 1, pp. 303-343.
- MACHADO, André Roberto de A. A quebra da mola real das sociedades: a crise política do antigo regime português na província do Grão-Pará (1821-1825). São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2010.
- MEDEIROS, Pedro Castellan. Rebeldes da Serra do Rodeador: Experiências, agências e estratégias de luta no agreste pernambucano do século XIX. In: DANTAS, Mônica Duarte (org.). Da corte ao confronto: capítulos de história do Brasil oitocentista. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020. pp. 25-42.
- MOREL, Marco. A Saga dos Botocudos: guerra, imagens e resistência indígena. São Paulo: Hucitec, 2018.
- MOREL, Marco. A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito. Jundiá: Paco, 2017.
- PALACIOS, Guillermo. Uma nova expedição ao Reino da Pedra Encantada do Rodeador. In: DANTAS, Mônica Duarte (org.). Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011. pp. 97-130.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. O Brasil e a "experiência cisplatina". In: JANCSÓ, István (org.). Independência: História e Historiografia. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2005. pp. 755-790.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma história da identidade oriental (1808-1828). In: PAMPLONA, Marco A.; MÁDER, Maria Elisa. (org.) Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- PIZA, Toledo. Chronicas dos tempos coloniaes. O supplicio de chaguinhas. Martim Francisco e a Bernarda. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. v. 5, 1901, pp 3-78.
- PRADO. Maria Lígia Coelho Prado. A Participação das Mulheres nas Lutas Pela Independência da América Latina. In: América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos. São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999. pp. 29-51.
- REIS, João José. Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia. *Topoi* (Online): revista de história, v. 15, pp. 68-115, 2014.
- REIS, João José. Revoltas Escravas in Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos/Organização: Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (orgs.). 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras. 2018. pp. 392-402.
- REIS, João José. O jogo duro do dois de julho: o partido negro na independência da Bahia. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. Negociação e conflito a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- REIS, João José; KRAAY, Hendrik. "The Tyrant Is Dead!" The Revolt of the Periquitos in Bahia. *Hispanic American Historical Review*. Duke University, v. 89, n.3. pp. 399-434.

SAES Alexandre Macchione; FERNANDES Antonia Terra de Calazans. As Mulheres e a Independência do Brasil. LEMAD-USP, 2022.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. Rev. Bras. Ciênc. Polít. (5). Jul 2011.

SCHWARTZ, Stuart B. Canto e quilombos numa conspiração de escravos Haussás, Bahia, 1814. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (org.). Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo, Cia das Letras, 1996, pp. 373-406.

SCHREIBER, Mariana. "Racismo: o brasileiro por trás de ação pioneira contra segregação nos EUA em 1833". BBC News, 10 de maio de 2021.

SEVCENKO, Nicolau. A cidade metástasis e o urbanismo inflacionário: incursões na entropia paulista. Revista USP, (63), pp. 16-35.

SILVA, Clécia Maria. Pedro da Silva Pedroso e a Pedrosada de 1823: descontentamento, insubordinação e motim. XXIX Simpósio Nacional de História da Anpuh, 2017.

SILVA, Marcelo Renato Siquara. Independência ou morte em Salvador: o cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823). Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2012.

SILVA, Luiz Geraldo. Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado. Raça e nação em Pernambuco no tempo da Independência (1817-1823). In JANCSÓ, István (org.). Independência: História e Historiografia. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2005. pp. 915-934.

SILVA, Luiz Geraldo. Negros de Cartagena y Pernambuco en la era de las revoluciones atlánticas: trayectorias y estructuras (1750-1840). Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura; v. 40, n. 2, 2013.

SPOSITO, Fernanda. Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). São Paulo: Alameda, 2012.

TAUNAY, Affonso de Escagnolle. História da cidade de São Paulo. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

VARGAS, Diego Vasconcellos; JAYO, Martin. Memória e toponímia paulistanas. Sobre a origem do nome Liberdade. Minha Cidade, São Paulo, ano 20, n. 229.03, Vitruvius, ago. 2019.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.

## Sites

**Impressões Rebeldes:** <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes>

**Biblioteca Nacional:** <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

**Baderna midiática:** <https://www.facebook.com/badernamidiatica>

**Slave Voyages:** <https://www.slavevoyages.org/>

### Ficha catalográfica

elaborada pelas autoras

H673 História da Disputa: Disputa da História, pseud.

Calendário Insurrecional 2022: revoltas as independências que os senhores tentaram sufocar. 2ª tiragem. História da Disputa (pseud.). - São Paulo: HDistro, 2022.

84 páginas.

ISBN: 978-65-997267-0-5

1. História do Brasil; 2. Revoltas e revoluções; 3. Independência do Brasil. 4. Primeiro Reinado; 5. Independência das Américas. I. Título.

CDD 981.04

© Será processado por tribunal revolucionário de exceção em caso de uso pelego deste conteúdo

[historiadadisputa.com/](http://historiadadisputa.com/)

Do Trapiche de Comes fugirão quarta feira 20 do corrente de manhã doze escravos do serviço do mesmo Trapiche, e no mez passado deus da Faxina de nação Nagô, Uçá, e Tupa, pede a quem delles tiver noticia lhe participe, que dará humas boas alviçaras &c.

Quarta feira 25 de Fevereiro proximo passado desapareceo a Francisco de Matos hum crioulinho de nome Ambrosio, e tem por noticia, que hum homem do Batalhão denominado Periquitos o embarcára no dia seguinte para a Villa da Cachoeira.

# quilombo na Tijuca

ARVORE-DÁ-INDEPENDENCIA, arbusto que tem a folha matisada de amarello e verde, serve para adornar os jardins.

## Marinheiros e Soldados Desertores.

"E que país esse, senhores, para uma nova civilização e novo assento da ciência! Que terra para um grande e vasto império!"

— JOSÉ BONIFÁCIO

# LIBERTAD O MUERTE

Pedimos pelo amor de Deos a S. Ex., que diga ás rondas que não maltratam aos pretos, pardos, e brancos maltrajados como temos visto fazerem muitas Rondas, só porque taes individuos lhes não tirão o chapéo.

— Abade Henri Grégoire

Não forão escriptos anarquicos, que acenderão as fogueiras fataes que abrasarão o Haiti?

por quanto são innueraveis os escravos que fugirão do tempo da guerra para cá, e ha algumas pessoas, que tem mais de seis, oito, e dez cativos extraviados.

## A HOUSA



Les amis de l'esclavage sont nécessairement les ennemis de l'humanité.

nada de pancadas.

Para o Regimento de Cavallaria de 1. <sup>a</sup> Linha (pelo menos) voluntarios 100	} 500 Brancos
2 Regimentos de Cavallaria de 2. <sup>a</sup> Linha (com 5 Companhias n'outros Termos) á 333 (pelo menos) 400	
1 Regimento de Infantaria á	807 Pardos
1 Batalhão de Henriques	347 Pretos

PAIA, sr.<sup>a</sup> policia!...

Independente, adj. que não tem sujeição que não depende de outro, etc. que não tem connexão

Nós vivemos uma vida muito triste.  
— HIM (JOSÉ ALFREDO DE OLIVEIRA KRENAK), em 2000

ALDEA DES TAPUYOS.

Silva Pedrosa que se queixa de estar preto, e incommunicavel na Fortaleza da Lage, ha cento e seis dias, em uma mortifera masmorra

Pedro da talvez seja conhecido de vocês. Eu realizo a vingança de minha raça. Quero que a liberdade e a igualdade reinem a São Domingos. Eu trabalho para fazê-la existir. Uni-vos, irmãos, e combatam comigo pela mesma causa. Arranquem comigo as raízes da árvore da escravidão.



"Irmãos e amigos. Eu sou Toussaint Louverture; meu nome talvez seja conhecido de vocês. Eu realizo a vingança de minha raça. Quero que a liberdade e a igualdade reinem a São Domingos. Eu trabalho para fazê-la existir. Uni-vos, irmãos, e combatam comigo pela mesma causa. Arranquem comigo as raízes da árvore da escravidão."

## ANUNCIO.

AOS 30 de Fevereiro do anno p. P. faz-se de vela para a Ilha de São Domingos a Barca de Vapor. Todo o Republicano negral, que se quizer transportar ao Haiti, a fim de receber lá a paga de sua philanthropia, dirija-se á bordo da mesma Barca á meia noite para não ser conhecido.

O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô,

